

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

EDUARDO LUIS FLACH KÄFER

ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA:
A HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA NOS CEM ANOS DA EMANCIPAÇÃO

Porto Alegre
2016

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

EDUARDO LUIS FLACH KÄFER

**ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA
NOS CEM ANOS DA EMANCIPAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Luciana Murari

Porto Alegre

2016

EDUARDO LUIS FLACH KÄFER

**ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA
NOS CEM ANOS DA EMANCIPAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Aprovada em 30 de agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Luciana Murari (PUCRS)

Temístocles César (UFRGS)

Hélder V. Gordim da Silveira (PUCRS)

Ficha Catalográfica

K99 e Käfer, Eduardo Luis Flach

ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA : a historiografia da
Independência nos cem anos da emancipação / Eduardo Luis Flach
Käfer . – 2016.

126 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciana Murari.

1. Historiografia. 2. Memória. 3. Independência do Brasil. I.
Murari, Luciana. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Aos meus pais, Luiz e Délcia, por todo o apoio e carinho.

E a Janaina, por todo o amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo, em primeiro lugar, a CAPES, pelo auxílio indispensável para que essa pesquisa se tornasse realidade. Da mesma forma, a Comissão de Bolsas do PPGH da PUCRS de 2014/2 por acreditarem nesse projeto.

Ao pessoal da secretaria, em especial, a Carla e a Henriet por todos os esclarecimentos e auxílios prestados. Sempre atenciosas e tirando as 1243439983 dúvidas que temos acerca de todos os trâmites burocráticos que quase nunca atentamo-nos de resolver.

Aos meus colegas da pós. Peço desculpas previamente por qualquer nome esquecido, mas penso que é de suma importância tentar lembrar as principais companhias presentes nesses dois anos. Daniel Becker, Eduardo Haas, Rafael Lapuente, Ivan Rodrigo Trevisan, Rafael Ganster, Eduardo Freitas, Alexandre Oliveira, Rafael Botton, Tiago Orben e Guilherme Franco de Andrade. Agradeço, principalmente, as conversas não acadêmicas. Essas são sempre as melhores.

A todos os professores da pós-graduação, pelas orientações, esclarecimentos, indicações de bibliografia e pelas aulas sempre produtivas: Hélder G. da Silveira, Luciano Arrone de Abreu, Claudia Musa Fay, Antonio de Ruggiero e Tereza Cristina S. Marques (essa última, do PPG em Ciências Sociais).

A alguns professores que, desde a graduação, me incentivaram a seguir na pesquisa e são referências éticas e intelectuais pelas quais tenho profundo carinho. Cristina Ennes, Arnoldo Walter Doberstein, Gislene Monticelli, Pedro Stiehl e Núncia Santoro de Constantino (em memória).

Imperioso também mencionar dois professores que merecem estar na descrição acima. Porém, como os mesmos desempenharam um papel vital para esse projeto ocorrer, necessito destacá-los. Agradeço, portanto, a Jurandir Malerba, que me convidou para a Iniciação Científica na graduação e deu início a esse trabalho, dando plena liberdade para que eu seguisse com o mesmo no mestrado, e cujos conselhos ao longo desse tempo foram sempre imprescindíveis. E, por fim, Luciana Murari, professora que foi de extrema gentileza e dedicação no final dessa dissertação, orientando justamente a parte mais difícil, que foi sua redação. Agradeço por toda a atenção, aos inúmeros e-mails trocados nos últimos momentos da escrita desse trabalho e pelas valorosas ideias que foram essenciais para que essa dissertação chegasse ao seu fim.

Aos meus amigos que me acompanharam nesta jornada: Pedro, Juliana, Rodrigo, Paula, Rafael e Vitor. Finalmente está terminando e vamos tomar aquela ceva para comemorar!

Aos meus familiares, por todo o carinho e compreensão nesse momento. Deixo um agradecimento especial (e, com certo atraso) a minha tia Ilse, por toda a gentileza em ceder o espaço em seu apartamento; e, a minha madrinha Loraine. Minha segunda mãe, aquela que, desde a minha infância, me auxiliava com minhas leituras e ainda está sempre disposta a me socorrer quando preciso. Aos meus sogros, Joce e Silvia, que também me auxiliaram de inúmeras formas nesta jornada.

Embora já mencionados na dedicatória, aquelas pessoas que sempre carrego em meu coração. Meu pai, Luiz, cujo ofício sempre me estimulou a combinar o conhecimento teórico com a vida prática; minha mãe, Délcia, que me incentivou o hábito da leitura e a importância dos estudos. E, por fim, a Janaina, aquela cuja parte favorita de todo o trabalho acadêmico sempre foi a dedicatória e os agradecimentos. Somente quem tem a sensibilidade de se interessar pelas histórias por trás de outras histórias poderia me mostrar à singularidade e beleza de cada momento.

Montenegro, julho de 2016.

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar a relação entre memória e historiografia tendo por objeto de estudo algumas produções lançadas durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Buscar-se-á em um primeiro momento, dedicado à memória, apontar para algumas imagens da emancipação que foram construídas logo após seu êxito, bem como do significado que elas pretendiam portar. Em seguida, a partir da teoria de Jörn Rüsen, que percebe a narrativa histórica como uma operação intelectual capaz de assegurar ao homem sua identidade perante o devir do tempo, serão analisadas algumas produções historiográficas do período. Destacam-se, nesse ponto, as conferências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração aos cem anos de Independência, *A História da Independência*, de Francisco de Adolfo Varnhagen, publicado postumamente, e *O movimento da Independência*, de Manuel de Oliveira Lima. A intenção aqui é buscar perceber como se dá essa aparente tensão entre a memória, vista como uma imagem do passado vulnerável à imaginação, e, por outro lado, a historiografia, enquanto operação intelectual na qual os resultados da pesquisa e da racionalização sobre esse mesmo passado são formulados em uma linguagem escrita.

Palavras-chave: Historiografia; memória; Independência do Brasil.

ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing the relation between memory and historiography, having as object of study some productions released during the commemorations of the 100th anniversary of Brazil's Independence. A first instance, dedicated to memory, points to some images of the emancipation that were built after its success, as well as to the meaning that these images intended to carry. After that, based on the theory of Jörn Rüsen, who understands historical narrative as an intellectual operation capable of ensuring men's identity before time, some historiographical productions from this period will be analyzed. The conferences of the Brazilian Historic and Geographic Institute, in celebration of the 100 years of Independence, Francisco Adolfo Varnhagen's *A History of Independence*, posthumously published, and Manuel de Oliveira Lima's *The movement of Independence*, are highlighted. The objective then is to perceive how this apparent tension between memory, understood as an image of the past susceptible to imagination, and, historiography, seen as an intellectual operation in which research results and rationalizations about this same past are developed in written form, happens.

Key words: memory; historiography; The Independence of Brazil / Brazil's Independence

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conferências do “Ano do Centenário”	55
--	----

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. COMEMORAÇÃO E MEMÓRIA. A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO MONÁRQUICO	20
2.1 CEM ANOS DE INDEPENDÊNCIA: A COMEMORAÇÃO ENTRE A SACRALIZAÇÃO DO PASSADO E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	21
2.2. DE 1822 ATÉ 1831: O SETE DE SETEMBRO EM CONSTRUÇÃO.....	23
2.2.1. O Primeiro Reinado: o grito do Ipiranga, a aclamação e a fama.....	25
2.2.2. O Segundo Império: entre a afirmação e a crítica, relembra-se o grito do Ipiranga.....	28
2.2.3 Rememorar a monarquia na república.....	33
2.3 SOCIABILIDADE E MEMÓRIA: O IMPÉRIO QUE SOBREVIVE NA REPÚBLICA	36
2.4 CEM ANOS EM COMEMORAÇÃO E A REVITALIZAÇÃO DO PASSADO MONÁRQUICO	41
2.5 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA E O HISTORIADOR COMO FIADOR DO PASSADO NACIONAL.....	43
3. ENTRE TRADIÇÃO E DESTINO: A IDENTIDADE NACIONAL SOB OS IMPERATIVOS POLÍTICOS	48
3.1. SOBRE UMA TRADIÇÃO (NÃO) INVENTADA: O USO DO PASSADO COMO PRODUÇÃO DE SENTIDO	50
3.2 O IHGB E A CONSAGRAÇÃO DA HISTÓRIA PELA CONSTRUÇÃO DA TRADIÇÃO... ..	52
3.2.1 As conferências do ano do Centenário.....	54
3.2.2 Pedro Calmon e o império como destino	67
3.3 A NATURALIZAÇÃO DE D. PEDRO E A SAGRAÇÃO DA HISTÓRIA	70
4. A HISTÓRIA/MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA: FRANCISCO DE ADOLFO VARNHAGEN E MANUEL DE OLIVEIRA LIMA	80
4.1 VARNHAGEN: OBRA PÓSTUMA E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NARRATIVA NACIONAL.....	80
4.2 A EMANCIPAÇÃO EM PROCESSO SOB A ÉGIDE DO ESTADO	84
4.3. OLIVEIRA LIMA: A AUTORIDADE MONÁRQUICA ENTRE A REVOLUÇÃO E A REAÇÃO	91
4.4 ENTRE A IMAGEM CONSERVADORA E O RECONHECIMENTO DA EXPERIÊNCIA	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

1. INTRODUÇÃO

O ano de 1922 tem sido comumente associado ao surgimento embrionário de diversos movimentos na vida política e social brasileira. A criação do Partido Comunista Brasileiro, o primeiro movimento tenentista com a tomada do Forte de Copacabana e a Semana de Arte Moderna de São Paulo são alguns exemplos que sinalizaram o início da década de 1920 como um período de tensões, explicitando as contradições do modelo sócio político característico da Primeira República. Justamente em meio a esse cenário o país comemorava o centenário de seu principal marco político. Nas comemorações dessa data magna, diversos setores da sociedade, se empenharam na tentativa de rememorar esse passado: na imprensa, nos institutos históricos, entre os intelectuais do período, todos esses pareciam convergir em uma espécie de efervescência rememorativa.

A data a ser lembrada, por outro lado, exprimia uma forte conotação política. Tratava-se do Sete de Setembro, data em que um príncipe regente afrontava seu pai, sua pátria e as cortes do Reino Unido, declarando a independência do Brasil frente a Portugal. O debate em torno do significado de nossa emancipação política suscita várias formas de se pensar à formação nacional. Ora apontado pelo signo da ausência, de uma liberdade que ainda não se conquistou para grande parte da sociedade brasileira, ora glorificando o gesto de nossos líderes políticos que tiveram a primazia de conduzir o processo de ruptura com Portugal, é inegável a presença recorrente do tema em nossas obras historiográficas e até mesmo em espaços de vulgarização de nossa história.¹ Quando o país completava cem anos de sua Independência, esse processo histórico teve atenção privilegiada para a discussão de vários dos seus sentidos possíveis. Afinal, não se tratava apenas do ato de lembrar, mas também de fazer algo com essa lembrança. Assim, a significação atribuída aos eventos ocorridos durante o ano de 1822, tornava-se uma ação tão relevante quanto apenas sua simples conservação.

Na tentativa de rememorar e dar uma nova significação a esses eventos, a proximidade com a chegada do centenário despertaria uma abundante produção de estudos voltados à

¹ Como exemplo disso citamos o quadro “É muita história” apresentado por Eduardo Bueno e Pedro Bial no programa *Fantástico* da Rede Globo de Televisão durante o período de quatro meses em 2008. Em um dos episódios do quadro em questão, a independência do Brasil foi interpretada como sendo consequência de “um dia de fúria” do Imperador D. Pedro I. A forma irônica como foi tratado esse fato histórico gerou profundo descontentamento em grande parte dos historiadores. Ver: Wrede (2008).

emancipação brasileira.² Profissionais de diversas ocupações, tais como jornalistas, juristas, diplomatas, políticos, entre outros, lançaram-se a narrar os principais eventos que conduziram o país a sua autonomia política. Por meio de uma história, de uma representação escrita de algo que passou, pretendiam esses sujeitos construir uma nova imagem do passado. Por outro lado, suas narrativas, ao expressarem alguma significação desses eventos, recordando as ações de heróis, de datas símbolos, auxiliavam também em sua fixação em uma imagem da emancipação que se tornava mais concreta e cujo compartilhamento entre os indivíduos era facilitado por esses novos suportes. Assim, ao se representar da emancipação nacional em forma escrita parecia-se também produzir uma *memória* da mesma.³

Memória e historiografia, no entanto, ainda parecem surgir como duas formas diferentes de acesso ao passado, de representação desse último no presente. A primeira, sujeita ao comprometimento com a contemporaneidade e essencial na formação da identidade, do reconhecimento do indivíduo de si mesmo ao longo de uma história e de sua própria diferenciação dos outros. A historiografia, por sua vez, é vista como operação intelectual distante da afetividade, que representa o passado com certa neutralidade e objetividade.

A caracterização acima parece representar um paradigma cientificista oriundo século XIX, sobretudo para a historiografia. No entanto, para os historiadores daquele século não parecia haver muita diferença sobre essas duas formas de representação de algo que passou, ou seja, da memória e da história. Para eles, essa última era simplesmente uma forma de trazer a lembrança de eventos passados ao presente, sendo esse processo a função principal da história. Assim, a “[...] relação entre memória e história era fluida, direta, transparente, não complicada” (MALERBA, 2010, p. 375). Caso voltarmos para um período muito mais distante, parte desse adágio já aparecia formulado nas *Histórias* de Heródoto, quando no século V a. C., o historiador grego asseverava que um de seus principais objetivos era impedir que “os grandes acontecimentos suscitados pelos homens não fossem apagados pelo tempo” (HERÓDOTO, apud RICOEUR, 2007, p. 145).

² Jurandir Malerba, ao realizar um levantamento sobre as produções acerca da Independência do Brasil, nota como nas datas de 1922 e 1972, anos do centenário e do sesquicentenário, respectivamente, verificou-se uma notável publicação de estudos sobre o tema. Cf. Malerba (2006, p. 21-2).

³ A ideia do texto escrito historiográfico como um suporte para o compartilhamento de diversas memórias é argumentada por Wulf Kansteiner (2002) e Aleida Assmann (2011).

Essa separação entre memória e história seria operada apenas no começo do século XX pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, para quem a memória constituir-se-ia em uma recuperação e manutenção do passado pela coletividade, mas sempre marcada por sua fluidez, pela sua ligação com aquilo que também pode ser visto como mágico, sagrado, expresso sempre pelo social. A história, por outro lado, envolveria uma operação laicizante marcada pela rígida separação entre o sujeito o objeto. Assim, para Halbwachs, “[...] a história só começa no ponto em que tradição termina, no momento em que se apaga ou se decompõe a memória social [...]” (HALBWACHS, apud DOSSE, 2003, p. 281).

Seria somente na década de 1980 que esse debate recuperaria espaço entre os historiadores. Nesse ponto é imperioso fazer uma menção à obra de Pierre Nora⁴. Em seu projeto *Les lieux de mémoire*, concebido nos anos 1970, mas cuja publicação de seu primeiro volume ocorreria em 1984, tratou o historiador francês de fazer a dessacralização dos “lugares de memória”, compreendidos como eixos memorialísticos imprescindíveis para a construção da identidade francesa. Importante mencionar esse projeto, pois nele também já se percebe a compreensão que esse autor apresenta sobre a memória e a história (entendida aqui enquanto reconstrução cognitiva do passado). Segundo Pierre Nora, essas duas esferas seriam dois polos completamente antagônicos. A memória, manutenção viva do passado no presente sem qualquer averiguação crítica, sujeita a afetividade como também ao poder, podendo ser censurada e distorcida segundo a demanda necessária para a coesão social (NORA, 1993, p. 8-9). A história, ao contrário, tem como missão o discurso crítico e distante, desnaturaliza uma percepção acrítica do passado.⁵ Para o historiador francês, inclusive, a aceleração própria da modernidade teria nos tirado de uma condição de “sociedade memória”, para uma de “sociedade história”. É justamente nesse ponto que emerge seu conceito de *lugares de memória*, como espaços residuais para o armazenamento funcional e simbólico de elementos considerados passados, sem qualquer possibilidade de serem resguardados por uma memória natural (NORA, Op. Cit., p. 13).

Essa operação de historicizar as memórias a partir de uma “operação intelectual laicizante” serviu como importante referência para a historiografia que se seguiu e foi inspirada pela obra do historiador francês. Aqui no Brasil, muitos trabalhos guiados pelo conceito operatório de *lugares de memória*, o vincularam ao também importante termo de *invenção das tradições* de Eric Hobsbawm (2002). Essas pesquisas, produzidas

⁴ Para análise do pensador francês utilizar-se-á a introdução a sua obra *Les lieux de mémoire*, traduzida para o português por Yara aun Khoury, e cuja publicação data de 1993.

⁵ “[...] A história, porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica” (NORA, 1993, p. 9).

principalmente ao final da década de 1980 e se estendendo até os anos 2000, se destacaram pelo trabalho de desmistificação e dessacralização de significações comuns de nossa memória nacional, geralmente construída e manipulada pela intervenção do Estado.⁶

Os trabalhos inspirados por esse referencial, por sua vez, fizeram relevantes abordagens no que tange a uma interpretação ideológica dessas construções discursivas. Assim, não apenas a memória era vista como objeto privilegiado para o trabalho do historiador, como também, as próprias narrativas históricas passaram a ser vistas como fontes fundamentais para o escrutínio dessas memórias, sobretudo aquelas que revelavam um caráter fortemente político de legitimação do Estado. As pesquisas preocupadas em analisar essas representações, tinham por intuito final desvelar os significados que elas portavam e, por outro lado, apontar para o caráter falsamente objetivo que essas produções historiográficas pretendiam ter. Dessa forma, as fontes historiográficas eram percebidas muito mais como uma *memória* acerca de determinados eventos políticos, pois sua preocupação em defender o Estado e seus agentes como centro principal da vida política afastariam essas narrativas de uma validação científica.⁷

A preocupação da presente dissertação é, em parte, trilhar o sentido inverso desse caminho. Não negamos que as obras historiográficas do período tenham produzido uma leitura conservadora acerca da emancipação do Brasil. Em contrapartida, nos questionamos se, ao analisarmos todas essas produções sobre a ótica apenas de sua significação não estaríamos nivelando em um mesmo plano, os mais diversos trabalhos que preocuparam em refletir sobre o processo de nossa independência política. Objetivaremos, portanto, a análise

⁶ Toma-se como exemplo os trabalhos de Motta (1992); Lyra (1995) e Sandes (2000). Podemos também citar o trabalho de Guimarães (2007), embora a autora não pareça fazer uma oposição tão clara entre memória e história.

⁷ Noé Freire Sandes, por exemplo, parece endossar a tese de José Honório Rodrigues de denunciar a “versão conservadora” acerca da emancipação nacional. Ao analisar os trabalhos de Oliveira Lima e Tobias Monteiro, ressalta o autor: “Na década de 1920, destacam-se dois autores que assumiram a posição de clássicos nas interpretações sobre o movimento de independência: Tobias Monteiro e Oliveira Lima. Ambos produziram obras de síntese, fruto de longo trabalho de pesquisa e erudição, e alcançaram tamanho prestígio que acabaram por fixar a matriz interpretativa de onde avultam os elementos de continuidade entre 1808 e 1822. Dessa forma, varreram-se para longe todos os projetos políticos distantes do ideário monárquico, retirando a própria noção de conflito da trama da independência. [...] Entre Pedro I e seu filho, Pedro II, deu-se o gesto inicial e finalizador da obra de construção da nação que ressurgiu, nos anos 20, valorizada no confronto com as mazelas republicanas. [...] apesar das nuances individualizadoras de cada obra, se estabelece um traço comum: a valorização da unidade nacional como herança da monarquia e o relevo da figura dos imperadores. A nação faz as pazes com os ‘pais fundadores’, deixando para trás toda a gama de conflitos, projetos e lutas, enfim, o tecido constitutivo da história.” Cf. Sandes, (2000, p. 149-150). Necessário lembrar que, por “versão conservadora”, remete o autor ao ensaio de José Honório Rodrigues, publicado em 1972, que separa a historiografia da Independência entre uma que defenderia a versão conservadora, enxergando 1808 como momento inicial da emancipação e outra, uma versão liberal. Essa última perceberia 1822 como um momento de ruptura cujos projetos de nação somente seriam refreados décadas depois. Assim, no momento em que Sandes refere-se ao abandono da gama de conflitos, projetos e lutas, sendo vistos esses como o “tecido constitutivo da história”, o autor também demonstra desconfiar com relação à validade das narrativas por ele analisadas.

de algumas obras lançadas durante o período e que se ocuparam em rememorar os principais eventos que levaram o país a sua autonomia política, com o intuito de perceber os aspectos epistemológicos que podem ter conduzido essas obras a serem referências imprescindíveis para uma história da historiografia da Independência do Brasil. Ou, pelo contrário, notar elementos que fizeram com que essas produções não alcançassem seu devido lugar em uma memória disciplinar. Por meio de uma abordagem epistemológica⁸ dessas narrativas, buscaremos evidenciar por quais conceitos e concepções teóricas importantes intelectuais rememoraram o passado político nacional por meio de uma narrativa historiográfica. Nesse ponto, a ideia defendida por Jörn Rüsen de que as formas de apresentação presentes na historiografia exprimem um papel tão importante quanto os métodos de pesquisa, nos fornece um bom amparo com relação aos nossos objetivos:

Com efeito, o conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na historiografia, para a qual as *formas de apresentação* desempenham um papel tão relevante quanto os métodos para a pesquisa. Nessas formas de apresentação que devem ser distinguidas dos métodos da pesquisa, desembocam os processos de pesquisa do conhecimento histórico regulados metodicamente. Mesmo se elas, como fator do pensamento histórico com e sobre as fontes, sejam não raro negligenciadas, vistas como de pouca importância ou consideradas até como externas à ciência, fazem parte necessariamente do trabalho cotidiano do historiador [...]. A obtenção de conhecimento histórico empírico a partir das fontes, orienta-se, por princípio, a tornar-se historiografia. Com isso, ela mesma se constitui também produto da pesquisa histórica (RÜSEN, 2010, p. 33-4).

A representação escrita do passado, portanto, torna-se uma ferramenta não apenas de orientação para os homens no tempo. Ela também exprime conceitos, perspectivas e ideias concernentes a essa construção do processo intelectual reivindicada por Wehling (2008, p. 188). Dado esse ponto, buscaremos evidenciar quais elementos nas obras aqui analisadas poderiam indicar certo distanciamento com relação às memórias até então presentes no imaginário de nossa emancipação política, bem como notar quais operações intelectuais auxiliaram algumas dessas obras a se tornarem importantes referências no que tange a uma história da historiografia da emancipação nacional.

Essa, por fim, torna-se mais uma ressalva quanto a nossa metodologia: para além da preocupação de uma abordagem epistemológica, as obras que aqui analisaremos são relativas a uma historiografia da Independência do Brasil. Será esse tópico o principal fio condutor de

⁸ Entenda-se abordagem epistemológica por aquilo que Arno Wehling define como uma análise que visa “[...] buscar compreender a construção do processo intelectual do conhecimento histórico [...]”. Cf Wehling, (2008, p. 188).

nossa dissertação. Não se trata de uma abordagem ocupada com a vida e obra dos historiadores, de determinados conceitos desses últimos nos seus mais diversos trabalhos, etc. Esses elementos apenas poderão emergir no momento em que nos auxiliarem a refletir o modo sobre o qual as representações historiográficas da emancipação nacional foram construídas por seus autores.⁹

Quanto às principais obras que nos serviram como fontes para análise devemos destacar quatro: as conferências promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, intituladas *O ano do Centenário*, com o intuito de rememorar os principais eventos que levaram a emancipação nacional; a *História da Independência do Brasil*, de Pedro Calmon, publicada em 1923 na revista da mesma agremiação; a *História da Independência* de Varnhagen, publicada postumamente em 1916, servindo de importante “prévia” para as ações promovidas pelo Instituto Histórico; e, por fim, *O movimento da Independência* de Oliveira Lima, publicado no ano de 1922. A escolha desse material se construiu a partir de levantamento bibliográfico, bem como de nossas escolhas teórico-metodológicas que serão mais bem expostas ao longo da presente dissertação. Por fim, não deixarão de serem citadas outras obras e trabalhos publicados no período no sentido de que fornecerão uma importante referência para percebermos alguns dos principais tópicos que ocupavam a intelectualidade do período e que, de certa forma, ressoavam na escrita da história de nossos principais autores.

O trabalho será organizado a partir de três capítulos. No primeiro, nos ocuparemos principalmente com relação à *memória* da Independência e seu exercício por meio da comemoração. Com o auxílio de fontes secundárias, buscaremos apontar para os principais significados atribuídos à emancipação nacional. Com o auxílio de Paul Connerton (1993), cuja argumentação de que a comemoração jamais deve ser pensada como uma mera rememoração do passado, mas, principalmente, a defesa de que aqueles que o relembram alegam a plena continuidade com os acontecimentos a serem evocados, buscaremos mostrar como ocorreu esse exercício de memória¹⁰ durante as comemorações do Centenário da Independência. Faremos questão de enfatizar essa tensão entre a necessidade da rememoração e o empenho do Estado em instrumentalizá-las a seu favor. Além disso, serão apontadas as principais imagens que foram construídas desde a emancipação nacional e os significados atribuídos a essa, até chegar-se o momento máximo de sua rememoração. Por fim,

⁹ Algo que Horst Walter Blanke, em sua definição dos tipos de história da historiografia define como a *história dos problemas*, que, dentre suas possíveis abordagens trata também da recepção de determinados eventos por parte da historiografia. Cf. Blanke (2008, p. 31).

¹⁰ Aqui também será de extrema valia as reflexões de Paul Ricoeur (2007).

encerraremos o capítulo comentando sobre a tensão entre a necessidade da rememoração e o papel do historiador no período como o principal artífice dessas memórias.

Notar-se-á que nesse primeiro momento caminharemos bastante próximos das análises que se ocuparam com o tema da relação entre o Estado e o seu papel na construção da memória. Será então no segundo capítulo que iniciaremos a análise de algumas das produções historiográficas do período. Nesse momento privilegiaremos as conferências do *Ano do Centenário*, realizadas em 1922, bem como a obra de Pedro Calmon, publicada em 1923. Tanto as conferências quanto o trabalho de Calmon são importantes referências para se escrutinar o pensamento histórico do período. Por meio delas se pode perceber uma relação mais tensionada entre memória e história, dado que suas produções sob o incentivo do IHGB, instituição que recebeu generosos benefícios por parte do Estado nacional para a rememoração dos cem anos de Independência poderiam ser vistas como aquelas destinadas a tão somente endossar uma narrativa oficial da emancipação. Nesse ponto buscaremos enfatizar que a representação do passado não obedece apenas a escolhas arbitrárias por parte de quem a representa, ou então, é condicionado apenas pela posição que esse sujeito ocupa. Buscaremos demonstrar que essa representação obedece a critérios de racionalização sobre o passado, exigindo um necessário distanciamento do mesmo. Aqui a ideia de *constituição de sentido*, do presente sobre o passado com vistas a encaminhar o futuro, defendida por Jörn Rüsen (2010), poderá nos auxiliar a percebermos melhor como se opera essa dita racionalização.

Por fim, no terceiro e último capítulo abordaremos as obras de Francisco de Adolfo Varnhagen e de Oliveira Lima. A obra de Porto Seguro trata-se de uma publicação póstuma, dado que o historiador falecera no ano de 1878. No entanto, dado que uma quantidade apreciável de trabalhos¹¹ considera sua interpretação acerca da independência uma leitura matricial desse fato político, bem como a inserção de sua publicação nos eventos preparatórios para a comemoração do Centenário da Independência, promovida pelo IHGB, torna-se necessária a apreciação de sua obra. Por fim, *O movimento da Independência*, de Oliveira Lima. Além de, igualmente, ter conseguido ocupar um importante espaço dentro da historiografia de nossa emancipação política, trata-se de um estudo que soube repensar esse processo a partir das novas demandas do ideário conservador do período, mas, acima de tudo, atendeu também a algumas novas perspectivas teóricas e epistemológicas presentes na escrita da história de então.

¹¹ No caso, os estudos de Costa (2005); Malerba (2006); Guimarães (2007) e Pimenta (2008).

Assim, no próximo capítulo abordar-se-á a memória¹² da emancipação nacional na sua relação com o poder e sua instrumentalização, por meio da comemoração, enquanto nos dois capítulos posteriores analisaremos como ocorrerá certa *racionalização* dessas mesmas imagens representando a emancipação nacional por meio da historiografia. Pretendemos demonstrar que alguns dos *topos* apontados no segundo capítulo confluiriam em uma nova significação da Independência nas fontes aqui analisadas. Por isso, objetivaremos o foco na análise da “construção do processo intelectual” (WEHLING, 2008, p. 188) dessa escrita da história.

Por meio dessa abordagem pretendemos demonstrar não apenas uma relação mais dinâmica entre memória e historiografia presente na escrita da história desses autores, como também compreender os motivos que levaram essas obras a conseguirem um lugar junto a nossa memória disciplinar ocupada de nossa emancipação política. Todas elas pareciam comprometidas com algum discurso oficial e atenderam em parte o ideário conservador do período, já apontado por outros autores. Busca-se, no entanto, aqueles elementos epistemológicos que podem ter atuado como fatores de validação nessas obras.

¹² Cabe aqui mais uma ressalva. Entendemos que parte importante do estudo da memória está centrada na sua recepção. Como afirma Wulf Kansteiner, a memória coletiva necessita ser trabalhada em uma “hermenêutica triangular”, na qual é abordado o artefato, o produtor e seu receptor, Cf. Kansteiner (2002, p. 196-7). Necessário, portanto, enfatizar que nosso trabalho estará focado nas duas primeiras partes desse processo. Quando pensarmos em sua possível recepção, ela estará delimitada pelo ambiente “letrado” do período aqui analisado.

2. COMEMORAÇÃO E MEMÓRIA. A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO MONÁRQUICO

Em 16 de setembro de 1922, o então presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, recebia em um grande banquete os diplomatas estrangeiros e enviados especiais de outras nações, em comemoração aos cem anos de Independência do país. Em seu discurso procurava listar alguns dos principais eventos políticos ocorridos a partir de 1822, bem como as conquistas econômicas e culturais alcançadas pelo Brasil. Um pouco antes de encerrar sua fala, procurava justificar seu recurso ao passado e sua significação para o presente momento.

Digo-vos isto, senhores, apenas para que vejais que não temos ficado estacionários; que o Brasil, compenetrado da missão que lhe cabe na cena internacional tem prestado devotamente o seu concurso à obra da civilização em que viveis empenhados, e é digno da consideração com que honrais neste momento: vós de certo reconhecereis no esforço pertinaz da nossa adolescente nacionalidade a promessa de uma larga política de realização, capaz de corresponder na vida material da nação aos grandes ideais que a guiaram na transformação inaugurada a Sete de Setembro de 1822 (PESSOA, 1922, p. 18)¹³.

O trecho acima apreende uma leitura do tempo histórico nacional que, encerra não somente a concretização de um passado inaugural no presente, momento digno de consideração das autoridades que ali estavam, como contém a promessa de outras tantas realizações que o porvir lhe reservaria. No dia 7 de setembro daquele ano, o Brasil completaria o primeiro século de sua existência política autônoma. Esse marco despertaria atenções muito antes da chegada da data em si. As referências na mídia impressa e nas revistas ilustradas à aproximação do evento já seriam percebidas pelo menos com uma década de antecedência, avivando um profundo debate não apenas sobre o passado, mas sobre o próprio futuro do país.

O presente capítulo tem por objetivo explorar a relação entre a memória e a comemoração. Principalmente, busca pensar aquela a partir de uma instrumentalização encetada pelo poder do Estado, na construção de um passado cuja mensagem política seja também perceptível. Se pensarmos a memória como uma imagem do passado cujo compartilhamento auxilia a atenuar diferentes perspectivas em conflito, pode-se perceber como o uso dela e da própria história acabam por ter uma força de legitimação da ordem constituída. É nesse sentido que exploraremos a relação entre a memória e a historiografia

¹³ A fala do chefe de estado encontra-se na *Revista da Semana*, de 16 de setembro de 1922.

também como formas de discurso político. A reivindicação do poder por meio dessas expõe uma confrontação entre a pretensa neutralidade da historiografia e o partidarismo de seu uso político. Para tanto, mostraremos algumas alegorias pela qual passou a memória da independência do Brasil, principalmente a partir da efeméride de seu centenário.

2.1 CEM ANOS DE INDEPENDÊNCIA: A COMEMORAÇÃO ENTRE A SACRALIZAÇÃO DO PASSADO E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O momento no qual as comemorações deveriam ser realizadas apresentava certas contradições. Uma república que, privilegiando um liberalismo de cunho oligárquico, encontrava seus sinais de esgotamento na década de 1920¹⁴ e devia lembrar nosso ato fundacional promovido por uma... Monarquia. Um nacionalismo exacerbado que se iniciara com a Primeira Guerra Mundial parecia deixar seus promulgadores em dúvida de como proceder com a rememoração do príncipe português que nos legara a Independência. Seria mesmo o “grito do Ipiranga” um ato que nos trouxera autonomia política? A discussão dessas questões diz muito mais do que apenas uma leitura do passado, mas envolve também a compreensão do que acontecia na contemporaneidade dos sujeitos que comemoravam o primeiro centenário da Independência nacional.

A historiografia acerca da criação dos Estados nacionais reflete o caráter essencialmente moderno desse processo. A desestruturação da vida comunitária promovida pelo desenvolvimento do capitalismo demandou a criação de novos laços sociais, em espaços a partir de então urbanos e em uma sociedade completamente nova. A elaboração de símbolos, como a bandeira e o hino, a estruturação do ensino regular pelo Estado como uma forma de padronização, festividades e demais eventos deveriam criar uma nova comunidade, assentada em um território amplificado e que deveria ser homogeneizado culturalmente¹⁵.

¹⁴ Além de alguns movimentos que sinalizavam o descontentamento com relação à conjuntura política de fins da Primeira República, tendo sido a tomada do forte de Copacabana como o principal acontecimento político no ano de 1922, boa parte da historiografia política e econômica do período percebe a década de 1920 como um momento de desestruturação do sistema oligárquico. O crescimento econômico do início do século XX permitiu a ascensão de novos grupos e atores sociais que se sentiam desprestigiados pelo sistema político de então. Esse cenário facilitaria o surgimento de inúmeras críticas ao Estado brasileiro tendo seu desfecho com a Revolução de 1930. Esse referencial claramente “gramsciano”, de insuficiência do Estado em atender às demandas de novos grupos sociais encontra-se nas obras de Vizentini (1992) e Prestes (1994) acerca do tema. Outro trabalho consagrado em nossa historiografia que também se centra na crise de 1920 como o início de um processo que culminará no movimento de 1930 é o de Fausto (1978).

¹⁵ Necessário ressaltar que se trata de um exercício de síntese de duas obras muito usadas pela historiografia brasileira que exploram esse processo, a de Eric Hobsbawm (2002) e Ernest Gellner (2000).

Portanto, comemorar era preciso, mas parecia haver a necessidade de coordenar diferentes memórias do Sete de Setembro em direção ao mesmo fim.

A elaboração de um passado que servisse como referência para essa nova coletividade passava então a ser uma prioridade. Como lembra Lucia Lippi de Oliveira, as comemorações são inseridas nesse processo, apresentando um jogo duplo com relação ao tempo histórico. Por um lado, uma ideia moderna de temporalidade enfatiza a passagem de um tempo linear, progressivo, em que a realização humana se percebe como exequível no plano terrestre. Por outro lado, não se pode deixar de notar esse elemento antropológico, de vivência de um tempo cíclico, no qual o corte no calendário promovido pelas efemérides pode proporcionar uma forma de atualização dos anseios da coletividade. Por mais que se deva ter cautela ao transmutar análises de cunho individual para um plano mais amplo, a comemoração não deixa de conter esse traço existencial. Da mesma forma, em nossa vida particular, em todos os aniversários, finais de ano e outras celebrações não deixamos de realizar uma reflexão sobre a passagem da nossa vida e a construção de novas metas, um fenômeno muito parecido ocorre com as coletividades (OLIVEIRA, 2000, p. 184).

Esse passado rememorado comumente costuma representar um evento, um mito fundador. Seja uma guerra, seja um fato cuja caracterização esteja menos tingida de sangue, trata-se geralmente de um ato com forte conotação política. Mesmo que se possa cultuar sujeitos e períodos históricos, a assimilação desses se liga a ações e fatos que então facilitam sua rememoração. Importante frisar que o evento histórico é incapaz de adquirir essa importância por si mesmo, por mais marcante e impactante que ele possa ser. Trata-se sempre de uma relação de poder, na qual diversos grupos sociais tendem não somente a decidir se determinado acontecimento merece ser lembrado, bem como os diversos significados de que o mesmo pode ser revestido. Sendo alçado à categoria de evento memorável, ocorre, por conseguinte, a ritualização de sua rememoração. Como lembra Paul Connerton (1993), o rito está longe de ser algo meramente formal. Os que participam dele, seus idealizadores, sentem que sua celebração é obrigatória, e a violação dessa última, uma injúria a seus próprios praticantes. Na comemoração, segue argumentando o autor, o rito remete à recordação de um evento em especial, sendo que sua principal característica se assenta na reivindicação que aqueles que o comemoram estão em plena continuidade com o próprio passado (CONNERTON, 1993, p. 53-4).

Se se trata de uma relação de poder, deve-se compreender também sua necessária legitimidade para a adesão de distintos indivíduos. No contexto da Primeira República, o ano de 1900 foi a primeira oportunidade para a celebração e construção de um passado comum,

que pudesse unir e atenuar diferentes perspectivas. As comemorações relativas ao quarto Centenário de Descobrimento do Brasil, no entanto, foram muito tímidas. Os principais empecilhos para a realização das festividades consistiam na crise do executivo federal, tanto no plano econômico, quanto político e social. O país ainda tentava superar os ânimos políticos exaltados oriundos de conflitos como a Revolta da Armada, em setembro de 1893, e a Revolução Federalista ocorrida no sul do Brasil entre 1893 e 1895. Assim, mesmo que os festejos de 1900 pudessem contribuir para a tarefa de amenizar os diferentes ânimos e construir novas narrativas sobre o passado do país, as adesões à sua programação foram muito limitadas (OLIVEIRA, 2000, p. 187-8).

Outra questão importante do período também recaía na esfera do Estado. O regime republicano até então não parecia ter sido capaz ainda de elaborar uma narrativa muito convincente sobre o passado nacional. Para muitos intelectuais, a partir da Proclamação da República, o passado recente do Brasil parecia ter sido deixado de lado. Quando o novo regime político nem dez anos havia completado, Joaquim Nabuco já protestava contra o tratamento dispensado ao período colonial e até mesmo imperial:

[...] Nossa história está atravessando uma crise, que se pode resolver, quem sabe por mutilação definitiva. Uma escola religiosa, (...), mais política em todo o caso do que religiosa pretende reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant (NABUCO, 1986, apud GUIMARÃES, 2007).

Havia, portanto, certa percepção de que os novos governantes haviam falhado em manter viva uma memória nacional, ou ao menos a “mutilaram”, nos dizeres do próprio Nabuco, reduzindo-a a poucos nomes que poderiam ser moldados ao ideário republicano. Era visível a indignação de algumas figuras notáveis e simpatizantes do período imperial com o descaso com que era tratada a história recente do país. Para se compreender melhor como se chegou até esse ponto, será importante percorrer a construção da memória imperial até a comemoração dos seus cem primeiros anos. Visando facilitar um pouco mais essa reconstrução, serão sinalizados momentos decisivos que auxiliaram na elevação do Sete de Setembro à principal data nacional.

2.2. DE 1822 ATÉ 1831: O SETE DE SETEMBRO EM CONSTRUÇÃO

Dentro de nossa memória política, o Sete de Setembro é considerado até hoje o evento de maior importância em nosso processo de independência, na construção do Brasil como um

“corpo político autônomo”. Essa expressão é retirada da obra de Iara Lis Carvalho Souza (1999), que analisa como nossa emancipação política contou com um considerável repertório de representações e festividades, destinadas a formar uma sociabilidade na qual a corte e seus principais apoiadores surgissem como os principais artífices da ruptura com Portugal. Essa nova conjugação de poderes, em um Estado recém-independente, tinha por necessidade demonstrar como seu maior chefe político, d. Pedro I, havia se estabelecido como o principal construtor desse novo espaço político e social.

Como demonstra Souza, tendo sido d. Pedro escolhido pelas elites nacionais como o principal esteio do novo Estado que então emergia, lançava-se mão de várias celebrações e festividades que congregassem imperador e povo, como um corpo político coeso e independente. As viagens de adesão que fizera o chefe político ainda como príncipe regente, depois as festas de aclamação e coroação, procuravam produzir, na sociedade política do império que mal começara a se formar, seus espaços de atuação, bem como a imagem dos novos líderes a quem deveriam reportar-se. O dia da aclamação do primeiro imperador, por exemplo, foi encarado como um dos principais momentos da construção da imagem do único império do continente americano. O retrato de d. Pedro era reproduzido e levado às mais diferentes regiões do Brasil. Sua imagem emoldurada substituíva simbolicamente o imperador de carne e osso, sendo que todos deveriam prestar-lhe as mais dignas reverências. Para celebrar o imperador emoldurado que chegava, no dia 12 de outubro, bem como os que o seguiam, as festividades marcavam um dia que escapava à rotina, ritualizavam-no, revestindo aquele momento como um marco que não deveria ser esquecido. As lideranças políticas que recebiam o retrato e dedicavam-se ao seu cuidado ganhavam notoriedade, dessa forma, pela proximidade com o maior chefe político do império, estabelecendo uma clara hierarquia no novo contrato firmado entre o imperador e seus súditos (SOUZA, 1999, p. 260-5).

Embora esse capítulo tenha por proposta abordar a problemática da memória e sua relação com a comemoração, importa salientar que essa construção, sendo muitas vezes empreendida pelo Estado, não ocorre de maneira uníssona. Dentro de suas instituições, pode haver a concomitância de vários projetos que se utilizam do passado visando perspectivas distintas. De igual forma, sua inerente historicidade, como se pretende demonstrar aqui, permite que se visualizem as disputas e discontinuidades que ocorrem no processo de construção de um passado comum a todos.

2.2.1. O Primeiro Reinado: o grito do Ipiranga, a aclamação e a fama

Viagens de adesão, festas de aclamação, coroação... E o “grito do Ipiranga?” Parecia haver, de fato, certo silêncio quanto ao seu peso na ruptura com Portugal no período mencionado. Maria de Lourdes Viana Lyra (1995), em trabalho que procura demonstrar o processo de construção do Sete de Setembro como data símbolo da Independência nacional, analisa farta documentação compreendendo como a ideia de liberdade no período estava atada aos princípios de liberdade comercial e política, tendo essas reivindicações sido atendidas já no período joanino. Somente com a volta de d. João VI a Lisboa e com o recrudescimento das propostas da assembleia constituinte reunida em Portugal, no sentido da restrição das conquistas relativas ao período de estadia da corte no Brasil, o discurso de oposição a Portugal ganharia força.

Mesmo desvinculando-se de Portugal no decorrer do ano de 1822, permaneciam muitas dúvidas sobre qual acontecimento teria tido um papel chave naquela conjuntura.

[...] O olhar mais atento aos registros da imprensa ou aos discursos políticos sobre os acontecimentos de 1822 e sobre as repercussões ocorridas na sociedade da época revela não apenas omissões ou desencontros frequentes, isto é, sobre a data precisa da Independência, mas evidencia ainda o completo silêncio quanto ao Sete de Setembro como o marco definitivo da proclamação da Independência, representação que se tornaria símbolo maior da memória nacional (LYRA, 1995, p. 179).¹⁶

Outro importante elemento trazido pela autora toca a questão de que, se fosse possível apontar para uma data considerada pelos contemporâneos o marco da emancipação do Brasil e a consolidação do novo império, essa seria o dia 12 de outubro, dia da aclamação de d. Pedro I como imperador constitucional “por vontade de todo o povo do Brasil” (apud LYRA, Op. cit. p. 186). De fato, o ato de aclamação estava ligado ao ideário das luzes daquele contexto,

¹⁶ Um dos documentos mais incisivos quanto ao desejo de ruptura com Portugal trazido pela autora é a carta de d. Pedro I ao pai d. João VI, datada de 22 de setembro de 1822. É nessa carta que o primeiro imperador do Brasil afirma que “[...] de Portugal nada, nada; não queremos nada”, como também, “Triunfa e triunfará a independência brasileira, ou a morte nos há de custar” (apud Lyra p. 183). No entanto, um fato mais importante é o de que teria sido essa missiva escrita em resposta às cartas régias datadas de 1 e 2 de agosto, com as últimas resoluções das cortes em relação ao Brasil. Importa salientar esse aspecto, pois esses decretos teriam obrigado d. Pedro a dar o Grito do Ipiranga como uma resposta definitiva às resoluções das cortes. Essa afirmação se mostra contraditória, pois, como explica a autora, valendo-se da obra de Varnhagen, as notícias de Lisboa que haviam chegado ao Rio até 28 de agosto somente traziam notícias de Portugal até 3 de julho, ou seja, havia aí um espaço de tempo que não permitia explicar como o príncipe regente recebera as tão conhecidas resoluções datadas de agosto nos campos do Ipiranga em sete de setembro. O próprio Varnhagen, cuja obra se destaca pela excelência documental de sua pesquisa, não soube desatar muito bem esse nó, apenas afirmando que as mesmas notícias já falavam da impossibilidade de aprovação das Cortes das medidas tomadas em favor do reino do Brasil, além de outros fatos que somente seriam oficializados com os decretos de começo de agosto de 1822 Cf. Lyra (Op. cit., p. 183-184).

pois se tratava de um pacto entre o chefe do Estado que se formava e seus cidadãos, sendo aquele alçado à posição de liderança política pelos últimos. Uma breve análise das festividades desse período fornece um bom indício quanto a essa possibilidade, e para isso basta lembrar a menção já feita ao trabalho de Iara Lis Carvalho Souza quanto ao ritual que revestia as festas da aclamação. O retrato do imperador levado às principais cidades do império, sua alocação junto às elites locais, a proeminência que essas ganhavam pela sua proximidade com um d. Pedro emoldurado... Todos esses elementos formavam uma lógica de sociabilidade que expunha um fato também político. Caso fosse reduzida a análise à capital imperial, esse aspecto tornar-se-ia mais evidente. Ali, enquanto a coroação ocorrera em recinto fechado e sob a tutela da Igreja Católica, a aclamação ocorria na praça, com a presença da tropa, instituições que apoiavam o novo imperador e a elite econômica e política do império. Todo esse jogo evidenciava o contrato celebrado entre povo e imperador (SOUZA, 1999, p. 259).

A solidez desse pacto seria efêmera. Com a outorga da constituição em 1824, a supressão da Confederação do Equador naquele mesmo ano e a assinatura do Tratado de Paz e Aliança em 1825,¹⁷ a imagem de d. Pedro perante os grupos liberais que o auxiliaram na subida ao poder entraria em descrédito. É a partir desse momento que se inicia o empreendimento de construção do Sete de Setembro como a data símbolo da emancipação política brasileira. Em 1826, dois acontecimentos marcam essa virada: a lei promulgada em nesse mesmo ano que inseria o Sete de Setembro no mesmo patamar de outras “*datas de festividade nacional em todo o império*”;¹⁸ a carta do padre Belchior, testemunha ocular do grito do Ipiranga, que, inclusive, fora quem lera as cartas vindas de Portugal a d. Pedro, causando nele a ira com relação às políticas vindas das cortes constituintes reunidas em Lisboa. Esse último item constituir-se-ia em fonte imprescindível para a narrativa da independência. Por fim, um dos últimos e principais elementos que auxiliaram na consolidação da figura de d. Pedro I como o grande artífice da ruptura com Portugal foi a obra de José da Silva Lisboa. Em sua *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil*, publicada entre 1827-1830, surge pela primeira vez uma narrativa histórica que busca

¹⁷ A assinatura do tratado entre Portugal e Brasil, intermediado pela coroa inglesa, suscitaria indignação entre os setores mais liberais do período, já que o título de d. Pedro I seria alterado drasticamente de “D. Pedro, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil”, para a simplificada forma de “Majestade Imperial”, devido à rejeição de Portugal pela fórmula anterior, Cf. Lyra (Op. cit., p. 194).

¹⁸ Seriam estas as datas: 9 de janeiro (dia do Fico), 25 de março (juramento da constituição de 1824), 3 de maio (abertura da assembleia constituinte) e o 12 de outubro (já mencionado como a data aclamação de d. Pedro I.

sacramentar a posição do primeiro imperador do Brasil como o monarca que conseguira, em um arroubo de heroísmo, sacramentar a autonomia política do país.

[...] a declaração da total independência da nação brasileira, é obra espontânea, e única sua, sem protótipo na história dos impérios; por ser resolvida estando fora da Corte, sem ministros e conselheiros de Estado, sem solicitação e moral força de requerimento de povos (LISBOA, 1829 apud LEITE, 2003, p. 3).¹⁹

Os fatos aludidos mostram uma disputa em torno da representação de um marco político. Enquanto grupos liberais pretendiam firmar o 12 de outubro como a data símbolo da independência política do Brasil, por estar em consonância com o princípio liberal de contrato social entre povo e imperador, o 7 de setembro começara a adquirir proeminência como uma resposta à crise política que atingia à figura de d. Pedro.

O processo de construção do Sete de Setembro como data magna, descrito até agora, detém-se ainda nos primeiros anos de fundação e consolidação do império. Notar-se-á que, naquele contexto, não seria muito prudente já pensar em uma “memória da independência”, pois o termo *memória* sinaliza para a dinâmica entre a recordação e o esquecimento de um fato já marcado pelo passar do tempo. Para melhor descrição do que se passava em tal momento, um conceito que pode nos auxiliar na análise seria o de *fama*, tal como posto por Aleida Assmann (2011). Percebido pela autora como um ideal de eternização que começa a se tornar secular e mais democrático a partir dos gregos,²⁰ sua imagem é vinculada à deusa da mitologia antiga, de cujo nome deriva o próprio termo. Sua representação comumente se dá pela figura feminina que carrega consigo uma trombeta, instrumento que alude ao longo alcance que o seu toque pode proporcionar, ampliando o reconhecimento de algo ou alguém no espaço e, de acordo com a magnitude do que é tocado, também no tempo. As festividades anteriormente descritas, em especial, a de aclamação do imperador no dia 12 de outubro e a articulação em torno do 7 de Setembro, demonstram disputas com vistas a dar a maior extensão possível a um fato histórico, bem como a significação que o próprio processo de independência adquiriria pela opção de um ou outro.

¹⁹ Renato Lopes Leite parece ter certa suspeição de uma disputa entre o 12 de outubro e o 7 de setembro; no entanto, não nega a construção desse fato e a importância que a obra do Visconde de Cairu possui nesse processo cf. Leite (2003, p. 1-3).

²⁰ Nesse ponto a noção de fama se distingue de outro importante termo relacionado com o culto do passado, ou melhor, de alguém que já esteve presente e agora não se encontra mais entre os vivos. Trata-se da *pietas*, geralmente associado com a necessidade de recordação dos mortos. Essa tarefa liga-se com a imprescindível ritualização que ocorre na cerimônia da passagem de uma vida para outra, de modo a assegurar a boa travessia da alma que está chegando para o mundo dos mortos. Por isso associa-se a fama com a secularização desse processo. Ver Assmann (2011, p. 37-42).

Essas diferentes construções expõem a importância dos meios pelos quais se pretendia eternizar os fatos relativos à emancipação política do Brasil. Para o êxito de consolidação de determinado feito, portanto, havia a presença desses elementos, ligados aos grupos de poder, bem como aos suportes pelos quais se veiculavam seus discursos.²¹ A proeminência do Grito do Ipiranga, ao menos nessa primeira etapa da construção, deveu-se em parte a esses aspectos já salientados, ou seja, tanto a agilidade e a força de um grupo político ligado ao imperador, bem como ao trabalho de José da Silva Lisboa, no qual a carta do Padre Belchior teria desempenhado um papel fundamental para o êxito dessa empreitada.

Mesmo alcançando algum destaque, o esvaziamento da imagem de d. Pedro junto aos seus súditos, ocasionado pelo fracasso político experimentado ao final do Primeiro Reinado, arranhou a moldura do Grito do Ipiranga que começara a ser construída. Assim, tendo em um primeiro momento alcançado certa magnitude, a associação do Sete de Setembro com o processo de emancipação nacional ainda parecia incerta e marcada por alguma dubiedade. Prova disso seria a própria inclusão do Sete de abril, data da Abdicação de d. Pedro, dentro do calendário de festas cívicas, ato realizado pelo governo regencial. Essas disputas demonstram que a imagem do primeiro imperador trazia em si diferentes perspectivas acerca de qual seria a representação mais viável.

2.2.2. O Segundo Império: entre a afirmação e a crítica, relembra-se o grito do Ipiranga

Como exposto anteriormente, se a ideia da *fama*, surgida com os gregos remetia ao desejo de eternização junto ao plano terreno, foi durante o período renascentista que a percepção do passado como um período já inatingível pela via direta se tornou mais intenso. No que poderia ser entendido como um processo de “depuração” dos textos canônicos da Antiguidade, importantes filólogos humanistas empreenderam um estudo minucioso de textos que lhes haviam sido legados pela tradição medieval. Um exemplo paradigmático desse caso foi o Código Justiniano. De forma a aprimorar e recuperar a pureza desse texto, o que esperavam esses estudiosos era a compreensão de um longo percurso em que escrituras

²¹ Importante retomar o trabalho de Assmann para uma distinção: já na Antiguidade a presença de um meio, de um suporte para a perenidade de um fato ou indivíduo era essencial. Contudo, em uma sociedade ainda devota da tradição oral, pertencia ao bardo a capacidade de fazer com que uma história fosse conhecida por um amplo número de pessoas, sendo a qualidade do artista um dos principais fiadores da extensão da fama a que era submetido, seja o indivíduo, ou o feito que esse tivesse realizado. É com o advento da imprensa e com a ruptura de um sentido histórico ainda no Renascimento (a consciência de que há um passado inacessível pela via direta) que se daria a ampliação considerável desses meios de inscrição com vistas a eternizá-los. Mesmo assim, não se trata somente de meios, mas também de relações de poder, e prova disso é a amnésia estrutural à qual são submetidas as mulheres, por não se encaixarem nos padrões vigentes de consagração e excomunhão. Ver Assmann (2011, p. 42-66).

canônicas haviam sido constantemente modificadas, de modo a se ajustar aos costumes medievais. Como lembra Paul Connerton (1993, p. 118-9), o reconhecimento desse fato tanto lhes possibilitou assimilar que o Código estava longe de ser um texto carregado de alguma pureza que remetesse à Antiguidade, bem como o entendimento de que havia um grande percurso histórico entre os renascentistas e a antiga sociedade romana em que houve esse processo de codificação.

O papel normativo do passado na tradição, no entanto, ainda era muito forte. A quebra desse paradigma somente seria possível com a experiência da modernidade. De acordo com Reinhart Koselleck (2006), com a emergência do conceito de progresso, de um futuro que pode ser continuamente melhor que o passado – percepção essa que fora possível graças ao avanço técnico-industrial e, sobretudo, pelos acontecimentos políticos que se seguiram ao ano de 1789 – era permitido aos homens enxergarem-se como agentes do próprio destino. Isso também possibilitaria que a apreensão do passado emergisse como uma ferramenta própria a cada interesse político e social que estava em jogo nas diversas disputas de ideias que eclodiriam no século XIX. A história deixava de ser apenas um conceito relacionado ao passado e transformava-se em uma ideia que continha em si uma alta carga política.²²

O processo descrito acima de modo algum pode ser visto como a sucessão de ideias surgidas de forma linear e progressiva, sendo uma forma de vivenciar o tempo humano substituída por outra. No período imperial, essas diferentes leituras também se interpenetrariam. As ações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, fundado em 1838, são um bom exemplo disso. Idealizado por uma elite imperial matizada por uma visão conservadora da política, suas produções mesclavam diferentes concepções filosóficas oriundas dos séculos XVIII e XIX. Embora seja possível identificar certa homogeneidade ideológica em seus membros, pelo fato de eles serem defensores da política do Regresso,²³ havia algumas superposições teóricas e epistemológicas na forma de conceber a escrita da história no período imperial. Dentre essas, a mais nítida era a conciliação de um ideal iluminista de história, marcada pela ideia de progresso e de civilização, com o historicismo

²² Deve-se notar que, com relação ao primeiro processo descrito, o da emersão da ideia de progresso e de um futuro capaz de ser previsto e, até mesmo, controlado pelo ser humano, é necessário conhecer a primeira parte do trabalho de Reinhart Koselleck publicado no Brasil em 2006 sob o título de “Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos”, em especial, seus dois primeiros capítulos. Cf. Koselleck (2006).

²³ Nome dado à política que visava refrear medidas derivadas do Ato Adicional, de 1834. Entre seus principais objetivos, pode-se identificar a defesa de centralização política do Estado imperial.

romântico de matriz germânica, cuja tendência sempre fora à valorização do particular e da cultura em detrimento do universal.²⁴

Como única monarquia dentro de um continente tomado pela fórmula republicana de regime político, a reivindicação do passado para a construção de uma leitura do presente fora uma importante ferramenta para os defensores do regime imperial. Sendo os representantes do IHGB oriundos de grupos ligados ao pensamento político conservador, percebia-se aquela homogeneidade política expressa pelas suas leituras da história do Brasil. A valorização da herança portuguesa durante o processo de colonização seria uma temática sempre presente, subentendendo-se assim, que a independência do país derivava de um processo de evolução natural, sem qualquer ruptura entre metrópole e colônia (GUIMARÃES, 2007, p. 116-7). Além desse aspecto, a própria compilação e busca de documentos relevantes para a história do Brasil, um dos principais objetivos da agremiação durante seus primeiros anos de existência,²⁵ revelaria o interesse em buscar crônicas e narrativas relativas à colonização do país, havendo certo silenciamento quanto aos acontecimentos que pertenciam à história mais recente do império.²⁶

Apesar da fundação do IHGB e de seus esforços, auxiliado pelo governo imperial – afinal, cinco anos após sua fundação, os fundos da agremiação já seriam compostos em 75% por benefícios doados pelo imperador d. Pedro II –, a preocupação com a memória e o surgimento da temática da independência como tópico importante para a história nacional ainda demoraria algumas décadas para emergir com maior ênfase. Somente a partir de 1860 o debate em torno de suas representações apareceria de modo mais concreto. Nesse contexto, em que foi inaugurada a estátua equestre de d. Pedro I, ocorreria também a publicação da obra

²⁴ Essa ideia foi exposta pela primeira vez por Manoel Luis Salgado Guimarães (1988, p.7-8). No entanto, a análise de Arno Wehling sobre essa conciliação de diferentes historicismos, aparece mais bem formulada: “[...] No caso do IHGB, a admitir-se um historicismo romântico ter-se-ia de constatar, ainda, a forte influência da filosofia iluminista e ‘antecipações’ de atitudes tipicamente cientificistas; ou, inversamente, ‘antecipações’ românticas no historicismo ilustrado e ‘sobrevivências’ dele no cientificismo, por mais racionalista que se propusesse ser”. Cf. Wehling (2001a, p. 133).

²⁵ Tanto Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988) quanto Maria Lúcia Paschoal Guimarães (2007), enfatizam que a primeira fase do Instituto, que durou até meados da década de 1850, caracterizou-se pela busca de documentos relevantes para a história pátria, sendo que somente depois desse período a agremiação passaria à produção de monografias e trabalhos sobre a história do Brasil.

²⁶ Curioso notar esse dado, pois, já no discurso de abertura do IHGB, seu sócio fundador e primeiro secretário, Januário da Cunha Barbosa, clamava pela necessidade de se atentar para a história da independência, dado que a mesma vinha sendo descrita sem “[...] a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador”. Cf. Barbosa ([1838] 1908 p. 10). Somente após a década de 1850 começariam a serem exploradas as narrativas concernentes à independência e algumas revoltas coloniais precedentes. No entanto, essas seriam estigmatizadas por autores como Francisco Adolfo de Varnhagen e João Manoel Pereira da Silva, por atentarem contra a “pátria mãe” do Império. O maior exemplo de juízo tão severo quanto a esses acontecimentos seria a interpretação dada à Revolução de 1817, ocorrida em Pernambuco, segundo Guimarães (2007, p. 117-8).

de João Manuel Pereira da Silva, *História da fundação do Império*, entre os anos de 1864 até 1868, além de surgirem mais dois relatos de testemunhas oculares do grito do Ipiranga: o de Coronel Marcondes e do Tenente Canto e Melo. Já na década de 1870, apareceria o projeto de “Monumento ao Ipiranga” (hoje, Museu Paulista), proposto pela câmara de São Paulo, bem como a elaboração de uma escultura em homenagem ao “Patriarca da Independência”, José Bonifácio, no Largo do São Francisco, na capital do império.

Dentre essa exteriorização de narrativas e representações concernentes à independência do Brasil (OLIVEIRA, 1995, p. 197), podem-se depreender duas considerações. A primeira, relativa ao desejo de rememoração e ligada à questão geracional. De fato, importantes autores já salientaram essa intrínseca relação entre o espaço geracional e o esforço de sacralização de um acontecimento que corra o risco de perder-se no decurso do tempo.²⁷ Por outro lado, todas essas exteriorizações demonstravam também a crescente necessidade de usos e conformações do passado à disposição de interesses voltados para o tempo presente. O debate em torno do qual se assentou a elaboração da estátua equestre de d. Pedro I é um exemplo eloquente dessa confrontação. A ideia de erigir tal monumento se dera ainda sobre seu reinado, sendo a execução da proposta, no entanto, deixada de lado à medida que seu governo entrava na profunda crise que acarretaria na abdicação. Foi na década de 1850 que o projeto seria retomado a partir de discussões dentro do IHGB e tomaria a imprensa. Iara Lis Carvalho Souza (1999, p. 352-3) percebe como a posição desses letrados ligados ao Instituto facilitaria a viabilização da discussão em torno desse monumento. Sendo homens públicos, ligados a cargos políticos e tendo amplo espaço dentro da imprensa, suas ideias circulavam e estimulavam o debate dentro da opinião pública. Dentro desse contexto, teriam destaque especial Joaquim Norberto de Souza e Manuel de Araújo de Porto-Alegre, que, juntamente com Eusébio de Queirós, compunham a comissão julgadora que avaliaria os projetos destinados à concretização da estátua (SOUZA, Op. cit, 356).

A estátua, que apresenta o imperador em trajes militares segurando a constituição em sua mão direita, tendo ao seu pedestal a figura de quatro indígenas que representam os rios Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco, além dos brasões das vinte províncias do império, não foi erguida sem contestação. No dia 25 de março de 1862, destinado à

²⁷ Para citar aquele que, provavelmente seja o caso mais paradigmático do século XX, menciona-se aqui o trabalho de Allan Megill (2007). O autor nota, em sua análise sobre a emergência da temática da memória na historiografia, a importância dada a essa questão em 1970, a partir de uma ordem não somente ética como prática: a percepção de que, em breve, todos os contemporâneos do Holocausto estariam mortos. A isso se intensificou um trabalho de coleta e catalogação de suas memórias acerca desse evento. Cf. Megill (2007, p. 19).

inauguração do monumento,²⁸ o deputado Teófilo Ottoni, representando então as assembleias de Minas e Paraná, publicava um artigo no *Diário do Rio de Janeiro* no qual explicava os motivos para declinar de seu comparecimento à cerimônia, enquanto representante não somente das províncias já mencionadas, como também de outras municipalidades e uma sociedade científica. Sua argumentação central residia na ideia de que a emancipação política do Brasil, não podia ser vista como um acontecimento que devesse ser creditado a d. Pedro I. Pelo contrário, o imperador apenas tivera por intenção refrear um movimento nacional. Frustrou-lhe o gênio político de José Bonifácio, que completaria a obra política iniciada por Tiradentes, que, por sua vez, inspirado pela independência dos Estados Unidos, havia buscado tornar exequível o mesmo processo na parte portuguesa do continente americano ainda no século XVIII. Segue o deputado expondo que, se o monumento erigido em homenagem ao primeiro imperador expressasse uma verdadeira leitura da história do Brasil, deveria o dia 7 de abril de 1831 ser considerado uma rebelião e o Brasil inteiro necessitaria pedir anistia pelos episódios políticos que se desenrolariam naquela data (OTTONI, 1862, p. 1).

Na exposição acima se percebem já alguns elementos que seriam, posteriormente, importantes artifícios usados pela propaganda republicana para se opor a uma memória monárquica: o 7 de abril de 1831, a figura de José Bonifácio, bem como de Tiradentes. No entanto, é difícil medir de forma tão apurada o grau de oposição que a realização de tal monumento incitou no meio político e intelectual da época. Noé Freire Sandes (2000, p. 36) recorre a Machado de Assis para demonstrar que, apesar da preocupação nos meios oficiais, não ocorrera qualquer tumulto que teria diminuído a adesão do público ao evento.

[...] A festa de anteontem não foi perturbada por nenhum movimento ainda o mais individual e alheio aos motivos propalados. Os sustos do ministério tiveram bem positivo desmentido diante da placidez com que este povo assistiu à inauguração da estátua. Diante de algumas coragens, levantadas nestes dias de abatimento, fizeram crer que se tramava contra a ordem social. Não sei se isto é ridículo ou imoral. Em todo caso é uma dessas calúnias com que se vão servindo para seus acatamentos e bajulações (ASSIS, 1862 apud SANDES 2000).

Mesmo que o alarde tenha sido muito maior que qualquer ato de contrariedade, parece prudente supor que, em torno desses projetos de exteriorização das narrativas de nossa emancipação política, tramavam-se debates que exprimiam diferentes significações de acontecimentos da história nacional. Apesar dessas diferentes leituras da história do país,

²⁸ Devido às más condições climáticas o evento de inauguração somente ocorreu cinco dias depois, no dia 30 de março.

alguns elementos da memória política nacional já pareciam mais configurados. O primeiro que cabe destacar foi a imposição do Sete de Setembro como data símbolo da Independência, bem como do atrelamento do imperador d. Pedro I a esse processo. Basta lembrar como, ainda em 1822, as festividades do império abarcavam outros acontecimentos tidos como de suma de importância no processo de emancipação política, como o dia da aclamação (12 de outubro)²⁹ e a coroação do imperador (1º de dezembro). Essas últimas datas perderiam boa parte de sua magnitude logo nas primeiras décadas. Além disso, mesmo que fosse possível contrapor a recordação dessa data ao Sete de Abril, dia da abdicação – algo que seria cada vez mais frequente a partir de então –, a evocação do grito do Ipiranga e da figura do primeiro imperador se fazia necessária, mesmo que o intuito fosse o de desconstruir sua imagem.³⁰ No entanto, ao final do século XIX, com a mudança do regime político, o principal marco fundacional do país no campo político parecia sofrer um forte abalo.

2.2.3 Rememorar a monarquia na república

Importantes autores já apontaram para notável dado acerca da Proclamação da República, realizada por militares. Tratava-se da suspeição com a qual o grupo protagonista do acontecimento era percebido por outros importantes propagandistas do novo regime, sobretudo os republicanos paulistas, o mais organizado e bem dotado de recursos financeiros (OLIVEIRA, 1989; CARVALHO; 1990; COSTA, 2010a). Com uma continuidade de governos liderados por elementos civis, havia o receio de, com o novo regime, o Brasil ser vítima do mesmo processo de que as repúblicas vizinhas no continente latino-americano pareciam padecer aos olhos brasileiros: a instabilidade política derivada das sucessivas revoltas protagonizadas por grupos militares. Fruto disso seria o fato de que não teria havido uma Proclamação da República, mas sim, *Proclamações*, nas palavras de José Murilo de Carvalho.³¹ A disposição do substantivo em plural realizada pelo eminente historiador demonstra que ocorreram diversas apropriações do ato, justamente como modo de

²⁹ O Manifesto Republicano de 1870, por exemplo, qualificava a aclamação de d. Pedro I como um artifício grosseiro, uma “[...] forma de aclamação fictícia [que] preteriu a soberania popular” já que essa última carecia do seu direito básico para a representação política: o voto. Ver *Manifesto de 1870*, p. 47.

³⁰ Noé Freire Sandes, por exemplo, ao analisar as representações sobre a estátua equestre que realizavam uma crítica à escravidão, faz excelente análise sobre esse aspecto: “[...] De um modo ou de outro, a imagem do imperador cumpria o papel de mediador entre a nação e o povo, sinalizando um desejo de retomada de uma ação heroica que conduziu a nação no processo de independência, o que pode revelar que o Império ainda gozava de certo prestígio entre os populares” (SANDES, 2000, p. 38).

³¹ Carvalho (1990, p. 35-54). As páginas mencionadas comportam o segundo capítulo de sua obra, que, justamente leva o nome de “As Proclamações da República”.

deslegitimar as correntes opositoras. O fato mais iminente desse aspecto é que as correntes que se opunham entre si não eram tão somente as de monarquistas e republicanos, pois também havia cisões entre esses últimos, que comportavam os simpatizantes de Deodoro, os positivistas simpatizantes de Benjamin Constant e, por fim, os liberais paulistas.

Convém ressaltar a relação da propaganda republicana com os elementos já ligados ao período monárquico. No que dizia respeito à data magna nacional, o Sete de Setembro, parecia haver profunda inquietação dentre os líderes políticos do novo regime pela forma de proceder com relação a esse acontecimento. Proclamador da República e primeiro presidente do Brasil, Deodoro da Fonseca é categórico quanto ao papel que a data ligada à monarquia deveria ser vista pelo novo regime: “[...] E para os que quiserem ver na independência alcançada em 1822 a palavra suprema dos nossos anseios, apontaremos o 7 de abril de 1831, em que banimos o nosso primeiro imperador” (FONSECA, 1890 apud MOTTA, 1992). Segundo tal conclusão, a fundação da nação deveria ser vista como o momento em que a população teria se sobreposto à figura política de d. Pedro I, fazendo valer sua vontade sobre este último. A monarquia, assim como seus símbolos, careceria de legitimidade por não estar de acordo com a verdadeira vocação nacional que era a república.

Outra fonte para estudo é a obra de Rodrigo Octavio.³² Em *Festas Republicanas*, o autor tratou de fazer uma pequena análise das novas datas nacionais instituídas pelo decreto n° 155-B, de 14 de janeiro de 1890,³³ sob o regime republicano. Prefaciado por um dos maiores críticos do período imperial, o escritor Raul Pompeia, a obra torna-se uma importante referência sobre as construções discursivas que pretendiam conformar a memória política nacional. Atentando-se ao Sete de Setembro, Rodrigo Otávio apenas o percebe como o momento da separação entre Brasil e Portugal, mas não a independência daquele, pois o mesmo ficava escravizado por um “[...] rebento autocrático da casa de Bragança” (OCTAVIO, 1893, p. 124). Em sua interpretação a emancipação ocorreria gradualmente, já que suas bases teriam sido lançadas em 1808, com a chegada da Família Real e todas as melhorias institucionais que daí decorreram, dando a infraestrutura necessária para a consecução do ideário da separação política, já visível ao final do século XVIII.

A Independência do Brasil sob a égide da monarquia seria para Rodrigo Otávio uma contrarrevolução, ou, como nas palavras do próprio autor “[...] um lapso anacrônico na

³² Rodrigo Octavio de Langaard Meneses (1866-1944) foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e importante jurista brasileiro, tendo sido secretário da presidência da república no governo de Prudente de Moraes entre 1894 e 1896, além de sujeito altamente atuante na década de XX, sendo inclusive sócio efetivo e vice-presidente do IHGB.

³³ Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html>. Último acesso: 18 jul. 2016.

história do Brasil”. Somente com a república a nação reataria “[...] o fio lógico de nossa verdadeira independência e emancipação política” (OCTAVIO, 1894, p. 126). Essa ideia de perceber o grito do Ipiranga como um gesto que refrearia o “verdadeiro espírito emancipacionista” transformar-se-ia em um *topos* dentro do discurso republicano, cujas origens são difíceis de delinear, mas já podendo aquele ser percebido no próprio manifesto proclamado em 1870.³⁴ Assim, diversas revoltas do período colonial e, até mesmo regencial, eram reavivadas pelos promulgadores da república como forma de demonstrar que o novo regime político era inerente à nação e à sua história, consistindo a monarquia como uma anomalia dentro da história nacional.

Esse mesmo *topos* demonstra o caráter conservador de boa parte dos projetos de Estado e de nação pensados pelas elites republicanas. Mesmo que possamos concordar que houve tentativas de construir a nacionalidade enfatizando a ruptura com Portugal e, louvando algumas revoltas ocorridas no período colonial e imperial (COSTA, 2005, p. 62), as associações entre a república e o Brasil eram marcadas por um traço de continuidade. Tratava-se, em todos os casos aqui vistos, de retomar uma antiga tradição deturpada durante o regime monárquico. Portanto, sendo o regime político proclamado em 1889 apenas uma confirmação do destino nacional, não se tratava de estabelecer uma ruptura com o passado, mas sim, de “reatar esse fio lógico da verdadeira independência”, segundo as palavras já citadas de Rodrigo Octavio. Dentro dessa lógica de construção de um futuro apoiado em experiências positivas do passado, sem a intenção de rompimento daquele com esse último, torna-se necessário realçar a importância dos positivistas na construção de uma memória nacional no começo da república. Como afirma José Murilo de Carvalho (1990, p. 42), deve-se a esse grupo o êxito das principais iniciativas de leituras e significações do passado nacional, de modo a legitimar o estado das coisas contemporâneo a esses sujeitos históricos. Valendo-se da ideia de que o passado contém em si os elementos que qualquer mudança em direção ao futuro deveria respeitar, o positivismo enquanto filosofia forneceu uma leitura da história nacional muito apropriada a um governo centralizador.³⁵

Embora o projeto político liberal oligárquico tenha triunfado a partir do governo civil durante a presidência de Prudente de Moraes, estabilizando-se com Campos Salles, essa

³⁴ “[...] Iniciado o pensamento da emancipação do Brasil, o despotismo colonial procurou desde logo surpreender, em uma emboscada política, a revolução que surgia no horizonte da opinião. Disfarçar a forma, mantendo a realidade do sistema que se procurava abolir, tal foi o intuito da monarquia portuguesa. Para isso bastou-lhe uma ficção – substituir a pessoa, mantendo a mesma autoridade a quem faltava a legitimidade e o direito”. *Manifesto de 1870*, p. 47.

³⁵ Daí se explica a aproximação entre os positivistas e o governo de Floriano Peixoto, apesar da clara aversão que a teoria positivista tinha pelas forças armadas e sua interferência na política, Cf. Carvalho (1990, p. 41-2).

recepção do ideário positivista ainda permaneceu vigente. Segundo esse ideário, somente pela ação de um governante autoritário seria possível sanear as estruturas corrompidas mediante o processo de depuração do que ainda permanecia utilizável do passado (LAMOUNIER, 2006, p. 390). Transpondo esse projeto político em uma construção da memória nacional, importava aos simpatizantes da doutrina conseguir salvar os elementos que julgavam ser importantes referências do passado. Nesse ponto compreende-se a emergência de José Bonifácio como o grande nome do período monárquico dentro da memória republicana. Por mais que a figura do principal ministro de d. Pedro I à época da emancipação política do Brasil se apresentasse simpática para muitas correntes políticas dentro do novo regime,³⁶ foram os positivistas que souberam enfatizar a presença do “Patriarca da Independência” como a confirmação de uma marcha histórica nacional. Seu pouco apreço pelas ideias democráticas, sua defesa de uma monarquia forte e altamente centralizada, a figura do sábio e erudito naturalista respeitado por toda a Europa, auxiliavam a construção de um herói nacional que representasse um projeto político altamente conservador e autoritário, conciliando a ordem e conduzindo o país rumo a um futuro promissor. Era assim construída uma narrativa histórica que exaltava o progresso nacional, capitaneada pelas figuras de Tiradentes, José Bonifácio, Benjamin Constant e, por vezes, até mesmo Floriano Peixoto (COSTA, 2010, p. 120; CARVALHO, 1990, p. 42-8).

A queixa de Joaquim Nabuco reproduzida nas primeiras páginas do presente trabalho, de um silenciamento quase forçado das autoridades republicanas quanto à história recente – parecia então ter alguma procedência sob o ponto de vista dos simpatizantes ao regime monárquico. Do quadro descrito neste tópico, pouco se aproveitava do passado recente para a construção de uma memória nacional. Esse dado, no entanto, deve ser mais bem abordado, pois a disposição para manter presentes as memórias e os símbolos alusivos à monarquia ainda fornecia importante orientação para as expectativas existentes no período republicano.

2.3 SOCIABILIDADE E MEMÓRIA: O IMPÉRIO QUE SOBREVIVE NA REPÚBLICA

³⁶“Valorizado pelos abolicionistas por seu programa emancipador, pelos progressistas por suas avançadas ideias econômicas e sociais, e pelos conservadores por suas ideias políticas conservadoras, José Bonifácio ganharia prestígio nos primeiros anos da República”, Cf. Costa (2010, p. 120). Cabe salientar que suas ideias no campo social e econômico tinham um aspecto notavelmente reformista para a época: reforma agrária, a defesa da abolição e da inserção do liberto e do indígena na sociedade, incentivo à imigração e ocupação do território brasileiro por meio da distribuição de pequenos lotes de terras devolutas, entre outros, que somente ganhariam espaço no debate político décadas depois.

Ao empreender uma breve descrição das leituras do passado nacional realizadas por alguns dos principais grupos da sociedade durante os primeiros anos da república, notou-se que havia importantes cisões entre os próprios promulgadores do novo regime. Militares, positivistas e liberais, todos possuíam seu conjunto de ideias e expressavam importantes diferenças quanto a um projeto de nação, por mais que pudesse haver alianças momentâneas – como, por exemplo, entre florianistas e positivistas. Inferir que havia a construção de uma memória política republicana ocorrendo de forma uníssona torna-se então, uma conclusão irrealista.

É nessa parte que deve entrar em consideração outro importante grupo social e político pouco considerado nas páginas mais recentes. Trata-se dos monarquistas, que estavam então vivendo uma nova forma de governo. Apesar do banimento da família imperial e da instauração do novo regime, diversos políticos e homens de letras ligados à forma de governo então deposta prosseguiram suas atividades sob a república. Exemplo contumaz desse fato provavelmente seja a atividade intelectual de Eduardo Prado, especialmente sua obra intitulada *A ilusão americana*, publicada em 1893. Trata-se de um libelo contra a suposta fraternidade entre as nações americanas, bem como uma defesa da monarquia como a forma de governo intrínseca à tradição nacional.³⁷ Seu trabalho seria a referência central daquilo que Hélder G. da Silveira (2003) caracteriza como o paradigma ideológico do “europeísmo conservador”. Tal paradigma defendia a idiosincrasia brasileira no continente americano pelas diferentes características de sua colonização e a valorização do passado monárquico como esteio da ordem política frente à instabilidade de seus vizinhos. Conseqüentemente, a república não passaria de uma subversão dessa ordem, pois romperia os laços civilizatórios da união brasileira com Portugal e a Europa (SILVEIRA, 2003, p. 116; 119)³⁸. A obra foi confiscada pelas autoridades em um período no qual uma das maiores pretensões do governo

³⁷ “[...] No Brasil tivemos a independência, fato lógico do desenvolvimento da sociedade colonial; a monarquia mantida foi o respeito da tradição e a conservação do país na sua índole histórica que ninguém pode mudar. [...] As ideias liberais do século consagradas nas instituições coevas da independência acharam uma base histórica em que se firmaram. E isto deu ao Brasil setenta anos de liberdade”. Cf, Prado (1933 [1893], p. 61-2).

³⁸ Necessário mencionar que o seu conceito de paradigma ideológico se refere às representações simbólicas dentro da esfera discursiva e que tiveram papel fundamental para a reorientação e legitimação das novas relações internacionais construídas durante a Primeira República, em especial, a partir da análise de artigos e trabalhos redigidos por Oliveira Lima e Joaquim Nabuco. Em oposição a esse europeísmo conservador estava o paradigma da *americanização republicana*, que, por sua vez, defendia a unidade natural de todo o continente, bem como a negação do passado monárquico e de uma obstinada aproximação com as demais repúblicas americanas, em especial, os Estados Unidos, que já despontava como a grande potência continental. Percebe-se como parte desse ideário esteve presente em outras obras aqui apontadas, como por exemplo, no trabalho de Rodrigo Octavio. Por sua vez, defende Silveira que esses dois paradigmas logo ruiam por não encontrarem sua devida ressonância na tessitura sociopolítica da Primeira República. Em resposta a elas, surgiria um novo paradigma ideológico da americanização da República, excluindo e reaproveitando os necessários elementos de cada paradigma. No terceiro capítulo, percebermos como a obra de Oliveira Lima não deixa de ressoar em parte essa nova representação simbólica. Para uma análise mais aprofundada desses paradigmas ver: Silveira (2003).

republicano era a aproximação com sua congênere norte-americana (BURNS, 2006, p. 408). Ao lado de Afonso Celso e Joaquim Nabuco, Eduardo Prado seria um dos importantes defensores da experiência monárquica durante os primeiros e conturbados anos da república.

A busca por reconhecimento da experiência monárquica prosseguiu arduamente na primeira década republicana, não sem a perseguição e o combate do setor mais extremado dentre as fileiras republicanas: os “jacobinos”, nome dado ao grupo formado por integrantes da classe média baixa e militares de baixa patente, ligados à figura de Floriano Peixoto. Poder-se-ia imaginar que a memória da independência elaborada durante o período monárquico estaria em sério risco nesses primeiros anos do novo governo. Diversos grupos sociais, desejando apagar qualquer resquício positivo ligado à casa de Bragança desde o banimento da família imperial, bem como a perseguição a alguns de seus defensores, marcaram um momento de difícil sobrevivência para os símbolos deixados pela história mais recente do país até então. O jogo pelo qual a memória se constrói, no entanto, não pode ser reduzido a perspectivas tão simples. A conservação de uma imagem ligada ao passado, ao ser compartilhada por grupos sociais, fornece-lhes um importante suporte para sua identidade e ação em seu presente. Assim, a memória também deve ser percebida como uma ferramenta de resistência, conservada por indivíduos que podem fazer frente ao poder constituído.

O risco de se tomar somente o papel do Estado na construção de uma memória coletiva está no fato de que essa última não depende exclusivamente da vontade das instituições e dos grupos sociais ligados àquela. Como assevera Wulf Kansteiner (2002, p. 188-9), a elaboração de símbolos ligados ao passado e o sucesso de sua disseminação no meio social deve ser comumente visto como uma disputa de poder entre diversas instâncias. Instituições civis e outros espaços de sociabilidade, assim, são importantes mediadores nesse processo.

Um dos primeiros trabalhos que perceberam esse dado e buscaram causas mais “profundas”, – entenda-se, fora da órbita do Estado – foi o de Lúcia Lippi Oliveira (1989), já citado aqui. Ao analisar a construção da memória republicana por meio das datas que o regime então instaurado oficializou como festas nacionais, a autora nota que uma das explicações para o fracasso dessa empreitada residia nos sujeitos “letrados” ligados ao novo regime. Esses demonstravam uma coesão e força muito menor do que aqueles ligados à monarquia. Além das cisões que existiam entre os próprios republicanos, havia o fato de que seus quadros eram compostos por poucos nomes de prestígio naquele momento. Tornava-se

difícil construir um articulado discurso de legitimidade para a república, visando constituí-la em um marco positivo na história nacional (OLIVEIRA, Op. Cit., p. 177-6).³⁹

Instituição de prestígio durante toda a monarquia, o IHGB também conseguiu sobreviver aos turbulentos anos de 1890, tornando-se outro esteio do passado monárquico dentro da República. Durante o período dominado pelos militares no executivo, além da nova categoria de sócios instituída pelo IHGB,⁴⁰ com o fito de conseguir sanar temporariamente seus problemas frente à tesouraria, foi de vital importância um espaço de sociabilidade existente fora do instituto, que, por sua vez, arregimentou alguns de seus novos membros. Guimarães (2007) observou como o ambiente intelectual congregado em torno da redação do jornal literário “A Semana”, reeditado a partir de 1893⁴¹, foi um importante local de encontro e circulação de ideias entre algumas personalidades da capital federal. Com o intuito de dar ânimo à vida cultural e literária da capital federal,⁴² o semanário serviu como um ponto de convergência para importantes homens do período, como Tristão de Araripe Júnior, Raul Pompeia, Coelho Neto, Rodrigo Otávio, Manuel Said Ali, Eduardo Prado, Machado de Assis, Campos Sales, Prudente de Moraes entre outros. Mesmo que o periódico tenha durado pouco tempo – encerrou suas atividades em 1895 – tal experiência foi decisiva para formar um novo espaço de convivência entre esses nomes.

Muitos desses sujeitos iriam compor a Academia Brasileira de Letras (1897) e participariam do processo de renovação dos quadros do IHGB. Dentre os nomes presentes a partir de então na agremiação destacar-se-iam o de Araripe Júnior (único republicano histórico), Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Max Fleiüss e Afonso Celso. Esses dois últimos, sobretudo, seriam decisivos para dar nova vida ao Instituto, auxiliados pela eminente presença do barão do Rio Branco que assumiria a presidência da agremiação em 1908 (GUIMARÃES, 2007, p. 43-5).

Percebe-se que, mesmo com certo empenho de alguns republicanos em imprimir uma nova memória política a partir da proclamação do regime, a imagem do passado ligado à

³⁹ Isso sem mencionar o próprio infortúnio que foi a morte prematura de dois dos principais propagandistas e ideólogos do novo regime: Benjamin Constant e Raul Pompeia, falecidos em 1891 e 1895, respectivamente.

⁴⁰ Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2007) e Hugo Hruby (2007), analisando os primeiros anos da agremiação junto à República mostram como essa, ao ter seu principal subsídio cortado pelo governo central, teve de recorrer a uma nova categoria de sócios: os beneméritos, que, em sua admissão, já deveriam desembolsar um valor mínimo de dois contos de réis ao grêmio.

⁴¹ O periódico começou a ser editado em 1885, encerrando suas atividades em 1887 até reabrir no ano de 1893. Cf. Guimarães (2007, p. 43).

⁴² Assim escreve o diretor do semanário, Valentim Magalhães, logo no primeiro número de reedição do periódico: “As incertezas e atribulações do atual momento político vão produzindo sobre a alma nacional uma depressão tão funda e penosa, que é tempo de abrir-lhe um respiradouro, de rasgar-lhe uma janela, aonde ela venha haurir um ar puro, álcere, oxigenado vigorosamente pelas serenas produções da literatura contemporânea”. *A Semana*, 5/8/1893.

monarquia persistiu. Reitere-se que não se tratava somente de uma simples representação, uma marca de algo que passara, mas ainda conseguia ser presente. O período imperial constituía-se em um símbolo cuja significação buscava evocar o passado mais recente como meio de crítica ao novo estado das coisas. A partir do governo civil de Prudente de Moraes os ânimos se esfriaram contra os monarquistas. O atentado contra o presidente, em 5 de novembro de 1897, lançou forte suspeição contra os militares, fazendo com que houvesse maior adesão ao governo central (OLIVEIRA, 1989, p. 179). O presidente ainda reatava as relações com o IHGB, dando, inclusive, subsídios financeiros para a agremiação, que, em contrapartida, auxiliava o executivo doando importantes mapas e documentações antigas, visando à resolução das questões dos limites nacionais, outro importante tópico político da Primeira República (GUIMARÃES, 2007, p 28-9).

A primeira década republicana foi sobressaliente em fatos que apontavam para uma convulsão social e política. Efeito deste sentimento de decepção foi a falta de legitimidade do governo. Mesmo que a política dos governadores empreendida por Campos Sales tenha conseguido estabilizar o clima político a partir de então, o império um pouco mais distante parecia oferecer uma imagem mais agradável para aqueles descontentes com a república. Levantes civis ocorriam em diversos pontos do país e demonstrando a incapacidade do governo republicano de assimilar os novos grupos sociais que se formavam a partir da chegada de milhares de imigrantes. Ao mesmo tempo, um novo contingente populacional ganhava a condição de cidadania com a abolição da escravatura, enquanto a simbologia do império aos poucos se revigorava. Contra um Estado convulsionado por confrontos civis, havia a lembrança de um governo que manteve unificado o imenso território logo após a emancipação política. Em oposição a um Estado que abusava da truculência para a resolução das questões sociais, havia a imagem de um imperador próximo do povo e que abolira a escravidão.

A dura experiência dos primeiros anos de um novo governo necessitava da criação de novos projetos para o país, que, por sua vez, buscariam novamente o passado como esteio de suas afirmações e fonte de legitimação. Com a aproximação de um novo marco cronológico, diversos grupos sociais se empenhariam em construir novamente uma ideia de nação, um corpo político que pudesse congrega suas esperanças e, sobretudo, reviver seus laços com um passado que necessitava ser repensado.

2.4 CEM ANOS EM COMEMORAÇÃO E A REVITALIZAÇÃO DO PASSADO MONÁRQUICO

Passados os primeiros e turbulentos anos nos quais se buscaram alternativas à idealização da memória monárquica, e, até mesmo, a supressão dos nomes ligados à Casa de Bragança, a república começaria a reatar sua história com o regime que a precedera. As comemorações do Centenário da Independência do Brasil são um marco nesse processo. Diversos autores argumentaram como a chegada da efeméride forneceu um importante caminho para essa aproximação, muitas vezes sendo essa atitude percebida pelo próprio empenho da sociedade civil em apontar as falhas do regime oligárquico por meio da revitalização do passado imperial.⁴³

Em meio aos preparativos para a comemoração de seus cem anos de vida política autônoma, o país era tomado por um exacerbado patriotismo a partir da eclosão da Primeira Guerra. Sobretudo ao final desse evento, o ideal cosmopolita de criar uma *Belle Époque* no Brasil ruiu perante um crescente nacionalismo e o desejo de repensar a pátria, denunciando o artificialismo daquele projeto de inserção do Brasil no concerto das nações assim consideradas modernas (MOTTA, 1992, p. 26-8). Dentro desse momento histórico, observava-se a criação de diversas ligas nacionalistas, desejosas de fomentar o patriotismo e criar ações que reforçassem o laço entre o cidadão e seu espaço físico e cultural.

Nessa efervescência nacionalista, o entendimento em torno da criação de um culto ao passado era crescente. Como consequência dessa nova ansiedade, assistiu-se à preocupação com o estabelecimento de novos museus que apresentassem certa materialização da memória nacional. Instituições de saber que se tornaram locais de culto à memória dos Estados nacionais e que emergiram a partir do século XIX, eram esses espaços pensados como importantes instrumentos pedagógicos das novas formas de poder. Por meio de representações e de relíquias históricas, elaborariam uma imagem que pudesse aglutinar todos os indivíduos em um passado comum. No entanto, os museus existentes então no Brasil pouco ou nada resguardavam desse respeito à memória nacional, estando mais alinhados ao ideal iluminista e cientificista de fins do século XVIII. Dedicados às ciências naturais, visavam, por meio de suas ações de louvor à ciência, a equiparação do país com seus congêneres na rota do progresso técnico-científico – entenda-se, os representantes da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América (COSTA, 2013, p. 45-6).

⁴³ Dada à quantidade de trabalhos que já exploraram essa problemática, indica-se essas obras nesse espaço: Motta (1992); Malatian (1993); Sandes (2000) e Guimarães (2007).

Na construção de um local favorável à admiração do passado nacional, duas ações expressaram essa preocupação. A primeira é a reformulação pela qual passaria o antigo Monumento do Ipiranga, hoje, Museu Paulista. Sob a direção de Affonso d'Escragno Taunay, o espaço começaria finalmente a ser conformado a uma narrativa histórica que remetesse à rememoração da independência nacional. Tendo boa parte de suas instalações destinadas às ciências e à história natural, somente a partir da segunda década do século XX a instituição receberia um novo caráter, fazendo jus ao seu nome.⁴⁴ Com o apoio de empresários e autoridades locais, o novo diretor angariou fundos e conseguiu redecorar o espaço interno do monumento, sendo que a figura da república, localizada no nicho da escadaria, na entrada do edifício, daria lugar a uma imagem de bronze do primeiro imperador, d. Pedro I. Relevante notar que, quando das comemorações de 1922, ao serem inauguradas todas essas mudanças, afirmava Taunay que, naquele momento, era realizada abertura de um “museu histórico” na cidade, dando clara ênfase na nova orientação que o espaço passava a ter (OLIVEIRA, 1995, p. 196). O segundo ato que exemplifica a crescente atenção que o passado e sua rememoração começavam a receber no período foi a criação do Museu Histórico Nacional, por decreto do presidente Epitácio Pessoa, em 2 de agosto de 1922.⁴⁵ Materialização desse despertar ao passado, buscava a instituição servir como “escola de patriotismo”, como consta na própria introdução do decreto. Mais do que apenas servir à exposição de relíquias e materiais relativos ao passado, o decreto demonstra sua clara intenção pedagógica, destinada não somente ao visitante do museu, mas também para a capacitação técnica do quadro funcional referente à instituição. Cursos, seminários e palestras seriam os meios para a instrução, tanto da comunidade externa, como do próprio corpo interno de funcionários. Institucionalizava-se assim, o culto ao passado (COSTA, 2013, p. 46).

Essa institucionalização de determinado passado nacional pela parte do poder é um bom indicativo dessa relação entre, de um lado, o anseio pela rememoração e, de outro, sua instrumentalização pelas vias institucionais. O exemplo do Museu Histórico Nacional é revelador desse processo. Ainda em 1912, o redator do *Jornal do Comércio*, Gustavo Barroso, escrevia um artigo ao jornal intitulado *O culto da saudade*. Ali fazia algumas importantes asseverações quanto ao descaso que, a seu ver, estariam às tradições brasileiras. Protestava o autor que a única festividade que se mantinha “perpétua e imutável” era o carnaval, evento

⁴⁴ O próprio Taunay, ao assumir seu cargo, parecia contrariado com a situação em que se encontrava o Monumento “[...] o Monumento do Ipiranga, construído para a celebração do nosso magno acontecimento nacional, como solenemente declara a sua grande placa inaugural da escadaria, com todo o seu destaque quase nada havia que lembrasse a tradição brasileira e paulista” (TAUNAY, 1918 apud OLIVEIRA, 1995, p. 196).

⁴⁵ Decreto 15.596, de 02 de agosto de 1922. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>>. Acesso em 26 fev. 2016.

que nem “autóctone” era (BARROSO 1997, [1912], p. 32).⁴⁶ A capital do país não possuía mais qualquer tradição, “exemplo único à face da Terra” (Idem, p. 32). Demoraria dez anos para que o governo atendesse o seu chamado, mas o reconhecimento dele, por fim, veio, sendo o próprio Barroso alçado ao cargo de diretor da instituição.

Por mais que se deva analisar com cautela o papel do Estado na construção da memória nacional, seria errôneo negar o peso de sua força institucional nesse processo. Quanto às efemérides do centenário, alguns trabalhos já salientaram o peso que o governo de Epitácio Pessoa tem no período em questão. De fato, muitos decretos e resoluções relativas às comemorações foram somente instituídos a partir de seu governo. Destaca-se a promoção de uma Exposição Internacional, com o intuito de convidar diversas nações estrangeiras a expor seus principais bens materiais e tecnológicos, a já referida criação do Museu de História Nacional, bem como a subvenção da vultosa quantia anual de quarenta contos de réis ao IHGB. Ainda com relação a essa agremiação, outra prova de estima do então presidente do Brasil, ligada à programação do centenário, foi o patrocínio do Primeiro Congresso Internacional de História da América, além da elaboração do primeiro Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (GUIMARÃES, 2007, p. 31). Pertence ao seu governo, também, outro ato de profunda significação: a revogação do decreto de banimento da Família Imperial, iniciando, a partir daquele momento, o processo de transladação dos restos mortais de d. Pedro II e de sua esposa, a Imperatriz Thereza Cristina. Somente a partir daquele contexto a república finalmente parecia reatar o seu passado com a monarquia.

2.5 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA E O HISTORIADOR COMO FIADOR DO PASSADO NACIONAL

Ao destacar o papel do Estado na conformação de uma memória nacional, é preciso prestar atenção à instrumentalização desse passado recuperado. O filósofo Paul Ricoeur, ao empreender um estudo sobre a fenomenologia da memória, observa que essa modalidade de acesso ao passado não opera apenas no nível cognitivo, ou seja, de armazenamento e reconhecimento pretensamente “fidedigno” de algo que se passou. No meio desse processo, há também uma etapa prática, ou melhor, pragmática. “[...] lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa” (RICOEUR, 2007, p. 71). É justamente a essa dupla operação da memória, no aspecto cognitivo e

⁴⁶Gustavo Barroso publicara sua coluna em 1912 sob o pseudônimo de João do Norte. Recorre-se aqui a reedição do texto feito nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, em 1997.

pragmático que ele entende pelo termo *rememoração* (Ibidem). Esse dado abre uma importante senda que será trilhada a partir desse momento. Uma preocupação com este exercício da memória, essa rememoração, enquanto objeto de poder.

O primeiro ponto que expõe a relação da memória com o poder toca na questão identitária. Novamente, Paul Ricoeur lembra um dos aspectos mais intrincados na constituição da identidade, seja no nível individual, ou coletivo: o seu caráter reivindicatório (RICOEUR, 2007, p. 94). A pergunta “quem/o quê somos” recorre a uma complexa relação do ser humano com o tempo e o seu outro. Ao querer se caracterizar de um dado modo, geralmente se afirma a diferença em relação a outro indivíduo. Ao problematizar o tempo com relação à identidade e sua reivindicação, recorre-se então ao passado como meio de se compreender o presente e construir alguma perspectiva de futuro (RICOEUR, Op. Cit., p. 94).

Nas páginas anteriores tentou-se demonstrar certa historicidade das narrativas históricas que construíram uma visão do Brasil e de sua emancipação política. Tenha sido nos trabalhos do IHGB durante o período imperial, ou tivesse ocorrido no começo da república com alguns de seus idealizadores, construía-se uma identidade de país. Ao território que herdava os valores de seus colonizadores e pretendia se inserir no concerto das nações europeias, opôs-se um Brasil republicano e americano, que confraternizava sua vocação política pela construção política histórica de suas congêneres americanas e a ligação continental com essas. Percebe-se então que, para responder à pergunta? “o que é o Brasil”, recorria-se ao passado e a outrem.

O segundo aspecto dessa relação diz respeito ao papel da memória exercitada sob o fenômeno da ideologia. Seguindo o conceito do próprio hermeneuta francês, essa operação cognitiva, com vistas à ação, atua em três níveis: o de distorção da realidade; o de legitimação da ordem existente e o da construção do mundo por sistemas simbólicos relativos à ação.⁴⁷ A ideologia, sistema que afeta a “compreensão do mundo humano da ação” (RICOEUR, 2007, p. 95), tem sua importância pela fundamentação que ela fornece à legitimidade da ordem. A necessidade de uma autoridade “legítima” fornece o nexo entre os três níveis operatórios do fenômeno. Toda ordem, valendo-se da utilização de símbolos, necessita apoiar-se em um sistema retórico, não conseguindo constituir-se somente pela força. Por conseguinte, é somente assim que ocorreria a frequente distorção da realidade, de modo a conseguir a anuência de diferentes perspectivas à ordem existente.

⁴⁷ Esses três níveis correspondem, respectivamente, os teóricos Marx, Weber e Clifford Geertz.

O efeito da ideologia sobre a memória acontece, assim, não somente por meio do exercício da constante memorização, de uma constante recorrência ao passado como meio de conseguir mostrar a legitimidade da ordem. Ela se dá, sobretudo, em um nível mais profundo da rememoração: pela seletividade necessária à narrativa. É na configuração de uma história, na disposição de um “antes e depois” juntamente com o sujeito da ação que entra a ideologia por meio dos três níveis anteriormente descritos. Retoma-se o discurso construído pelo IHGB no século XIX: pode-se ver a entronização idealizada do colono português e, por vezes do indígena, mas nota-se a ausência do negro. Quanto aos fatos, são perceptíveis as omissões das revoltas coloniais e regenciais, já que essas atentavam contra a pretensa legitimidade, não somente do papel civilizador da metrópole, bem como de um sistema de governo, fundado por um membro pertencente ao Estado que fora dominador por mais de três séculos.

Essa recorrência à memória não é a única consequência visível na construção dos Estados nacionais a partir do século XIX. Se a evocação ao passado era um imperativo na construção de uma identidade coletiva, isso era viável porque própria história enquanto conceito teve seu significado profundamente alterado em fins do século XVIII. Deve-se aprofundar aqui um processo já descrito brevemente nas páginas anteriores. Reinhart Koselleck (2013) demonstrou como essa nova semântica, ao ressaltar a força que a ideia de história, como interpretação de um mundo em movimento, possibilitou que diversos grupos sociais reivindicassem seus atos por estarem de acordo com uma verdadeira “História”.

A controvérsia em torno de História, em especial em torno do seu conceito, não era só uma controvérsia metodológica, teórico-científica ou teórico-política. Ela atingiu de forma profunda a dimensão política e social do campo linguístico, pois o conceito carregava dentro de si – como conceito geral de movimento – aquela força integradora e distanciadora que podia motivar ações políticas [...] (KOSELLECK 2013, p. 212).

A utilização da história enquanto um “conceito geral de movimento” foi, sobretudo, inaugurada pelos filósofos da história, que salientavam o seu direcionamento para o futuro, impulsionados pela crença de que se vivia um novo tempo. A contrarresposta partiria da valorização da experiência, do factível capaz de ser investigado, analisado. A tentativa de construção de um paradigma cientificista próprio do século XIX correspondeu, também, à percepção da utilidade da história como uma disciplina que fortaleceria o laço de pertencimento entre novas coletividades, resultando daí a importância de seu ensino entre os mais jovens como consolidadora de uma identidade mais abrangente, pretensamente coletiva (CATROGA, 2001, p. 59-60).

Essa elevação da história enquanto uma disciplina regida por padrões racionais e objetivos foi possível graças a alguns fatores. Em primeiro lugar, pelo avanço da tradição erudita que se apoiava em ciências auxiliares como a filologia, a paleografia, a diplomática, entre outras que foram, lentamente, ganhando importância a partir do século XVII. Em contrapartida, a percepção de um novo tempo, voltado para o futuro e para a construção de um novo porvir, propiciado pelos ideais iluministas, e pelos acontecimentos de finais do século XVIII, incitaria outro movimento. Seria justamente contra essa ideia de uma história totalmente aberta ao futuro que reagiriam os promulgadores de uma historiografia cientificista, que fariam amplo uso das técnicas de pesquisa e investigação que, por sua vez, buscavam dar conta da especificidade e do peso que as experiências do passado tinham no presente. François Dosse (2010) lista as qualidades que um bom historiador deveria ter no começo do século XX “[...] modéstia, prudência, erudição, recusa das paixões. Por causa das reviravoltas políticas ocorridas, e do lento amadurecimento da disciplina, a história ocupa um lugar central [...]” (DOSSE, 2010, p. 26).

É justamente esse movimento de cientificização da disciplina histórica, mediante a intervenção dos Estados nacionais e sua institucionalização nas universidades, que iria possibilitar o reforço da história como semântica legitimadora de projetos políticos. O culto ao passado, instituído por meio de monumentos e comemorações fornecia um sentido que buscava atenuar diferentes perspectivas sobre o futuro. Relevante contradição essa, a da disciplina histórica, que recebia *status* de neutralidade, ao mesmo tempo em que intensificava-se seu uso político através da criação de novas memórias coletivas (IGGERS, 2013, p.33-5).

Por mais que o Brasil tenha assistido com muito demora à instalação de cursos de graduação em História, sendo o primeiro instituído somente na primeira metade da década de 1930 com Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a busca de se investigar o passado por meios objetivos já era prática frequente no país. O IHGB, embora fosse uma instituição que guardasse uma semelhança muito grande com as academias europeias de um período “pré-científico” da disciplina histórica, pautava-se pelos mesmos critérios de sobriedade e objetividade reivindicados pelas universidades e seus profissionais do velho continente. Vale lembrar que, em 1912, pela reforma dos estatutos da agremiação, todos os interessados em adentrar nas suas fileiras deveriam apresentar pelo menos um trabalho de autoria própria, que seria avaliado por uma comissão permanente, buscando dar maior legitimidade à instituição. No entanto, mesmo com toda essa operacionalidade, o IHGB

não deixava de ser um importante esteio do poder executivo na criação de uma história oficial, legitimada por uma pretensa cientificidade.⁴⁸

Esta recente configuração semântica do conceito de história, contudo, não podia ser apanágio apenas dos detentores do poder.

[...] A utilização de argumentos históricos faz parte desde sempre da retórica para reforçar posições jurídicas ou sociais, teológicas, morais ou políticas. Mas tais argumentos adquiriram maior peso quando a História conseguiu galgar a posição de um tipo de última instância para fundamentar algo. Simultaneamente, esses argumentos perderam seu caráter inequívoco, porque de imediato resvalaram para as linhas de fuga perspectivistas, que caracterizaram o conceito moderno de História. Comprovações históricas incorreram em ambiguidades, desde que “História” se transformou num conceito reflexivo. Elas podiam ser utilizadas para criticar ideologias, mas podiam, na mesma medida, sucumbir à ideologia (KOSELLECK, 2013, p. 209-10).

Desde o momento em que foi possível a percepção de se estar em um mundo em movimento, foi possível criticar o argumento de outrem pela sua perspectiva, tanto temporal, quanto espacial. Nas páginas anteriores, buscou-se mostrar como certa representação do passado, encetada pelo poder do Estado, era também contraposta por outra imagem dele, processo que ocorrera tanto no período imperial como no começo da república. Perguntar-se-á se seria possível perceber uma forma de refinamento dessas diferentes articulações narrativas. O presente trabalho tem por objetivo mostrar que sim. Todas essas diferentes reivindicações à história, por mais que tivessem o objetivo político de construção de uma memória dos fatos que se apresentasse como “verdadeira”, operaram a partir de certos critérios de racionalização, conseguindo algumas, mais do que outras, seu lugar junto a uma memória disciplinar. O próximo capítulo terá por objetivo analisar justamente algumas dessas leituras que não sobreviveram à construção desse *corpus* historiográfico sobre nossa emancipação política. Dedicaremos atenção especial principalmente para aqueles trabalhos que apoiaram o projeto institucional de pacificação da memória entre monarquia e república. Assim, alguns dos trabalhos produzidos sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por mais que reivindicassem sua pretensa objetividade, falharam em sobreviver a um escrutínio posterior.

⁴⁸ Sobre isso, ver principalmente Guimarães (2007). A autora demonstra como o programa de estudos do IHGB, por meio de suas conferências a partir da segunda década do século XX, estava em perfeita sincronia com os postulados defendidos pela Escola Metódica francesa, dos historiadores Charles Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942). Mesmo assim, não deixou de estreitar sua ligação com o governo republicano, principalmente a partir do governo de Epitácio Pessoa.

3. ENTRE TRADIÇÃO E DESTINO: A IDENTIDADE NACIONAL SOB OS IMPERATIVOS POLÍTICOS

A década de 1980 presenciou uma abundante produção de estudos destinados a compreender a emergência e a consolidação dos movimentos nacionalistas – considerados assim por exprimirem uma nova significação ao imaginário sociocultural das sociedades industriais que emergiam a partir da modernidade. Fato esse sintomático de um mundo marcado pela dissolução da cisão que até então persistia entre leste/oeste, ou, se preferirmos, entre democracia liberal e socialismo. Se autores de diferentes matizes e perspectivas teóricas, tais como Ernest Gellner e Benedict Anderson, apontavam para o fenômeno moderno da questão nacional, datado geralmente a partir do final do século XVIII, foi ao final da década de 1980 que seu estudo parecia ganhar novo fôlego.

O esfacelamento da União Soviética permitiu o aparecimento de várias manifestações culturais até então “adormecidas”. Assistiu-se à expressão de outras leituras desse processo que reivindicavam não mais aquelas narrativas pautadas pela “defesa do socialismo”, em um mundo ainda dividido em dois projetos políticos distintos. Em vez disso, reaparecia o termo “nação”, buscando legitimar novos movimentos políticos e culturais. Benedict Anderson, cujo estudo tornou-se um dos principais clássicos da tentativa de compreensão desse fenômeno, notou o desconforto e a perplexidade com a qual muitos teóricos marxistas recusavam-se a analisar esse novo processo: “[...] Seria mais rigoroso dizer que o nacionalismo tem se revelado uma *anomalia* desconfortável para a teoria marxista e que, precisamente por essa razão, tem sido evitado, mais do que confrontado” (ANDERSON, 2005, p. 23).

No primeiro capítulo desse trabalho, um dos temas abordados foi a importância que a história⁴⁹ ganhou a partir da constituição dos Estados nacionais, bem como da sua utilidade na construção das novas formas de pertencimento que eram pensadas. No cenário descrito acima, parece haver o cruzamento dessas duas dimensões: de um lado, o reaparecimento de diversos movimentos reivindicando causas nacionais, de outro, o surgimento de análises e teorizações que visavam compreender esse fenômeno. Esses trabalhos, no entanto, não se limitaram ao estudo de recentes nacionalismos, mas, sobretudo, debruçaram-se em entender sua emergência, um dos fatos mais notáveis dos séculos XIX e XX.

O encontro entre a percepção desse fato e o seu subsequente escrutínio foi problematizado, sobretudo, pelo imperioso uso do passado que os nacionalistas faziam. Como

⁴⁹ Por história, entenda-se aqui não apenas o estudo dos fatos relativos ao passado, mas também a consciência desses eventos presentes na memória, tanto individual como coletiva.

afirma Anderson, tratava-se de um paradoxo que os teóricos desse fenômeno não deixavam de notar, ou seja, a “[...] a modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador *versus* a sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas” (ANDERSON, 2005, p. 24). A reivindicação dessa antiguidade também não foi exclusividade do nacionalismo no século XIX ou começo do XX. Ao comentar o aparecimento de diversos movimentos culturais e étnicos no Leste Europeu com a proximidade do fim da União Soviética, Aleida Assmann notou como o uso da história ganhava nova força: “[...] do dia para a noite a história se tornou uma força mobilizadora considerável. O lema da emancipação [...] deu lugar à questão da identidade” (ASSMANN, 2011, p. 69). No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, havia o confronto entre duas formas de organização socioeconômica que disputavam arduamente corações e mentes pela utopia de um futuro melhor. O fim do regime soviético, a consolidação do capitalismo e da democracia liberal como sistema dominante não apenas estimularam teorias acerca do “fim da história” tal como a de Francis Fukuyama⁵⁰, mas despertou um renovado interesse pelo uso do passado.

Nesse contexto de busca de identidades e compreensão dos novos e antigos nacionalismos que apareciam como objeto de pesquisa e crítica ao historiador, uma obra lançada em 1983⁵¹ ganhou destaque. *The Invention of Tradition*, organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, identificou com profunda crítica a relação entre a instrumentalização da memória e da identidade coletiva por meio da ação do Estado.⁵²

⁵⁰ O “fim da história” é um tópico que pode ter seu surgimento apontado desde Kant, sendo revigorado por Hegel, até ser retomado por Fukuyama. O economista político nipo-estadunidense empregava esse termo de modo a legitimar a democracia liberal como o melhor modelo político viável para a humanidade. Com o fim da Guerra Fria, a construção de utopias de um possível mundo melhor finalmente teria alcançado seu fim, em um processo cuja origem poderia ser apontada desde o Iluminismo. A partir disso, chegar-se-ia a conclusão que a sociedade como um todo teria chegado ao seu melhor estágio possível, não havendo mais necessidade de construir e gerar expectativas sobre outros tipos de experiências históricas viáveis. Sobre o assunto, ver, Giddens (1994, p. 122-7) e Malerba (2011, p. 49-51).

⁵¹ A obra já ganharia uma edição brasileira no ano seguinte, em 1984, pela editora Paz e Terra.

⁵² Na introdução da obra, realizada por Hobsbawm, o historiador inglês define o conceito: “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado historicamente apropriado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial [...]”. Cf. Hobsbawm (2002, p. 9-10). Assim, uma leitura muitas vezes simplista do passado, acabaria por fornecer elementos legitimadores à instituição de práticas e rituais em um contexto social perturbado por profundas mudanças infraestruturais. Nota-se aqui como a teoria marxista da ideologia como “distorção” da realidade acaba por exercer um importante papel nesse processo de “invenção das tradições”, sendo que o principal espaço onde essa última ocorre é justamente nas sociedades modernas e industriais. O discurso nacionalista, apregoando a comunhão de todos os indivíduos por meio de um passado comum a eles, é percebido como uma deformação, um modo de apaziguar diferenças verticais, em uma sociedade que se reivindica como horizontal pela instrumentalização de novas identidades.

Esse trabalho forneceu uma base teórica que foi amplamente utilizada no Brasil.⁵³ Como aponta Valdeci Araújo (2012), a ideia de “tradição inventada” serviu como referência para apontar o autoritarismo existente na sociedade brasileira desde a sua formação, em especial, pela via institucional. A recepção dessa obra teria sido ainda mais oportuna pelo momento pelo qual o país passava, encaminhando-se para a redemocratização e sendo realizado um importante balanço do regime ditatorial que marcou o Brasil. Percebendo a existência do Estado como anterior à nação, muitos trabalhos apontaram o caráter superficial de uma intelectualidade engajada na construção dessa última, tornando-se um suporte ideológico do primeiro. Constituíam-se então, uma narrativa que mascarava a realidade nacional, cabendo ao intelectual do período de abertura política desnudar esse discurso e apontar o comprometimento dele com o poder.⁵⁴

3.1. SOBRE UMA TRADIÇÃO (NÃO) INVENTADA: O USO DO PASSADO COMO PRODUÇÃO DE SENTIDO

Mesmo reconhecendo o notável esforço teórico de Eric Hobsbawm, e também a forma como o conceito de “tradição inventada” auxiliou na elaboração de relevantes temas para a historiografia ocupada com a temática da identidade nacional, seu trabalho apresenta alguns problemas que devem ser salientados. Pode-se apontar que o principal deles reside no termo “invenção” e sua relação com a teoria da ideologia no pensamento marxista. Boa parte das análises que advêm desse conceito o exploram pelo enfoque de perceber a ideologia como um falseamento da realidade, uma distorção dessa última para consecução de determinados fins. As análises que buscam compreender a utilização do passado como um tipo de “falsificação histórica”, para a produção de novas identidades, podem gerar a expectativa de que exista em contraposição a essas tradições inventadas, uma “verdadeira” identidade coletiva, que caberia ao historiador desvelar em seu ofício.⁵⁵

⁵³ Apenas para citar alguns trabalhos que foram referências relevantes na elaboração do primeiro capítulo, ver, Oliveira (1989); Motta (1992) e Sandes (2000).

⁵⁴ Cf. Araújo (2012): “[...] Não foi sem consequências o fato de, entre nós, a recepção da crítica ao nacionalismo (Hobsbawm) e do diagnóstico da fragmentação da nação (Nora) ter coincidido com o fim da ditadura militar e a busca de um acerto de contas com uma memória/história nacional oficialmente manipulada. O fenômeno da formação histórica da nação tendeu a ser subestimado em favor da evidenciação e denúncia do nacionalismo, muitas vezes confundindo-se os dois fenômenos”.

⁵⁵ Nesse sentido, podemos fazer uma analogia com a crítica que Benedict Anderson faz da teoria de Ernest Gellner sobre o nacionalismo: “[...] Gellner afirma implicitamente que existem comunidades “verdadeiras” que podem justapor-se vantajosamente às nações. De fato, todas as comunidades maiores do que as aldeias primordiais onde havia contato cara a cara (e talvez mesmo essas) são imaginadas. As comunidades deverão ser distinguidas, não pelo seu caráter falso/genuíno, mas pelo modo como são imaginadas [...]” Anderson (2005, p. 26).

Dessa forma, um conceito mais apropriado para se pensar essa construção da nação expressando uma identidade coletiva, seria o proposto por Benedict Anderson, o de “comunidades imaginadas”. Para o teórico inglês, a nação deve ser vista como uma comunidade, porque, apesar das diferenças sociais e políticas existentes nela, é sempre vista como uma “agremiação horizontal e profunda” (ANDERSON, 2005, p. 27). Enquanto imaginada, ela é assim percebida pelo fato de todos os seus membros compartilharem a imagem de sua comunhão, mesmo cientes da impossibilidade de todos eles se conhecerem (Idem, p. 25).

Resta, no entanto, definir a importância da identidade na relação com o tempo, com a percepção que o homem faz de si e dos demais componentes de sua coletividade em um devir. No primeiro capítulo, recorreu-se a Paul Ricoeur, que demonstrou como a definição que o ser humano faz de si na mediação do tempo consiste na recorrência ao passado como forma de compreender o presente e projetar o futuro. O historiador alemão Jörn Rüsen dá a esse processo o nome de “constituição de sentido”, ou seja, a forma como a consciência histórica ordena essas diferentes tramas temporais, – passado, presente e futuro – de modo que o sujeito histórico não se perca no tempo e consiga construir racionalmente objetivos com relação ao futuro (RÜSEN, 2010, p. 59). Essa constituição de sentido que o ser humano opera sobre o tempo histórico, no entanto, necessita ser expressa de algum modo. É aí que entraria a função da narrativa, como um ato de fala que auxiliaria na transposição das experiências do tempo de acordo com as expectativas geradas pela espera do futuro.

[...] Com isso a expectativa do futuro vincula-se diretamente à experiência do passado: a narrativa histórica rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente e, por essa relação com o presente, articula-se diretamente com as expectativas de futuro que se formulam a partir das intenções e das diretrizes do agir humano (RÜSEN, 2010, p. 64).

A narrativa, como um ato de fala capaz de expressar essa constituição de sentido sobre o tempo histórico, torna-se relevante para esse trabalho pela tipologia que o autor em questão faz dela. Para Rüsen, ela se dividiria em quatro tipos: tradicional, exemplar, genética e crítica (RÜSEN, 2007, p.48-62; 2012, p.50-2). É o primeiro tipo, o tradicional, que auxiliará na compreensão dos autores que serão analisados no presente capítulo. Segundo o teórico, a tradição exerce um importante papel na interpretação humana do mundo, pois fortalece a ideia de perenidade de uma ordem já existente dentro do curso do tempo (RÜSEN, 2012, p. 48). Assim, as diferentes experiências no devir podem ser vistas como supérfluas, pois não

alterariam a ordenação das coisas. É a ideia de um passado que está sempre presente que se torna regra.

Na análise a seguir, algumas fontes serão abordadas segundo esse princípio da tradição como formadora de identidade. O recorte privilegiará as produções promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. Instituição de grande prestígio no período monárquico, a agremiação foi também patrocinada pelo Estado republicano com a chegada das comemorações. Será chamada a atenção para um novo momento nessas produções. Com a distância tomada em relação ao império, perceberemos que seus membros assimilaram várias revoltas contra a antiga metrópole a um movimento contínuo de formação nacional, dando uma nova significação para a emancipação do Brasil.

3.2 O IHGB E A CONSAGRAÇÃO DA HISTÓRIA PELA CONSTRUÇÃO DA TRADIÇÃO

Conforme visto no primeiro capítulo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desempenhou a importante função de construir uma ideia de nação no século XIX. Já no primeiro ano de sua fundação colocava-se “debaixo da proteção de sua majestade imperial”, d. Pedro II, conforme expressava nas edições de sua revista. Fundada por homens ligados ao ideário conservador, imaginou um Brasil com forte ligação a Portugal e sua herança colonizadora. A agremiação enxergava-se, desse modo, como a receptora das luzes advindas da Europa, uma monarquia culta e civilizada em meio às repúblicas sul-americanas dominadas pela instabilidade política (GUIMARÃES, 1988, GUIMARÃES, 2007, WEHLING, 2001a).

Com o fim do regime monárquico, a instituição ficaria praticamente estagnada por alguns anos até conseguir reestabelecer seus laços com o Estado.⁵⁶ O IHGB recuperaria parte de seu prestígio durante a presidência do Barão de Rio Branco na agremiação, que vigorou entre os anos de 1908 até 1912, com sua morte. Graças à habilidade do diplomata, o instituto retomou sua importância junto às congêneres internacionais, abrindo também suas portas para o ingresso de estrangeiros, como por exemplo, o argentino Lucas Ayarragaray (GUIMARÃES, 2007, p. 30). As relações que o IHGB construiu no período coincidiam, não por acaso, com as atribuições do diplomata. Como já apontou a historiografia dedicada à história das relações internacionais da Primeira República, uma das marcas fundamentais do

⁵⁶ Conforme já visto no primeiro capítulo, a aproximação entre a agremiação e o regime insaturado viria apenas com a tomada do governo pelo grupo civil, ou seja, as oligarquias, ver, Guimarães (2007, p. 28-9).

regime, com o auxílio de nomes como o de Rio Branco, foi a reorientação das relações diplomáticas, havendo uma clara aproximação com os estados americanos, sobretudo, com os Estados Unidos (BURNS, 2006, p. 427-8).

Com a crescente onda de nacionalismo que marcaria a segunda década do século XX, o Instituto promoveu uma série de medidas visando repensar o Brasil, ou, ao menos, reaproximar o país com sua própria história, que parecia estar abandonada nos primeiros e turbulentos anos da república. Lucia Maria Paschoal Guimarães (2007) aponta algumas dessas principais medidas. Destacam-se: o Primeiro Congresso de História Nacional, realizado em 1914; o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico e o Primeiro Congresso de História Internacional da América, ambos lançados e promovidos durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil.⁵⁷

Todas essas medidas visavam a uma redescoberta do Brasil. O Primeiro Congresso de História Nacional, por exemplo, inspirava-se nas experiências das universidades europeias já realizadas no século XIX. Esses encontros tinham por finalidade a troca de informações sobre pesquisas e estudos realizados, de forma a se conseguir inferir qual era o “estado da arte” da historiografia naquele período, propiciando assim, novas orientações sobre temas e problemas a serem abordados, além da sistematização dos resultados alcançados e publicados sobre a forma de anais (GUIMARÃES, 2007, p. 80-1). O evento teria sido iniciativa de Max Fleiüss e Afonso Arinos, motivados por uma fala de Oliveira Lima em 23 de abril de 1913, no IHGB. Esse último asseverava a impossibilidade de se negar a história de um regime em detrimento de outro, mas sim, construir um passado nacional comum a todos (Ibidem, 2007). A realização do evento se deu entre 7 e 16 de setembro de 1914. A intenção de sua execução é um bom indicativo de como o ideal de se retomar uma história nacional fortalecia-se a partir da década de 1910.⁵⁸ O sucesso do evento propiciou que, novamente, Afonso Arinos e Max Fleiüss propusessem mais um evento do gênero, dessa vez, porém, com alcance internacional. Com a intenção de reunir um grande número de pesquisadores durante as comemorações dos cem anos de Independência do Brasil, foi elaborado um projeto visando a realização do Primeiro Congresso Internacional de História da América, destinado a pensar o papel do continente no cenário internacional (GUIMARÃES, 2007, p. 133).

⁵⁷ A autora destaca também a experiência pioneira da Academia de Altos Estudos, destinada a formar tanto professores (Curso Normal Superior) como profissionais destinados a atuar na área do Estado (curso de Ciências Políticas e Sociais). Essas ações traduziam um ideal nacionalista do período dentro do instituto, pois, como aponta Guimarães (2007): “[...] não bastava apenas conhecer a realidade do país e seus problemas, era preciso modificá-la.” Cf. Guimarães (Op. cit, p. 106).

⁵⁸ Um balanço dos trabalhos apresentados pode também ser visto em Guimarães (2007, p. 80-90).

Com relação ao Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico, a intenção do IHGB era a de compor uma grande obra que produzisse um perfil do país, promovendo a subsequente vulgarização da coletânea. No entanto, a pouca, ou quase inexistente contribuição das intendências e dos estados em responderem aos questionários que lhes eram enviados, inviabilizou em grande parte a feliz conclusão de ambiciosa empreitada. Desse modo, o projeto ficou restrito a ser apresentado como uma espécie de “Introdução Geral” para o conhecimento do país (GUIMARÃES, 2007, p. 100-1).

As iniciativas promovidas pelo Instituto foram ainda além dessas medidas. A aproximação do centenário despertou ainda mais o desejo de reviver o passado. Queria-se exaltar não apenas o momento vivido pelo país, por meio de obras e eventos, destinados a disseminar a produção intelectual da agremiação pelo país. A chegada do Sete de Setembro, no ano de 1922, além de favorecer a efervescência das ideias nacionalistas e da busca pelo passado, propiciou também a releitura da principal efeméride do país, o momento de sua fundação política.

3.2.1 As conferências do ano do Centenário

Na comemoração do Centenário da Independência do Brasil, o corpo de letrados pertencente à agremiação estava novamente incumbido de construir uma narrativa histórica nacional. Aqui se deve evocar a reflexão de Paul Connerton sobre a comemoração, ou seja, aqueles que rememoram reivindicam a plena continuidade com o passado lembrado (CONNERTON, 1993, p. 54). O Instituto portava-se como o guardião da memória nacional. No contexto das comemorações, cabia a ele também “[...] a prioridade de [...] celebrar o Centenário da Independência”.⁵⁹ Era necessário ao IHGB “[...] uma das mais genuínas expressões da pátria [...]”, nas palavras de Afonso Celso,⁶⁰ reestabelecer o curso da emancipação nacional por meio de sua rememoração.

A forma de lembrar esse “percurso histórico” foi mediante a realização de dezessete conferências, todas ministradas pelos sócios efetivos do Instituto, com o intuito de rememorar os principais episódios que levaram à independência nacional. A necessidade de complementar o roteiro das comemorações – que já contaria com o Primeiro Congresso de História da América e com o lançamento do Dicionário – teria sido reforçada após a descoberta dos manuscritos de Francisco de Adolfo Varnhagen, em seu trabalho sobre a

⁵⁹ Nas palavras do presidente do Instituto, Afonso Celso. Ver, *Revista do IHGB*, t. 90, 1921, p. 928.

⁶⁰ O trecho refere-se à conferência do conde na comemoração do Sete de Setembro, cf. Celso (1922, p. 322).

história da Independência do Brasil. A obra, encontrada nos arquivos do Barão de Rio Branco e com as anotações do diplomata, foi publicada postumamente em 1917, na própria revista do Instituto. Como forma de se reforçar a narrativa elaborada pelo visconde de Porto Seguro, Max Fleiüss propôs, na última reunião da agremiação no ano de 1921, que o IHGB recordasse “[...] todas as grandes datas do ano de 1922, recordando o centenário dos fatos que precederam e sucederam de perto à independência”.⁶¹ As conferências, ocorridas durante todo o ano de 1922, foram todas definidas previamente em 1921. Segue abaixo a lista das mesmas, bem como a de seus realizadores.

Tabela 1. Lista das conferências do IHGB: “o ano da Independência”

Conferência	Orador
O Fico	Olímpio Viveiros de Castro
Ministério de José Bonifácio	Artur Pinto da Rocha
Notificação de d. Pedro ao General Avilez	General Moreira Guimarães
Chegada ao Rio de Janeiro da esquadra portuguesa, chefiada por Francisco Maximiliano de Souza	Eugênio Teixeira de Castro
Primeira viagem de d. Pedro a Minas	Alfredo Valadão
Aceitação do título de “Defensor Perpétuo do Brasil” pelo Príncipe D. Pedro	Laudelino Freire
Pedido de convocação de uma Assembleia Constituinte	Agenor de Roure
Primeira reunião dos procuradores gerais das províncias	Augusto Tavares de Lyra
Manifesto de d. Pedro	Aurelino Leal
Manifesto às nações amigas	Rodrigo Otávio Langgaard de Menezes
Centenário da sessão do Grande Oriente	Max Fleiuss
Sete de Setembro	Afonso Celso
Criação da bandeira do Brasil	Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho

⁶¹ Cf. Revista do IHGB, t. 90, 1921, p. 927. A hipótese de que as conferências foram realizadas com o intuito de divulgar a interpretação de Varnhagen é trazida por Guimarães (2007, p. 134).

Aclamação de d. Pedro	Max Fleiuss
Batalha de Pirajá	Miguel Calmon du Pin e Almeida
Benção e distribuição da nova bandeira	Eugênio Vilhena de Moraes
Sagração e Coroação de d. Pedro	Max Fleiuss

Fonte: *Revista do IHGB*. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial, 1922.

A intenção aqui não é abordar cada conferência em sua especificidade. Tal análise já foi realizada por Noé Freire Sandes (2000) e Lucia Maria Paschoal Guimarães (2007), e, cada um ao seu modo, forneceu valorosa colaboração. Partindo da ideia apresentada no início deste capítulo, de que a leitura da independência brasileira foi percebida mais como a concretização de uma já deflagrada tradição nacional, analisar-se-ão algumas estruturas argumentativas que parecem ser gerais a quase todos os textos⁶². Pretende-se mostrar que as conferências realizaram uma apreensão das três dimensões temporais – passado, presente e futuro –, de modo que as duas últimas são praticamente abarcadas pela primeira, denotando o peso do passado na formação nacional. O grito do Ipiranga, mesmo mantendo seu valor dentro do curso histórico, na fala dos conferencistas apareceria mais como a confirmação de um movimento histórico irreversível do que a valorização de uma suposta ação única de d. Pedro I.

Essa apreensão temporal do processo de independência distingue-se dos trabalhos lançados no período e que foram consagrados à memória disciplinar. Obras como a de Francisco de Adolfo Varnhagen ([1917] 1962) e Oliveira Lima (1922) caracterizam-se por perceberem a proeminência do Estado como construtor da nacionalidade. As conferências realizaram um recorte temporal bastante diverso. Enquanto os primeiros deram a primazia do processo de emancipação política à chegada da Família Real em 1808, as falas do IHGB defenderam a ideia de que a nacionalidade do país já estava em formação desde seu período colonial. A ênfase ao peso do passado na tradição nacional é assim mais visível.

⁶² Ressaltamos “quase todos”, pois, de fato, há a presença de algumas conferências que fogem da abordagem aqui proposta. Como exemplo, destacam-se a de Olimpio Viveiros de Castro sobre o *Fico* e a de Miguel Calmon sobre a Batalha do Pirajá. Nessas duas conferências percebe-se a preocupação com certos fatores de ordem social e econômica que escapam do determinismo presente nas conferências aqui analisadas. Outros trabalhos por sua vez, embora não citados no presente trabalho, apontam em parte para algumas estruturas narrativas que serão analisadas aqui. Citamos, por exemplo, a conferência do General Moreira Guimarães sobre a notificação de d. Pedro ao General Avilez, que insere todo esse episódio em uma longa cadeia evolutiva da história nacional e mundial, bem como a de Agenor de Roure, que faz uma exaltação do gênio político de José Bonifácio, assemelhando-se a sua fala ao mesmo culto da autoridade política, que será analisado mais ao final do presente capítulo. Portanto, privilegiaremos a partir de nosso enfoque teórico-metodológico as conferências nas quais as estruturas argumentativas descritas a seguir aparecem muito bem cristalizadas, ressaltando que essas mesmas estruturas aparecem ao menos em parte em outras conferências, mesmo que não citadas.

Como visto no primeiro capítulo, a tese de que a nacionalidade brasileira já se formara muito antes de 1822, sendo ela um corolário do desejo de emancipação, foi um *topos* muito utilizado pelos propagandistas republicanos. A evocação de Tiradentes, da Revolução de 1817, ou, até mesmo, de Zumbi dos Palmares, era prática frequente na história de cariz republicano, entre o final do século XIX e o começo do XX⁶³. Basta lembrar que, no período imperial, a norma que guiava a escrita da história era a ênfase no papel da metrópole na formação histórica nacional (GUIMARÃES, 2007, p. 116-7). As comemorações em torno do Centenário da Independência do Brasil, expressadas pelas conferências do IHGB, promoveriam a junção desses dois movimentos: a valorização das revoltas coloniais e o enaltecimento dos acontecimentos de 1822.

Os exemplos retirados das falas dos conferencistas são notórios quanto a essa mudança. Na conferência do Sete de Setembro, realizada pelo presidente do instituto, Afonso Celso, ele exalta:

[...] aureolemos os mártires: Felipe dos Santos, em 1720; Tiradentes, em 1792; os revolucionários de Pernambuco, em 1817; a madre Joanna Angélica, em fevereiro de 1822.

[...]

Enaltecemos os indígenas que hospitaleiramente acolheram os descobridores e de quem procederam aos mamelucos e bandeirantes êmulos dos Colombos e dos Gamas, ao devassarem e conquistarem o bravo sertão; os jesuítas, defensores dos índios; os negros, que valiosíssimo contingente nos trouxeram ao trabalho e, durante sessenta anos, sustentaram a república livre de Palmares (CELSO, 1922, p. 321).

Essa passagem expõe os diferentes elementos da historiografia ligada ao IHGB no período imperial, bem como da retórica republicana. Nota-se a assimilação da figura do colonizador e da sua cooperação com o indígena, fundindo daí um novo sujeito, o bandeirante; a valorização do africano e de seu descendente – aliás, relevante mencionar a obliteração da sua condição de escravo sobre o eufemismo de uma ética do trabalho; a saudação a Palmares, bem como das revoltas ainda ocorridas durante o período colonial. Essa junção de diferentes episódios, que, durante o período imperial, pertenciam à retórica de distintos grupos políticos demonstra uma nova construção da narrativa da independência.

Tal reagrupamento de diversas experiências, cujos significados eram totalmente distintos na escrita da história nacional durante o império, não seria capaz de ocorrer sem o apelo a um novo recorte temporal, bem como a novos agentes históricos no processo de

⁶³ Essa narrativa republicana, embora aqui não privilegiada, ainda mantinha forte recepção na época. Ver, por exemplo, as obras publicadas por Carlos Maul e Assis Cintra, que, utilizando-se de tons polemistas, defendiam a interpretação do Sete de Setembro como um golpe aplicado pela casa de Bragança, usurpando o poder dos verdadeiros brasileiros. Ver, Maul (1921) e Cintra (1922; 1923).

formação nacional. A defesa e legitimação da instituição monárquica foram norteadoras da narrativa da emancipação política nacional no período monárquico. Autores como José da Silva Lisboa, João Manuel Pereira da Silva e Francisco Adolfo de Varnhagen construíram uma linha interpretativa louvando as ações de agentes individuais, em especial, aqueles concernentes à moldura do jogo político, sendo suas ações consideradas derradeiras para a fundação política nacional. Aliando essa interpretação com a crítica documental e a valorização do acontecimento como princípio normativo e epistemológico da historiografia nacional, no império construir-se-ia um discurso no qual era enaltecida a presença do Estado e da herança portuguesa na formação nacional.⁶⁴ Assim, o espaço temporal no qual suas narrativas focavam o desenrolar da emancipação nacional se dava, principalmente, com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, terminando com o reconhecimento do império brasileiro por parte de Portugal, em 1825.

Percepção diferente era aquela construída ao fim do império e começos da república. Como visto no primeiro capítulo, se os republicanos não chegaram perto de realizar alguma obra historiográfica que superasse a construção narrativa do império, por meio de sua instrumentalização da memória nacional foi possível, ao menos, abrir espaço para novos eventos e agentes junto a essa. Destacar-se-iam, nesse período, episódios como a Revolução Pernambucana, de 1817 e, principalmente, a figura de Tiradentes e da Inconfidência Mineira de 1879 (CARVALHO, 1990, OLIVEIRA, 1989).

A articulação dessas diferentes experiências históricas já havia sido realizada pelos positivistas (CARVALHO, 1990, p. 42-8). No entanto, seria durante as comemorações do centenário que elas seriam transpostas pelos próprios defensores do período monárquico, tal como uma cadeia evolutiva de fatos na qual diversos episódios contribuíram para o desenvolvimento da nacionalidade. Citamos anteriormente Afonso Celso, o qual, em sua fala, reúne sobre a mesma linha sucessória o martírio de Felipe dos Santos na Revolta de Vila Rica, em 1720, que, junto com Tiradentes e os revolucionários de 1817, veriam seus esforços coroados em 1822. O sacrifício desses indivíduos, geralmente associados a revoltas de cunho nativista, seria incorporado à mesma história pátria. Esse traço parece ser transversal às diferentes conferências do IHGB. Artur Pinto da Rocha, na sua comunicação sobre o Ministério de 16 de janeiro de 1822, que marca a entrada de José Bonifácio junto ao governo de d. Pedro I, é outro exemplo. As derrotas de diferentes rebeliões contra a metrópole não aparecem como reveses, mas sim, como antecedentes que formariam um movimento

⁶⁴ Ver Leite (2003); Costa (2005) e Guimarães (2007).

ascendente rumo à emancipação política. Assim, no momento em que estava prestes a ocorrer a independência do Brasil, não importava se ainda havia vacilações de d. Pedro I quanto à sua adesão a causa nacional.

[...] a areia da ampulheta e a água do relógio estavam quase corridas e esgotadas; que as horas desse consórcio de três séculos estavam contadas e que, com o príncipe ou sem o príncipe, a Independência não podia tardar, a soberania tinha de vingar, sem hesitações: o suicídio lendário dos Palmares, a tragédia sinistra dos Inconfidentes e a execução impiedosa de Domingos José Martins e seus malogrados companheiros, cujo sangue ainda não tinha sido totalmente absorvido pela generosa terra pernambucana (ROCHA, 1922, p. 63).

Essas evocações a Palmares, a Tiradentes e aos pernambucanos de 1817 seriam impensáveis de serem ouvidas algumas décadas antes por algum sócio do Instituto. Exemplo notável dessa mudança é a conferência de Alfredo Valadão, abordando a viagem que d. Pedro realizou à província de Minas. Ao comentar a influência que o território mineiro operou no imperador em favor da causa emancipacionista, afirmava o orador que isso se devia à própria formação da província, da qual surgiria em 1789 “[...] o primeiro tentame da Independência” (VALADÃO, 1922, p. 157). A Inconfidência mineira, dentro da conferência, é interpretada como um episódio de louvor dentro da história nacional, uma aspiração que somente poderia ter tido seu início em Minas Gerais, província que cumpria uma “finalidade histórica” ao ser também palco dos principais acontecimentos de 1822 (Idem, p. 158).

A ida de d. Pedro até Minas, ainda como príncipe regente, tinha como motivo acalmar os ânimos na província, que, em setembro de 1821, havia criado uma junta provisória, com o intuito de ser governada segundo as leis que eram elaboradas pelas Cortes gerais de Lisboa. Aumentariam essa instabilidade política na região os decretos de 29 de setembro de 1821,⁶⁵ fazendo com que a província ficasse em desobediência, tanto ao Príncipe Regente, quanto às Cortes que elaboravam a nova constituição, segundo Valadão (1922, p.164-5). Buscando legitimar sua tese de que Minas Gerais atuava como irradiador do ideário liberal na história do Brasil, recorria então o conferencista a uma citação de João Manuel Pereira da Silva. Seu intuito, por meio da seguinte referência, era demonstrar como essa insubordinação da província apresentava causas mais profundas já no começo do século XIX: “[...] trataram os mineiros criar um novo governo local, cujas tradições provinham da tentativa de levantamento

⁶⁵ Os decretos de 29 de setembro de 1821 tinham por finalidade extinguir os tribunais criados por d. João VI desde sua chegada ao Brasil, em 1808, bem como exigir o retorno de d. Pedro até Portugal para empreender uma viagem a alguns Estados europeus, de modo a aprimorar sua instrução, Cf. Lustosa (2006, p. 119). Além disso, buscaram efetivar a instalação de juntas provisórias em todas as províncias que ainda não haviam formado tal governo, sendo todas elas submetidas diretamente a Portugal.

de 1789 e conservavam ainda raízes na população e reminiscências em muitos espíritos” (SILVA, 1865 apud VALADÃO, 1922, p. 165).

A obra de Pereira da Silva havia representado, até a descoberta dos manuscritos de Varnhagen, o grande estudo sobre a Independência do Brasil já empreendido. Figurava como uma referência imprescindível para o tema, desde sua publicação em sete tomos (1864-1865) até o final da segunda década do século XX. Seu trabalho, característico do período e associado à produção dentro do IHGB, foi marcado pela defesa da ordem monárquica e pela crítica ao pensamento democrático e republicano que correspondia aos demais Estados americanos. Como exemplo disso, acompanha-se o trecho que se segue imediatamente àquele citado por Alfredo Valadão e reproduzido no parágrafo anterior. [...] *Perseverando em doutrinas tão fatais*, além de saírem da legalidade precisa, ajudavam mais as cortes portuguesas e o domínio colonial, e deixavam de concorrer para a independência de todo o continente americano (SILVA, 1865, t. VI, p. 6, grifo nosso). Ao recriminar “doutrinas tão fatais” o historiador do século XIX condenava, principalmente, os movimentos que no Brasil tentaram pôr em prática essas ideias. Ressalte-se que o próprio conferencista Alfredo Valadão era ciente da opinião de Pereira da Silva, pois ele mesmo notava que sua referência caracterizava “timidamente” os “sectários do intitulado sistema americano” (VALADÃO, 1922, p. 165). No entanto, as seguintes passagens de João Manuel Pereira da Silva – tanto a utilizada pelo conferencista nas festas do Centenário quanto a por ele omitida – demonstram uma virada completa na significação de determinados eventos por parte do IHGB.

A apropriação dessas revoltas nativistas, cuja abrangência havia sido apenas local, apresentou-se como uma das principais mudanças ocorridas nas narrativas produzidas pelo IHGB durante o centenário. Esse é um dos principais pontos a serem frisados no presente capítulo: a articulação de eventos cujos significados eram até então distintos, apresentou-se como uma possível saída para a tensão existente em uma república necessitada de rememorar uma monarquia.

Essa outra composição da narrativa histórica realizada pelo IHGB durante as comemorações demonstra certa afinidade com o conceito de tradição aqui utilizado. É necessário então, retomar a caracterização do conceito. Para Jörn Rüsen, a tradição opera pelo exercício da consciência histórica, gerando sentido para a vida prática de acordo com os seguintes aspectos: atenta para o passado como forma de reivindicar a continuidade com determinadas origens; percebe a estrutura do tempo como uma permanência em meio à mudança gerada pela sua passagem; molda a identidade de acordo com as condições previamente dadas (o local de origem, as gerações anteriores, etc.); e, por fim, ela organiza as

formas de comunicação sobre termos que devem estar acordados entre todos (RÜSEN, 2012, p. 51).

Ao salientar-se a apropriação dessas revoltas locais pelas conferências do Instituto, pode ser percebida inicialmente a ideia de uma nação formada anteriormente ao Estado. Ao serem incorporados fatos que a historiografia do século XIX relegava ao esquecimento construía-se a ideia de que esses mesmos eventos denotavam uma nacionalidade em plena constituição, na qual o processo de emancipação política surgiria apenas como a confirmação de um destino histórico. Nos primórdios da formação do país já estavam sendo lançadas as bases de sua futura independência. Os eventos que antes correspondiam à ruptura com a ordem vigente, como as revoltas nativistas, apareciam então como a concretização de um movimento iniciado muito antes de 1822, sendo que esse veio a ser um ano em que as aspirações de três séculos já encontravam sua plena maturidade. Dessa forma, o grito do Ipiranga era despido de qualquer traço que lhe caracterizasse como ruptura. É preciso reconhecer que os episódios envolvendo 1822 já eram assim percebidos pela historiografia do IHGB durante os primórdios de sua existência. O notável nas conferências do Centenário, como já afirmado, foi essa apreensão de episódios que até então eram considerados de maneira pejorativa pelas primeiras gerações da agremiação. E a saída para tal contradição pareceu justamente o apelo a uma suposta tradição nacional. Em um contexto de nacionalismo exacerbado como no período pós Primeira Guerra, a reivindicação de uma longa cadeia histórica e o compromisso com gerações que estavam muito além de d. Pedro I surgiam como fortes ferramentas políticas.

Essa mudança discursiva não ficaria apenas restrita ao campo interpretativo do processo histórico. De modo a conseguir ampliar o escopo do que seria uma pretensa e gradual evolução nacional, necessitou essa nova narrativa incorporar outros elementos que também não estavam presentes na historiografia da agremiação no século anterior. Houve aqui certa ruptura epistemológica. As leituras de Pereira da Silva e de Varnhagen sobre a Independência nacional enfatizavam a ação da coroa portuguesa e de seus principais agentes na construção da nova nacionalidade. Mesmo que esses autores também concebessem a emancipação política como um processo linear e evolutivo, em suas obras, os principais fatores da nação estavam intrinsecamente ligados à metrópole. Assim, o papel tutelar de Portugal devia tornar-se evidente na formação nacional.

No caso das conferências aqui analisadas, os agentes desse processo são mais variados. Ao empreender-se a leitura dessas narrativas, percebe-se a menção a outros fatores que teriam atuado na construção nacional. Na fala de Aurelino Leal sobre o manifesto de 1º

de agosto⁶⁶ é ressaltada por ele a “fatalidade geográfica” que operava sobre o processo de emancipação política (LEAL, 1922, p. 262). Retomando novamente a fala de Alfredo Valadão, o orador refere-se à preponderância de Minas Gerais como a província onde se formara inicialmente a “constituição orgânica da nação brasileira”, devido a “causas étnicas, geográficas e econômicas” (VALADÃO, 1922, p. 157). A província agiria, assim, como um centro irradiador do sentimento nacional e emancipacionista, convertendo d. Pedro a favor da independência. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, em sua conferência sobre a criação da nova bandeira, alude à formação das três raças que se operava na defesa da bandeira ainda portuguesa, quando dos enfrentamentos contra os holandeses em Pernambuco.

À ousadia e cobiça destes últimos [no caso, os holandeses], se contrapôs à agregação de Henrique Dias, o negro, Felipe Camarão, o índio e, Fernandes Vieira, o branco; triângulo glorioso em que foi alicerçado o monumento de dedicação, patriotismo, e valor que ilustra imorredouramente os anais de nossa história, a fonte perene da força e da prosperidade do Brasil no presente e no futuro: a nova raça (CARVALHO, 1922, p. 328).

O conferencista em qualquer momento tenta hierarquizar o predomínio de alguma etnia na formação nacional. Tão logo encerrada essa citação, Miguel Joaquim Carvalho evoca, assim como outros oradores aqui citados, a memória de Tiradentes e os eventos ocorridos em 1817, para corroborar seu argumento de uma longa e lenta evolução da formação nacional. Apenas para citar mais um exemplo, Laudelino Freire, em sua fala sobre a aclamação de d. Pedro I como “Defensor Perpétuo” do Brasil,⁶⁷ apela para causas mais abstratas como as desencadeadoras da emancipação. Para o autor,

[...] a Independência não teve e nem podia ter autor individual. Era a vontade de ser livre que despertara com o primeiro homem, em cuja razão alvorecera o convencimento de ser filho do Brasil e no fundo de sua alma começara a sentir a dureza do jugo invasor (FREIRE, 1922, p. 179).

Todos esses elementos, fossem eles de ordem étnica, geográfica, ou, até mesmo de origem mais abstrata, como a suposta “vontade de ser livre”, correspondiam a uma nova configuração na narrativa da emancipação política. Como já afirmado, a ideia de se recorrer a uma nacionalidade cuja formação se configuraria muito antes de 1822 parecia uma boa alternativa para celebrar um evento cuja marca estava indelevelmente associada a um príncipe

⁶⁶ 1º de agosto de 1822: data do “Manifesto aos povos do Brasil” e da publicação do decreto que declarava inimigas todas as tropas enviadas de Portugal que desembarcassem no país.

⁶⁷ Fato ocorrido em 13 de maio de 1822, tendo o futuro imperado atendido ao pedido do Senado da Câmara do Rio de Janeiro.

português, e a um governo cujo modelo diferia do vigente naquele período. No entanto, presumir que essa construção tenha sido realizada de maneira deliberada, tratar-se-ia de um profundo equívoco. A partir da segunda metade do século XIX, em especial, na década de 1870, a chegada de novas discussões científicas junto ao campo da intelectualidade brasileira favoreceu a fermentação de outras propostas para se pensar a chamada realidade nacional. Como afirma Arno Wehling, essa nova geração surgida durante e após a Guerra do Paraguai buscou interpretar o Brasil a partir de sua formação étnica, não sendo mais privilegiado o Estado imperial, como fizera Varnhagen (WEHLING, 2001, p. 141). É nesse contexto que ocorre a recepção de autores preocupados com o estudo de uma pretensa evolução social, como Auguste Comte (1798-1857), Henry Thomas Buckle (1821-1862) e Herbert Spencer (1820-1903).

Essa geração pós-1870 construiu um novo pensamento sobre a relação entre o ser humano e o seu meio. Ao contrário do romantismo, cujo ideal teria sido o de contemplação ao exótico e exuberante da natureza, havia um novo contexto que exigia a ação humana frente ao seu meio natural, mas, para tanto, necessitava-se o conhecimento objetivo da realidade envolta ao homem. É nesse ponto que a recepção das obras de teóricos como Comte, Spencer e Buckle, entre outros,⁶⁸ exerceu profundo impacto na intelectualidade nacional. Tais autores, em linhas gerais, expressavam a inabalável crença de um universo autorregulado por leis objetivas, a exemplo das ciências naturais, cabendo apenas ao intelectual desvelá-las para o seu melhor funcionamento social. Todo esse mecanicismo de que era dotada a sociedade humana, além de compor um sistema coerente e equilibrado, acabava também por ser transposto em uma nova temporalidade, expressada na ideia de progresso. Essa, por sua vez, uma tradução clara do sentimento de otimismo presente em boa parte do Ocidente que percebia as significativas melhoras tecnológicas produzidas pela inovação científica (MURARI, 2009, p. 63-5).

Assim, era elaborada uma visão materialista do homem e da história, na qual até os aspectos culturais de uma organização social eram medidos objetivamente e postos em escala valorativa. Consequência dessa nova epistemologia era a assimilação da noção de evolução, tomada da teoria darwinista da seleção natural⁶⁹ e ligada ao social, como uma diretriz que

⁶⁸ As contribuições desses teóricos, assim como a do positivista francês Hippolyte Taine (1828-1893), cuja recepção foi também considerável no Brasil, tiveram importantes nuances entre si. No entanto, esses nomes podem ser postos no conjunto do movimento que foi posteriormente chamado “cientificismo”, pela sua crença na perfeita objetividade do método científico, derivado do paradigma newtoniano e, principalmente, por aplicarem suas leis aos fenômenos sociais e históricos. Cf. Wehling (2001, p. 141-3).

⁶⁹ Como afirma Marçal Paredes (2009), houve um profundo impacto na comunidade científica quando da divulgação da teoria sobre a seleção natural, proposta pelo naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882). Por

dirigia o conjunto humano em um devir constante e obedecendo a todas as leis racionais. Essa nova percepção expressa pelos elementos acima descritos, não se traduzia apenas no campo científico e epistemológico, mas também em uma nova atitude na percepção de si e da vida prática desse intelectual: “[...] a ciência não seria apenas um meio de dominar a natureza, mas a manifestação suprema e acabada do espírito humano” (WEHLING, 2001, p. 143). Houve então uma nova configuração. O intelectual ligado ao movimento romântico estava incumbido de traduzir elementos de ordem especulativa, tais como o “espírito nacional”, a origem da nação, suas tradições mais remotas, seus heróis, cultuar personagens lendários que davam a sua vida por um ideal superior, tal como a nação.⁷⁰ Esse novo estudioso da geração pós-1870, porém, era responsável por traduzir uma realidade objetiva – ao menos assim vista por ele –, capaz de ser transformada pela ação humana, adquirindo uma posição nova em seu espaço social.

Ao retomarmos as conferências do IHGB proferidas durante o ano de 1922, podemos perceber então a existência contígua de alguns desses elementos descritos. A evocação de aspectos que foram altamente presentes em autores da geração de 1870, como a raça, o meio, a natureza, denotavam o peso dessas produções que ainda persistiam na historiografia e na intelectualidade brasileira. Havia, juntamente a tais dados, a coexistência de outros elementos que conferiam mais plasticidade a essas narrativas. Para além dessa “hipertrofia da ciência” (WEHLING, 2001, p. 142), característica da produção cientificista, percebia-se também a presença de princípios que fugiam dessa análise naturalista e materialista.

A ligação das diversas revoltas nativistas, cujo ideal desaguardaria no grito do Ipiranga em Sete de Setembro de 1822, formava um forte exercício de construção de uma formação nacional em uma longa cadeia histórica. O elo entre diversas gerações pela comunhão das três raças no confronto com os holandeses, na Inconfidência Mineira em 1789 e na revolta pernambucana em 1817 escapava ao olhar do cientificismo e sua abordagem mecanicista. Para a construção desse sentimento de comunhão entre diversas gerações foi necessário o

meio de sua obra mais conhecida, *A origem das espécies*, publicada em 1859, defendia o britânico a ideia de uma contínua “luta pela vida” de todos os seres vivos em seu espaço, sobrevivendo somente o mais apto a esse último. Esse impacto, porém, entre os cientistas, se deu de forma bastante heterogênea, dado que uma das fragilidades da teoria darwinista, concernente à questão da hereditariedade não era capaz de ser resolvida na época, sendo somente solucionada pelas experiências genéticas de Gregor Mendel em 1866 e, publicadas em 1900, pelos botânicos C. Correns, H. de Vries e E. Taschermak. Cf. Paredes (2009, p.164-6).

⁷⁰ O Romantismo, movimento intelectual do século XIX, de profundo impacto social nesse mesmo período e no século seguinte, como afirma Isaiah Berlin, é um movimento de difícil definição, dada a imensa variedade das formas que tomou. No entanto, a recusa das leis pretensamente objetivas e generalistas providas do Iluminismo, seguidas do culto de elementos ligados ao inconsciente humano e à defesa de sua plena manifestação, bem como da valorização do particular, de elementos culturais, em detrimento ao geral, são algumas premissas básicas do movimento. Sobre o papel do inconsciente junto a criação do artista romântico ver Baumer (1990, p. 38-40); acerca do herói romântico, ver Berlin (2009, p. 255-8).

apelo a esse elemento menos palpável, fugidio à lógica do cientista social característico do último quarto do século XIX. Havia de ser percorrido um caminho histórico que levasse o indivíduo de volta às suas pretensas origens, suas raízes de difícil localização no tempo, mas que para os conferencistas do IHGB, existia muito antes de 1822. Essa evocação certamente era a da nação, comunidade, pois o sentimento de pertença a ela permeava diversas gerações, um tempo que era percorrido e saudado pelas conferências do Centenário.⁷¹

A interpenetração dessas diferentes perspectivas – o objetivismo do cientificismo e o abstrato e especulativo do nacionalismo – eram muito bem combinados nas conferências, de modo a garantir maior fiabilidade às leituras históricas sobre os principais acontecimentos de 1822. A intenção do movimento iniciado pela geração de 1870, que tomou forma em autores como Capistrano de Abreu, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, entre outros, era a oposição a elementos especulativos e à construção de uma leitura “realista” da formação nacional. Em contrapartida, no momento das conferências, a desilusão com os primeiros anos da república e o crescimento de um nacionalismo exacerbado logo após a Primeira Guerra Mundial pareciam exigir dos membros do IHGB, como guardiães da memória nacional que se consideravam, um apelo pela volta às origens, ou seja, a defesa da tradição.

Essa busca pelas origens e sua consequente defesa parecia ser facilitada pelo momento comemorativo. A reivindicação de plena continuidade com o passado lembrado por parte daqueles que comemoram (CONNERTON, 1993, p. 54) facilita a apreensão do passado pelo princípio da tradição, conforme argumentado nesse capítulo.⁷² Os trabalhos apresentados nas

⁷¹ A seguinte passagem de Isaiah Berlin sobre o apelo do movimento romântico a elementos impalpáveis pelo racionalismo do século XVIII demonstra o peso que essa nova filosofia teve sobre a política e demais áreas do saber no século XIX e XX: “[...] a nova análise científica [nesse caso, a proveniente do Iluminismo] não oferecia nenhuma explicação desse sentimento de lealdade que não se manifestava para com indivíduos específicos, mas para com a tradição e o passado da comunidade, para com instituições impessoais cujas características não podiam ser decompostas sem resíduo nas das legiões de seres humanos anônimos que as compõem [...], que inspiravam sua arte e impregnavam os seus modos de vida de um jeito incapaz de ser descrito, muito menos explicado, na terminologia das novas ciências, as quais cometiam o erro fatal de supor que os seres humanos eram mecanismos psicológicos passíveis de total dissecação, e que as sociedades eram combinações mecânicas para fins determináveis e finitos, em vez de produtos orgânicos cujas células estavam ligadas por fios impalpáveis que os homens sentiam e manipulavam, ainda que não pudessem dar uma explicação deles em termos químicos, matemáticos ou psicológicos, ou nos termos da nova ciência da economia política. [...] Esse era o coração da revolta contra o racionalismo do século XVIII em nome da história e da tradição cristã. Ela cresceu em força e constitui a filosofia social quase dominante do presente.” Cf. Berlin (2009, p. 67-8). É necessário reiterar, portanto, que o Romantismo é um movimento de oposição ao Iluminismo e sua crença na construção de valores universais. O que reivindicamos nesse trecho da presente dissertação é que a reutilização de alguns elementos próprios do movimento romântico foi uma importante saída para os conferencistas darem maior elasticidade a suas leituras históricas, que também se utilizavam de componentes próprios do cientificismo.

⁷² Conforme argumenta Jörn Rüsen, por mais que se queira identificar o pensamento tradicional como pertencente às sociedades conhecidas por esse mesmo termo, ele ainda desempenha um papel fundamental na sociedade contemporânea. O exemplo referido pelo autor é a própria comemoração, na qual fatos do passado são louvados por desempenharem uma importante função de orientação, tanto para o presente como para o futuro das

conferências do ano do Centenário demonstravam certa obsessão em evocar essa permanência de uma suposta origem nacional. Como meio de legitimar essas narrativas, recorria-se a referências que foram produzidas por uma geração empenhada em fornecer uma leitura realista e objetiva do Brasil. No entanto, ao exporem as causas orgânicas, geográficas ou étnicas da independência nacional, os membros do IHGB as inseriam em uma temporalidade que aprofundava o desejo de pertencimento e de ligação com gerações que fugiam da ótica cientificista. As conferências comemorativas de 1922 pretendiam reclamar uma nação previamente formada, apontando para fatores que haviam sido privilegiados por sua vez, pelos intelectuais de final do século XIX. O aspecto inédito nessas conferências, portanto, era a reivindicação de uma forte tradição nacional, lançando mão de argumentos que a “geração de 1870” utilizou para, justamente, se opor a essa pretensa tradição, ou, como for preferível, a uma nação já consolidada.⁷³

As conferências referentes ao Centenário da Independência do Brasil promovidas pelo IHGB acabaram por oferecer algo além da simples rememoração dos principais eventos ocorridos em 1822. Inicialmente, articulou eventos pertencentes à historiografia de cariz republicana, como os acontecimentos envolvendo Palmares, a Inconfidência Mineira e a Revolução de 1817, com os acontecimentos que levariam até o grito do Ipiranga. A solução para essa nova configuração foi uma importante síntese realizada entre o discurso cientificista promovido pela geração de 1870, evocando fatores climáticos, geográficos e étnicos, indo de encontro à narrativa romântica característica do período anterior a esse movimento. A exaltação de argumentos próprios do Romantismo, como a tradição, os costumes, as origens pertencentes a um passado de difícil localização pareciam ganhar maior fiabilidade pela citação daqueles outros aspectos característicos da literatura cientificista. Essas duas construções, postas em uma única narrativa, forneciam outra temporalidade, a sensação de um

coletividades. Essa veneração seria ainda mais visível nos espaços públicos e seus monumentos laudatórios ao passado, que buscam manter viva a memória de determinados eventos. Cf. Rüsen (2012, p. 51).

⁷³ Apenas alguns exemplos de ilustres letrados desse período. Na sua obra sobre a história da literatura brasileira, publicada pela primeira vez em 1888, Silvio Romero afirma: “Somos um povo em formação; não temos, pois, vastas e largas tradições nacionais. Negros e índios pouco puderam fornecer, e os portugueses já tinham, com a Renascença, esquecido em parte as tradições da Idade Média, quando o inconsciente das coisas os atirou às nossas plagas. Daí o estado fragmentário de nossa literatura popular”. Cf. Romero ([1888] 1953). Já em Euclides da Cunha, salientava a sua divisão do Brasil entre o norte e o sul, ou, litoral e sertão, Cf. Murari (2009, p. 103-5). Capistrano de Abreu, por sua vez, em trabalho publicado no ano de 1875, realiza uma leitura muito próxima da que seria empreendida décadas depois pelo IHGB. O autor coloca a independência nacional como fruto de um sentimento de inferioridade em relação a Portugal, que, com o tempo e as conquistas efetuadas pela colônia transformar-se-ia em um sentimento de superioridade em relação à metrópole, advindo daí a independência. No entanto, para Capistrano, ela ainda seria uma emancipação apenas política. Socialmente, moralmente e, materialmente, ainda estaríamos presos às nações mais prósperas da Europa, Cf. Abreu ([1875] 1931, p. 76-8). Para o autor, portanto, ainda haveria um longo caminho a se completar. Caminho esse que nas conferências do IHGB já parecia estar completo.

tempo lento e contínuo, em que o passar dos anos carregava, assim, as profundas marcas e o peso do passado. As comemorações no ano de 1922 enaltecem uma nação em devir, mas cujo percurso estava constantemente de acordo com suas tradições.

As conferências realizadas no ano do centenário não encerraram o ciclo de publicações e trabalhos do Instituto sobre nossa emancipação política. No ano seguinte, um jovem intelectual baiano publicaria sua primeira obra de historiografia na Revista do IHGB. Seu trabalho, em perfeita simetria com as conferências, torna-se mais uma importante fonte para a análise da historiografia do período.

3.2.2 Pedro Calmon e o império como destino

Embora figura atuante no meio intelectual brasileiro, com diversas obras publicadas, Pedro Calmon (1902-1985) ainda não recebeu uma grande atenção por parte da análise historiográfica. As comemorações do Centenário da Independência do Brasil marcaram sua estreia intelectual na historiografia brasileira. Foi naquele contexto que ele partiu da Bahia, seu estado natal, e se dirigiu ao Rio de Janeiro para auxiliar na organização dos eventos promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ABREU, 2001, p. 945).

Publicada em 1923, pela revista do Instituto, sua obra *Independência do Brasil*, ainda se inseria no quadro das comemorações. A publicação nesse ano pode ser explicada pela efeméride de 2 de julho, quando a expulsão das tropas portuguesas na Bahia completava cem anos, conflito esse ao qual o autor dedica um capítulo inteiro de sua obra. No entanto, apesar de sua tentativa de inserir os acontecimentos da província baiana em sua narrativa, de fato não foi eclipsada a proeminência das províncias centrais como palco dos principais eventos que levaram o Brasil à sua ruptura política com Portugal.

De modo similar ao que fora aludido pelos conferencistas do IHGB um ano antes, a argumentação realizada por Pedro Calmon induziu à compreensão da precedência da nação em relação ao Estado. O Brasil enquanto entidade nacional poderia ter sua origem remontada à metade do século XVII. Os conflitos contra os holandeses em Pernambuco teriam despertado uma nova nacionalidade, diferente da lusitana. Além dessa identificação por oposição, o contato do colono com o território teria desempenhado papel significativo. O alargamento das fronteiras, a descoberta das minas, a abertura de estradas pelas caatingas... Todos esses fatos contribuía, na visão do autor, para a emergência de uma nova consciência, que se refletia em diversas revoltas nativistas que ocorreram no território colonial. Assim, são listados os episódios de Beckman (1684), a Guerra dos Mascates (1710), Revolta de Vila Rica

(1720), A Inconfidência (1789), Confederação Baiana (1798) e a revolta em Pernambuco de 1817, que compõem os enredos lembrados pelo autor. Para ele, se no século XVII nascia este sentimento, o século XVIII marcaria a definição do conflito e de uma rivalidade crescente entre nacionais e reinóis (CALMON, 1923, p. 109-11).

Há nessa leitura empreendida por Calmon alguns fatores previamente mencionados nas conferências do centenário, e cuja presença nas produções realizadas pelos intelectuais identificados com o cientificismo foi uma constante. A conquista do sertão, a identificação do território e seu desbravador com uma nacionalidade ainda que rústica, bem como o despertar de uma consciência nacional e de uma rivalidade entre reinóis e “brasileiros” foram temas presentes desde a obra de Alfredo d’Escagnolle Taunay e Capistrano de Abreu, respectivamente.⁷⁴

Essa articulação entre revoltas nativistas e a independência realizada por d. Pedro I pareceu requerer de Calmon a mesma lógica de encadeamento dos fatos que havia sido lançada pelos membros do Instituto em 1922. Como forma de superar a aparente dicotomia entre revoltas de cunho local com uma emancipação promovida por uma nobreza portuguesa, o historiador baiano utilizou-se das metáforas organicistas, largamente lançadas pelos intelectuais de final do século anterior. A percepção dessa visão histórica e política em sua obra se nota quando o autor comenta sobre o ideário republicano no Brasil no período joanino, querendo demonstrar a clara imaturidade dessas ideias exógenas ao território nacional. “Confunde-se princípio democrático com o radical, liberalismo com jacobinismo, parlamento com convenção, o governo pela carta com o governo pelo povo [...]” (CALMON, 1923 p. 120) afirma o autor sobre o grupo maçônico, querendo auferir que, apesar de todo o ardor que havia nos participantes identificados com o republicanismo, seus princípios eram mais prejudiciais do que benéficos para o processo de nossa independência. A sua concepção organicista da história ficaria mais evidente quando se discorre sobre a evolução do espírito da emancipação e o erro do congresso português em querer refrear esse movimento histórico:

⁷⁴ A obra de Alfredo d’Escagnolle Taunay, *A Retirada da Laguna*, publicada em 1871, teve um peso importante na configuração desse *topos* entre o sertanejo e a nacionalidade. Seu trabalho narrou a malograda expedição que foi enviada à fronteira do Paraguai pelo interior do país, no início da guerra contra Solano Lopez. Ao elogiar o guia do grupo, o sertanejo José Francisco Lopes, Taunay promoveria uma das primeiras tentativas de associar a figura do sertanejo com os valores do patriotismo e de uma nacionalidade que, ainda sendo rústicos, poderiam ser assimilados aos valores sustentados pela civilização ligada ao império, que racionalizaria esses elementos ao proveito de todos. Cf. Murari (2009, p. 122-4). Quanto ao despertar de uma nacionalidade a partir da luta contra os holandeses e a consciência crescente de um antagonismo entre metrópole e colônia, trata-se de um tema sobre o qual um dos primeiros historiadores a realizar sua breve menção parece ter sido Capistrano de Abreu, em 1875. Cf. Abreu, ([1875] 1931, p. 75-6).

O espírito da emancipação revelava-se na plenitude da forma, poético, quase místico, a semelhança de uma religião de governo e de pátria, que obrigava o voto do sacrifício, da abnegação e do altruísmo. [...] Esse sentimento de pátria, conquanto espontâneo, como soam as criações orgânicas no desenvolvimento etho-biológico dos povos, com as suas fitas tricolores. Rousseau, Voltaire, D'Holbein, Mably, numa fusão de bento ecletismo dogmático – deixava ao crítico sociólogo a imagem vaga da mais furiosa e excelsa das limitações, que não somente no Brasil, antes mais ainda em Portugal, dava a cismar das consanguinidades morais que impõem os mesmos fenômenos essenciais do crescimento. Apenas aqui, o egoísmo do congresso é bárbaro e insciente. Tudo que quer para si e para a metrópole denega aos irmãos e à pátria além-mar (CALMON, 1923, p. 170).

Nesse trecho, Calmon argumenta que a filosofia dos iluministas serviu como inspiração para todos os povos. O que os diferencia é a lei de que esse desenvolvimento ocorre em consonância com as feições particulares de cada Estado. Essa fusão entre território, povo e espírito político, ou seja, a nação é superior às ações das leis elaboradas pelos homens. A filosofia liberal dos iluministas deveria se disseminar por todos os povos, mas devendo seus postulados surgir como um movimento espontâneo, obedecendo a um movimento que seria universal, que, por sua vez, adquiria feições específicas em cada local.

O princípio de perceber a sociedade como um organismo vivo, correspondendo uma função específica a cada estrato social, harmonizando todo um corpo, foi um conceito que havia ressurgido⁷⁵ com muita força a partir dos conservadores românticos. Escritores como Edmund Burke (1729-1797) e Johann Gottfried Von Herder (1744-1803) se valeram dessa ideia como meio de criticar os princípios liberais promulgados pelos iluministas franceses. A lógica de que as sociedades eram compostas por instituições constituídas historicamente e que se inter-relacionavam de maneira simétrica, tal como um organismo, e sem qualquer influência externa, havia sido amplamente utilizada com intenção de criticar a pretensa objetividade de leis universais (NISBET, 1987, p. 51). Assim, o malogro dos revolucionários franceses derivava de suas leis serem artifícios anômalos dentro da sociedade que eles buscavam reformular.

Esse ideário, contudo, receberia uma nova formulação a partir do movimento cientificista. O pensamento conservador e romântico, além de conceber as formações sociais pela equiparação com um organismo, o inseria também em uma temporalidade evolutiva, crescente. Os cientistas sociais que ressignificaram a teoria darwinista da seleção natural, ao adotarem o vocabulário organicista acabaram por deixar sua percepção do processo histórico

⁷⁵ Ressurgiu, pois, como afirma Isaiah Berlin, esse princípio era utilizado há séculos. Aristóteles já teria feito uso desse conceito, que, no entanto, ganharia maior alcance a partir dos teólogos medievais. Cf. Berlin (2000, p. 196).

ainda mais rígida. A noção de que todas as formações históricas realizadas pelo homem obedeciam a leis rígidas, cujo funcionamento derivava da perfeita harmonia entre suas diversas partes, possibilitava ao campo discursivo formas de exclusão de grupos e indivíduos considerados subversivos ou indesejados. Tal ação poderia resultar na associação desses últimos com um organismo exógeno capaz de tornar enfermo um corpo sadio (MURARI, 2009, p. 66). Assim, a junção entre o cientificismo e a linguagem organicista teve por finalidade fornecer uma “ideia conservadora da dinâmica social” de acordo com Luciana Murari (Idem 67-8). Ao Estado, por sua vez, cabia o papel de racionalização sobre essa base, como a instituição capaz de separar os elementos indesejados e dar sequência a um lento processo de mudança, assegurando permanentemente o controle sobre o social (LAMOUNIER, 2006, p. 390).

Resta, contudo, uma questão ainda nebulosa a ser resolvida. Tanto nas leituras realizadas pelos sócios do IHGB no ano do Centenário, quanto na obra de Calmon, a nação assegurava sua precedência em relação ao Estado por um desenvolvimento lento e progressivo, no qual a origem de sua própria formação era apontada pela fusão entre homem e território, conforme o ideário apropriado em 1922 das produções científicas. Porém, sendo a Independência um ato consagrado por um príncipe português, como conciliar uma nação em gradual evolução, assegurando suas tradições, tendo em seu primeiro líder político oficial um representante da antiga metrópole? Nesse caso em especial, foi necessário recorrer a uma ideia de história que estivesse acima dos homens, capaz de “nacionalizar” o primeiro imperador.

3.3 A NATURALIZAÇÃO DE D. PEDRO E A SAGRAÇÃO DA HISTÓRIA

Não vos hei de exortar a que confesseis que fora o príncipe regente o autor da Independência, senão a que confesseis que sem d. Pedro I não a haveríamos consumado, e, certamente, teríamos de contar mais uma explosão, que viria a sufocar-se em sangue, para o aumento do martírio dos patriotas, já tão tristemente cheio de inconfidentes e rebeldes pernambucanos (FREIRE, 1922, p. 179).

A fala de Laudelino Freire, na conferência sobre a aceitação do título de defensor perpétuo por d. Pedro, ainda como príncipe regente, demonstra a difícil conciliação entre um movimento histórico irreprimível e a ação humana contingencial. A separação de Portugal haveria de ser feita; todavia, d. Pedro I logrou ser o agente histórico que soube se valer da sua condição, e obteve seu lugar na memória por realizar a emancipação política da forma mais

perfeita possível. Um império unido, coeso e harmonicamente organizado, sem traço de ruptura profunda para com a tradição que se formara durante a colonização.

Como visto anteriormente, a junção de elementos cientificistas com aspectos próprios do romantismo, como a cultura, a tradição, o respeito pelo passado, produziu nas narrativas feitas pelo IHGB a percepção de uma nacionalidade sendo gestada muito antes da Independência de fato. A evocação das revoltas nativistas, de fatores étnicos, geográficos, ou, a junção de ambos, fornecia certa fiabilidade objetiva para essas narrativas. Desse modo, a emancipação política surgiria como a concretização de um movimento linear e progressivo, em uma relação de causa e efeito que não poderia ser impedida. Para além desse movimento, restava ainda conciliar um príncipe português com a causa nacional.

O evento que abalaria esse desenvolvimento contínuo da nação, portanto, seria o retorno de d. João VI em abril de 1821, bem como os decretos de 29 de setembro de 1821, solicitando o retorno imediato de d. Pedro a Portugal, como também a criação de juntas provisórias de governo em todas as províncias que ainda não haviam adotado tal medida. Seriam esses atos que deflagrariam o movimento em favor da Independência, tornando o príncipe regente o principal aliado da causa nacional.

As cortes quiseram nos separar pela força. Nós lhe opusemos a força para nos unir. Dividamo-lo, gritavam de lá... Mas as águas do Atlântico, que sobre as suas ondas e as suas espumas nos trouxeram o brado dissolvente da separação, levaram nos refluxos dos imensos molhes o grito fecundo de nossa coesão (LEAL, 1922, p. 265).

Pela fala dos sócios do IHGB, percebe-se que o gesto da Corte em querer tirar d. Pedro I do Brasil, requerendo também a formação de juntas provinciais diretamente submetidas a Portugal, representava a ameaça de ruptura de uma ordem já instituída. Era um movimento que afrontava a lógica da história nacional que vinha sendo construída. Lembra-se da fala de Calmon sobre o movimento espontâneo do “sentimento de pátria” que apenas era obstado pelo “egoísmo do congresso” nas palavras do próprio autor (CALMON, 1923, p. 170). Para Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, ao regressar d. João VI para Portugal, entraria o Brasil “ativa e resolutamente no período separatista” (CARVALHO, 1922, p. 329). É preciso ressaltar que boa parte da historiografia, mesmo a posterior às produções relativas ao centenário, também acompanhou a narrativa de perceber o regresso de d. João VI até Portugal, deixando seu filho no Brasil, como o começo do acirramento das disposições entre as duas partes do reino (MALERBA, 2006, p. 34-5). O que chama a atenção nas

argumentações aqui analisadas é o fato dessas perceberem uma nação já arregimentada antes mesmo da deflagração desse dilema, algo que seria revisitado por produções posteriores.⁷⁶

Como forma de superar esse quadro formado pelo retorno de d. João VI, entraria em ação a figura da autoridade, da liderança política. É nesse ponto que se pode compreender a importância que a figura de d. Pedro I toma nesse contexto. O princípio da autoridade sobre o social tornou-se um dos traços norteadores do pensamento conservador. Entretanto, como salienta Robert Nisbet, sendo toda a ideia de sociedade fundamentada na concepção de sua formação orgânica, permanecia então a autoridade atada um elo inseparável entre o indivíduo, o Estado, e, sobretudo, os grupos intermediários. É essa última instância que é a principal formadora da identidade do indivíduo, fazendo com que os principais teóricos do pensamento conservador e romântico tivessem tanto apreço pela Idade Média e por suas instituições intermediárias, tais como a Igreja e as corporações do período (NISBET, 1987, p. 65-7).

No caso das narrativas históricas aqui estudadas, esses elementos intermediários muitas vezes não estavam muito visíveis. À exceção de Pedro Calmon, que ao final de sua obra faz uma saudação ao papel da mulher na educação do filho, estimulando seu apego à terra pátria,⁷⁷ os demais sócios conferem pouca importância a essas esferas. O que se sobressai nesse caso é o culto ao líder político, da autoridade que lhe é conferida pelos seus próprios atos perante o “tribunal da história”.⁷⁸

Com a ênfase das leituras desse processo histórico sendo posta no passado nacional de profunda temporalidade, de uma evolução gradual do sentimento nacional, manifestando-se em uma longa cadeia de eventos, era tarefa difícil conciliar o desfecho desse movimento histórico com um gesto empenhado por um líder português. A partir disso, dois caminhos foram seguidos pelos sócios do Instituto. Um deles foi conceber a prioridade da emancipação política ao gênio de José Bonifácio, em detrimento do futuro imperador. Conforme visto no primeiro capítulo, a figura do principal ministro de d. Pedro no período da separação entre as duas partes do reino ganhou proeminência na construção da memória nacional ao início da

⁷⁶ Apenas para citar dois trabalhos que analisaram muito bem essa questão, convém lembrar os estudos de Maria Dias (1972), como também o de Jancsó e Pimenta (2000). Ambos os trabalhos tocam no ponto de como a escravidão tornou-se um catalisador dos distintos interesses regionais existentes na parte americana do Reino. Dessa forma, eliminava-se a pretensa interpretação do processo de independência como uma luta nacionalista entre brasileiros e portugueses.

⁷⁷ “À família brasileira cabe, inquestionavelmente, o mais relevante papel na história da Independência. Por isso, o primeiro ramo de louro é da mulher brasileira [...] [que] no sossego do lar, entre o símbolo santo da religião e uma relíquia avoenga da pátria, ensinara maridos e filhos a querer tanto sua terra como ela lhes queria, e trocaram a calma abençoada da eira pelo tumulto vermelho do campo de batalha, onde muitos encontraram sepultura e morte” (CALMON, 1923, p. 339).

⁷⁸ Expressão utilizada por Lúcia Maria Paschoal Guimarães para se referir à reabilitação de alguns sujeitos históricos, realizada pelo Instituto quando das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Cf. Guimarães (2007, p. 115).

república. A figura do erudito naturalista, do conservador político, do abolicionista, possibilitava uma miríade de construções políticas sob a sua imagem, agradando tanto a liberais, militares, e, principalmente, positivistas (COSTA, 2010, p. 120; CARVALHO, 1990, p. 42-8).

Essa preponderância de Bonifácio em relação a d. Pedro já foi salientada por outros autores (SANDES, 2000; GUIMARÃES, 2007). Tal interpretação fica visível, por exemplo, nas conferências realizadas por Agenor de Roure (1922) e Rodrigo Octavio (1922). No caso desse último, sua fala é ainda mais notável ao lembrarmos que, em uma de suas principais obras escritas ao final do século XIX, *Festas Nacionais*, ele interpreta a monarquia como um “lapso anacrônico na história do Brasil” (OCTAVIO, 1894, p. 126). Ao comentar sobre o papel de José Bonifácio na condução dos acontecimentos de 1822, alude Rodrigo Octavio que foi o gênio político do Andrada e seu “acentuado sentimento americano” que “conseguiu mudar as feições dos acontecimentos e transformar os revolucionários que visavam a república em americanistas que visavam à libertação do jugo português” (OCTAVIO, 1922, p. 274). Percebe-se, além do protagonismo conferido ao Ministro de d. Pedro, a assimilação da nacionalidade com o sentimento de pertencimento ao continente americano, outro tópico frequente do discurso republicano – embora muito problemático e discutido entre os intelectuais⁷⁹ – e que permanecia resistente nas comemorações.

Havia outro caminho frequentemente trilhado entre os sócios do IHGB, visando assimilar d. Pedro à causa nacional, embora se possa concordar com Noé Freire Sandes que muitas conferências deram similitude à importância de José Bonifácio e de d. Pedro I, pertencendo ao primeiro o papel do gênio e da racionalização política, enquanto ao jovem monarca coube à ação em desafiar seu pai e as cortes (SANDES, 2000, p. 178). Restava ainda conciliar a figura dúbia do jovem imperador ao movimento histórico de concretização da nacionalidade consumada pela ruptura com a metrópole. Essa hesitação perante a figura do primeiro imperador explicava-se não apenas por sua nacionalidade portuguesa, como também pelo episódio de sua abdicação, quando sua impopularidade junto às elites políticas nacionais havia tornado seu governo insustentável.⁸⁰

A solução encontrada pelos membros do IHGB para contornar esse dilema correspondeu a uma suposta naturalização de d. Pedro ainda como príncipe regente. Esse recurso não era novidade, pois já havia sido utilizado por Varnhagen, que evocou a viagem que o imperador teria feito até Minas, quando seu encontro com o interior do país o fez

⁷⁹ Cf. Bethell (2009).

⁸⁰ Esse processo é bem exposto por Souza (1999, p. 329-349).

abraçar de vez a nova nacionalidade.⁸¹ A obra do Visconde de Porto Seguro, no entanto, pela sua defesa intransigente do sistema monárquico, ainda representava uma geração cujo maior atributo era a consolidação do sistema imperial de governo (GUIMARÃES, 2007, p. 116-7). Em um novo contexto, de leituras fortemente marcadas pela nação que pretensamente se configurava uma profunda temporalidade, tal alternativa pareceria mais difícil. Alguns autores trataram apenas de fazer uma simples clivagem entre o d. Pedro I do grito do Ipiranga, e o imperador da Abdicação. Afonso Celso, presidente perpétuo da agremiação, assim se referia à figura do jovem monarca:

[...] se insurgiu contra as ordens iníquas e opressoras para com o Brasil, embora emanadas de autoridades constituídas da terra de origem desse jovem príncipe, o qual preferiu ficar em nossa terra a partir da sua terra de origem. E ficar no Brasil, defender-lhe a soberania, procurar engrandecê-lo, deve ser obrigação de todo estrangeiro, que aqui aporta. E a tal estrangeiro, o Brasil aclamará, dignificará, exaltará, assim como fez a d. Pedro I, mas repelirá o mesmo se ele porventura se divorciar do sentimento nacional, o que igualmente sucedeu com d. Pedro I [...] (CELSO, 1922, apud CASTRO, 1922 p. 7).

Esta forma de perceber a ação do imperador, como se o mesmo estivesse sujeito a uma nacionalidade que subitamente lhe abarcaria, sendo depois repelida pelo mesmo d. Pedro nos eventos concernentes a sua saída do país, também é utilizada por Alfredo Valadão: “A d. Pedro liberal, o zênite do Sete de Setembro; a d. Pedro absolutista, o ocaso do Sete de Abril” (VALADÃO, 1922, p. 169). Embora associando a imagem do imperante às doutrinas políticas do liberalismo, convém lembrar que a conferência de Valadão associava o liberalismo da província de Minas à causa nacional, sendo o território mineiro o centro irradiador desse sentimento. Portanto, pelas palavras do orador, não parecia haver algum equívoco em fazer convergir o sentido político do ideário liberal com a ideia de nacionalidade.

Outras narrativas, no entanto, elaboraram de uma maneira mais refinada essa conversão de d. Pedro. Para isso, os membros do IHGB se valeram das cartas que primeiro imperador enviou ao pai, d. João VI. Para Aurelino Leal, tais documentos “[...] valem por um tesouro de psicologia. Nelas, o príncipe falou pela alma do Brasil, definindo-lhe os propósitos, precisando-lhe as aspirações” (LEAL, 1922, p. 248). De fato, as missivas enviadas

⁸¹ “[...] É para nós, sem dúvida, que foi ao dilatar-se sua alma pelos vastos horizontes dos campos virgens dos sertões brasileiros, nessa província que ele ainda um ano depois, ao abrir o Parlamento, qualificava de rica e majestosa, e ao entusiasmar-se com as recepções que lhe fizeram as industriosas povoações dos ativos mineiros, que o príncipe deixou de todo de parte as anteriores hesitações, e esteve disposto a associar, muito de coração, a sua glória e futuro mais à causa do Brasil que à de Portugal, desde que não pudessem andar juntas”, Cf. Varnhagen (1962, p. 115).

ao seu progenitor mostram uma drástica mudança no discurso do jovem monarca, em um espaço de apenas um ano. Em outubro de 1821, o príncipe confessava a existência de boatos sobre o desejo de se querer fazer a independência com ele. No entanto, assegurava que “[...] nenhum conseguiu nem conseguirá, porque a minha honra [...] é maior que todo o Brasil” (PEDRO I, 1821, *apud* FREIRE, 1922, p. 182). Em 22 de setembro de 1822, porém, sua fala é totalmente diferente: “Triunfa e triunfará a independência brasileira ou a morte nos há de custar” (PEDRO I, 1822, *apud*, FREIRE, 1922, p. 189).

Nos trabalhos do Instituto aqui analisados, percebe-se não entrar em conta o jogo político da acomodação e conciliação de interesses, da intriga, do palco palaciano no qual diversos acontecimentos são fortemente dramatizados. Em vez disso, há permanentemente presente a ideia de um caráter nacional, de uma tradição sendo gestada ao longo de três séculos e que os deputados portugueses das Cortes Gerais pretendiam refrear. Por isso, a adesão de d. Pedro a causa da emancipação não poderia ser interpretada como uma ação estratégica entre o monarca e as elites, mas, sim, como uma completa assimilação do ainda príncipe regente ao sentimento de nacionalidade já gestado. Muitas dessas leituras valiam-se de uma data em especial, para assinalarem o momento de naturalização de d. Pedro. A viagem para Minas, tal como Varnhagen, foi utilizada também por Alfredo Valadão (1922) para marcar essa etapa decisiva. Para Pedro Calmon, a expulsão das tropas chefiadas pelo general Avilez consagra esse processo (CALMON, 1923, p. 187). Laudelino Freire, por sua vez, apontava a aceitação do título de Defensor Perpétuo por parte do monarca como o ponto de clivagem em seu sentimento com relação à independência (FREIRE, 1922, p. 186). No entanto, convém lembrar que por mais que quisesse o conferencista dar a entender que a conversão de d. Pedro à causa nacional fosse resultado das representações que lhe eram dirigidas pelas províncias, havia por parte dele o reconhecimento de que a ideia de emancipação, com o “Fico”, se tornaria um “movimento irreprimível”. Processo cujo início poderia ser apontado pela ação de mártires, tais como os inconfidentes e os pernambucanos de 1817 (FREIRE, 1922, p. 179-80).

Dentre as conferências do ano do Centenário, a interpretação feita por Max Fleiüss do papel de d. Pedro I é uma das poucas exceções. Para o autor, jamais o monarca teria sido dominado por qualquer movimento de ordem especulativa, ou grupo político, pois ele sempre soubera fazer valer sua vontade.

Tem-se injustamente procurado emprestar, em toda a história da nossa Independência política, um papel subalterno, menos de dirigente que de dirigido, ao Príncipe D. Pedro. Ninguém se lembrou, ainda, de negar-lhe o

espírito voluntarioso, destemido e cavalheiresco, a impetuosidade de gênio e a bravura natural. São estes precisamente os traços mais. São estes precisamente os traços mais fortes de seu caráter. De ânimo resoluto e impulsivo, D. Pedro não sabia contemporizar com as conveniências e preconceitos políticos do momento; a força de vontade era nele ingênita e indômita, e tão pronta como as suas resoluções mais graves e importantes. Ouvia, é certo, os conselhos de todos aqueles homens de Estado que mais se recomendavam à sua admiração, mas resolvia sempre por si próprio e sabia assumir a responsabilidade dos seus atos.

Ninguém se pode jactar-se de tê-lo dominado inteiramente, reduzindo-o a um mero joguete de seus manejos políticos. Até a última hora, ninguém conhecia ao certo a resolução do Príncipe e todos o receavam.

[...]

Dir-se-á, pois, de D. Pedro I que como homem e chefe da nação teve erros sim, e ninguém está deles isento. Mas esses erros do jovem monarca – a glória imortal de ser o autor da nossa independência política, consumada como um fenômeno espontâneo, sem solução de continuidade dinástica, pacificamente, sem quebra de soberania e da unidade do território nacional, há muito os eclipsou (FLEIÜSS, 1922, p. 376).

Independentemente dessas diferentes construções relativas ao papel de d. Pedro I no processo da emancipação política nacional, ou, mesmo o de José Bonifácio, todos eles parecem convergir em um ponto. A dimensão do poder da autoridade estando acima das condições nacionais. Seja pelo gênio político do Patriarca da Independência, seja pela conversão do príncipe regente em uma nova nacionalidade, antes mesmo de tornar-se imperador, parece haver duas instâncias distintas nesse processo. A primeira, referente a essa entidade nacional gestada em uma longa temporalidade: da fusão entre o homem e território; da preponderância do fator geográfico; da província de Minas Gerais como a irradiadora do sentimento liberal; do encontro das três raças expulsando os holandeses; do desejo de emancipação que tomara forma em Zumbi dos Palmares, Tiradentes e nos pernambucanos de 1817. Todos esses elementos são utilizados como fiadores dotados de clara objetividade para explicar a nítida evolução do sentimento nacional. Fundidos em uma acepção romântica da nação, expressavam também as produções o IHGB uma clara defesa da nacionalidade enquanto portadora de uma longínqua duração, construindo assim, laços de pertencimento que perpassavam as mais diferentes gerações da história pátria.

A presença de vocábulos próprios do cientificismo denotava essa relação mecanicista da história e da sociedade, tal como um organismo vivo, normatizadora de uma dinâmica social extremamente conservadora. Em outra via, necessitava-se consagrar o Sete de Setembro como o momento deflagrador da nacionalidade, da concretização de um “movimento histórico irreprimível”, nas próprias palavras de Laudelino Freire, conferencista da agremiação. A precipitação, ou melhor, a conturbação dessa gradual e lenta evolução viria

pelo retorno de d. João e os decretos das cortes solicitando com urgência o mesmo para d. Pedro. A convulsão da harmonia existente até então necessita da ação da figura do líder político. Percebe-se, então, como esse processo ocorre em dois vetores: o primeiro, representando uma dinâmica lenta, de manifestações pretensamente espontâneas e esporádicas, apenas confirmando o papel da tradição e das leis objetivas do desenvolvimento histórico. O segundo, por sua vez, relativo ao papel do Estado, de ação imediata, em que o alcance do gesto encetado pela liderança política tornava-se inversamente proporcional ao cenário estrito de sua cena.

[...] Desobedecendo às imposições das Cortes de Lisboa, e acedendo às aspirações populares do Senado da Câmara, proclamadas no discurso de José Clemente, as palavras do príncipe golpearam o primeiro rasgão no laço que nos prendia à metrópole e 240 dias depois, o “Fico” deixava de ser sugestão hipnótica, adormecendo a consciência das multidões exaltadas, e, pela garganta do próprio príncipe, [...] aquela palavra mágica de acalmia se transformou no rugido leonino do Ipiranga e a epilepsia formidável da liberdade soberana agitou, de norte a sul e de nascente a poente, todo o imenso organismo deste Brasil, que, cem anos depois dessa hora de ansiedade e de explosão, já preside calma e serenamente o Conselho Superior da Liga das Nações e entra, por unânime consenso das potências, na Constituição do mundo civilizado, para distribuir justiça entre os povos da terra! (ROCHA, 1922, p. 63-4).

A percepção dessa dupla dimensão, do social, enquanto um organismo de desenvolvimento lento, dentro de uma dinâmica conservadora, e do Estado, como uma entidade capaz de racionalizar sobre esse primeiro conjunto, foi uma alegoria frequentemente utilizada ao final do século XIX, e cuja permanência ainda era constante entre os intelectuais da década de 1920.⁸² No entanto, a rememoração desses episódios forneceu maior contundência a uma suposta tradição nacional gestada em movimento linear e progressivo. A emancipação, a fundação política da nação surgiria como evento confirmador dessa marcha histórica. Por isso, pode-se inferir que a naturalização de d. Pedro em defesa da nação ganha um tom mais providencialista do que necessariamente racional. Assemelha-se a ideia de sagração da história, aludida por Marilena Chauí:

O Brasil, achamento português, entra na história pela porta providencial, que tenderá a ser a versão da classe dominante, segundo a qual nossa história já está escrita, faltando apenas o agente que deverá concretizá-la ou completá-la no tempo. É essa visão que se encontra na abertura do Hino Nacional,

⁸² Cf. Lamounier (2006, p. 388-92) e Murari (2009, p. 65-8). Essa alegoria foi largamente utilizada por um dos principais ideólogos do governo pós 1930, Oliveira Vianna. Em uma de suas principais obras publicada na década de 1920, O idealismo da constituição, o autor faz um grande questionamento do modelo constitucional adotado pela Primeira República, pois essa não estaria em acordo com a realidade nacional. Ver, Vianna (1925).

quando um sujeito oculto - “ouviram” - é colocado como testemunha de “um brado retumbante”, proferido por “um povo heroico”, grito que, “no mesmo instante”, faz brilhar a liberdade no “céu da pátria”. Num só instante ou instantaneamente, surge um povo heroico, significativamente figurado pelo herdeiro da Coroa portuguesa, que por um ato soberano da vontade, cinde o tempo, funda a pátria e completa a história (CHAUÍ, 2000, p. 78-9).

A partir da ideia de tradição como uma forma constituidora de sentido sobre o passado, de uma suposta origem sempre presente e engendrando as relações na contemporaneidade (RÜSEN, 2012, p. 48), pode-se inferir que a comemoração do Centenário da Independência oportunizou esse momento para além da rememoração do grito do Ipiranga. Principiando pela defesa de um suposto caráter nacional, as leituras realizadas pelos membros do Instituto deram proeminência a elementos que apontassem para uma nação gestada muito antes de d. Pedro, sendo o ato do primeiro imperador apenas parte de um desenvolvimento histórico maior. A forma de conciliação dessa figura política ligada à antiga metrópole com um movimento orgânico e espontâneo necessitou recorrer a elementos de ordem especulativa, daí sua naturalização por parte dos conferencistas e de Pedro Calmon. Produzia-se, então, uma história que, mesmo dotada de elementos seculares do cientificismo, aprofundando a temporalidade da nação em sua formação, acabou por formular uma narrativa permeada de elementos românticos e, até mesmo, providencialistas.

Essa narrativa formulada pelos membros do IHGB, aqui identificadas como um tipo de narrativa tradicional, segundo o modelo de Jörn Rüsen, apresentava, por sua vez, alguns problemas que podem apontar em parte o seu esquecimento pela memória disciplinar, construída em torno do corpus historiográfico sobre o tema da Independência. O primeiro deles parece ser o desaparecimento de certa historicidade dos fatos rememorados pelos membros do Instituto. Embora se apontasse a grandiosidade dos principais fatos do ano de 1822, todos esses eventos eram postos em uma longa cadeia de causa e efeito, denotando uma constante presença do passado, de respeito a uma tradição nacional cuja emancipação política veio apenas a confirmar.

Esse aspecto, por sua vez, nos leva ao segundo problema, que consiste na instrumentalização da identidade formulada por uma narrativa desse tipo. Como aponta Rüsen, embora o tipo tradicional de constituição de sentido sobre a experiência do tempo seja necessário para a formulação de nossa identidade, de um sentimento de pertencimento ligado às diversas gerações que nos precedeu, seu abuso pode levar ao perigoso caminho do etnocentrismo (RÜSEN, 2012, p. 58). A presunção de uma nação formulada muito antes da Independência, a defesa de um caráter nacional, de uma rivalidade entre brasileiros e

portugueses, são fatores que levariam àquilo que Paul Ricoeur entende como a “rigidez inflexível de um caráter” na deriva do tempo, excluindo a possível plasticidade sobre a compreensão de si que pode ser formulada pelo ser humano (RICOEUR, 2007, p. 94).

É nesse ponto que a presente análise busca afastar-se da ideia de tradição inventada, conforme visto no início do presente capítulo. Nas narrativas aqui analisadas, não se tratava de desvelar uma suposta “verdadeira tradição nacional” em oposição àquela construída pelo IHGB. Em similitude com as narrativas analisadas no próximo capítulo, essas leituras coincidiram em saudar a monarquia como saída necessária para a independência. No entanto, o que parece ficar evidente nas conferências, bem como na obra de Pedro Calmon, é a perda desse caráter qualitativo do passado, de sua historicidade, ao ser essa experiência fundida em um movimento de longa temporalidade. É essa perda de sentido do passado que favorece sua apreensão de maneira mais oportuna para fins políticos; afinal, como afirma Reinhart Koselleck: “[...] Apresentarem-se como aliados de uma história com decurso próprio, que eles só desejam impulsionar serve de autojustificação e de amplificador ideológico destinado a arrastar os demais” (KOSELLECK, 2006, p. 241).

Como veremos na seção seguinte, houve outros trabalhos, que, mesmo louvando o gesto de d. Pedro I, souberam construir uma narrativa mais elaborada e fundamentada sobre a emancipação política brasileira. Com o apoio de farta análise documental, esse mesmo passado já parecia surgir como uma relação de alteridade, sinalizando o caráter qualitativo da experiência envolvendo os eventos de cem anos antes de 1922.

4. A HISTÓRIA/MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA: FRANCISCO DE ADOLFO VARNHAGEN E MANUEL DE OLIVEIRA LIMA

Nosso objetivo no presente capítulo será o de analisar alguns dos aspectos que possibilitariam que duas obras em especial se tornassem referências imprescindíveis na construção de uma historiografia que se ocupasse da Independência nacional. *A História da Independência*, de Francisco de Adolfo Varnhagen e *O movimento da Independência*, de Oliveira Lima privilegiaram os sucessos da emancipação sob um viés eminentemente político, característico do período em que os autores redigiram seus trabalhos. Embora sujeitos à crítica posterior, suas interpretações tornaram-se incontornáveis dentro da historiografia nacional. Pautadas pela conciliação entre o passado colonial e o movimento de emancipação política, o exercício de crítica documental possibilitou que esses historiadores se distanciassem das imagens mais estilizadas do passado, para, em seguida, ao constituírem terminadas suas narrativas, elas mesmas se tornassem novas memórias acerca de nossa fundação política.

4.1 VARNHAGEN: OBRA PÓSTUMA E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NARRATIVA NACIONAL

No dia 29 de junho de 1878, o império brasileiro perdia um dos maiores nomes da historiografia nacional. Francisco de Adolfo Varnhagen, conhecido também como visconde de Porto Seguro, falecera em Viena, aos 62 anos. Deixava ao país, o estudo até então mais completo sobre seu passado: a *História Geral do Brasil*, publicada em dois volumes, entre 1854 e 1857. Antes de sua morte, Varnhagen já havia acumulado opositores intelectuais e muitos críticos de sua obra. Em dezembro de 1878, um jovem intelectual, natural do Ceará, escrevia no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, um notável necrológio a respeito de Porto Seguro. Reconhecendo algumas contradições na obra do recém-falecido historiador, Capistrano de Abreu não deixava de observar a importância que o trabalho de Varnhagen legara para a história do Brasil.

Descoberto este continente, aqueles mesmos que tinham chamado a Colombo de visionário foram os primeiros a achar fácil a empresa e a gabar-se de poder executá-la. Depois que Varnhagen publicou sua História, e apresentou a massa ciclópica de materiais que acumulara, muitos se julgaram aptos a erguer um monumento mais considerável, e atiraram-lhe censuras e diatribes que profundamente nos pungiram (ABREU, [1878] 1936, p. 135).

Nesse mesmo texto, Capistrano lamentava que o trabalho de Porto Seguro sobre a Independência do Brasil, talvez jamais viesse a lume (ABREU, Op. Cit., p. 132). Tal prognóstico felizmente se mostrou equivocado, quando, no ano de 1912, o ministro das relações exteriores, Lauro Müller, entregou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os originais da *História da Independência do Brasil*, de Varnhagen. O texto estava até então em posse do barão de Rio Branco, antecessor daquele na pasta ministerial e presidente do Instituto até 1912, ano em que veio a falecer (VIANA, 1962, p. 9). Lançada em 1916, na revista do IGHB, a obra sobrepujaria o trabalho que era considerado até o momento a maior referência da história da emancipação política do Brasil: a de João Manuel Pereira da Silva, *História da fundação do império brasileiro*, publicada entre os anos de 1864 e 1865, em sete volumes.

Para Lucia Maria Paschoal Guimarães (2007), a publicação do manuscrito de Porto Seguro apareceria como uma espécie de redenção do autor, promovida pelo IHGB. Varnhagen escreveria uma obra sobre a emancipação política do Brasil, não somente com o desejo de encerrar sua pesquisa sobre a história nacional publicada na sua *História Geral*, como também para desbancar o trabalho de Pereira da Silva. O grande trunfo daquele seria sua extensa base documental. Mais completa que a de seu desafeto, contava também com recortes de periódicos e as correspondências dos diplomatas contemporâneos da época da independência. Por fim, Porto Seguro valer-se-ia também do relato oral de três fundadores da corporação: Januário da Cunha Barbosa, o visconde de São Leopoldo e o comendador Ataíde Moncorvo. Com base nessas novas fontes, Varnhagen obteria o reconhecimento de uma geração posterior pela sua narrativa sobre a independência nacional (GUIMARÃES, 2007, p. 122-4).

Varnhagen, já ao final da segunda edição de sua *História Geral*, em 1877, anunciava para breve a publicação de sua obra sobre a emancipação política nacional. Recomendava esse novo trabalho pela “[...] pureza das fontes e abundâncias de documentos que se tiveram presente, além dos publicados por Cairú, e aproveitados por Pereira da Silva” (VARNHAGEN, 1877, p. 1199). De fato, ao lermos a obra de Porto Seguro, percebemos sua cruzada contra seu contemporâneo e autor da *História da fundação do império*. Não são poucas as notas de rodapé na qual Varnhagen se compraz ao corrigir cada informação dada erroneamente por Pereira da Silva. Desde o nome da fragata *União*, que participou no cerco às tropas de Jorge Avilez, cujo nome posteriormente foi *Piranga* e não *Paraguaçu*, conforme havia anotado Pereira da Silva, ou o local onde d. João VI teria dito a famosa frase para seu filho e futuro imperador afirmando que, caso o Brasil se separasse de Portugal, antes fosse

para ele, d. Pedro, do que para algum outro aventureiro. Enquanto o desafeto de Varnhagen afirmava ter esse diálogo ocorrido a bordo da nau d. João VI, que levaria o monarca de volta para Portugal, Porto Seguro lhe corrige afirmando que a fala de d. João ocorrera no quarto do próprio príncipe regente, d. Pedro⁸³.

Mesmo que muitas dessas informações trazidas por Varnhagen parecessem talvez supérfluas, mesmo para os seus contemporâneos, sua *História da Independência*, publicada postumamente, conquistou um importante lugar na historiografia ocupada desses sucessos. Lançada pela iniciativa do IHGB em 1916, como preparação para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, esse trabalho suplantara a obra de Pereira da Silva. Nas conferências do *ano do Centenário* promovidas pela agremiação, e analisadas no capítulo precedente, praticamente todos os oradores recorrem à narrativa desses eventos composta por Porto Seguro.⁸⁴

Outra importante obra acerca do assunto e reconhecida pela historiografia nacional, publicada também durante as efemérides do centenário, *O movimento da Independência*, de Oliveira Lima, igualmente recorria e dialogava com o trabalho de Varnhagen. Excetuando a *História da Independência*, as outras produções anteriores a essa que mereceram menções do intelectual pernambucano foram as de José da Silva Lisboa, *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, publicada entre 1827 e 1830, bem como a de Alexandre José de Melo Morais, *História do Brasil reino e do Brasil império*, lançada entre os anos de 1871 e 1873. No entanto, essas duas obras são mais lembradas pelas fontes que trazem, do que pela interpretação dessas.⁸⁵ A *História da fundação do império*, de Pereira da Silva, é citada apenas uma vez na obra de Oliveira Lima.

A obra de Francisco de Adolfo Varnhagen, portanto, alcançaria um elevado patamar logo depois de ser lançada. Desbancava o trabalho de João Manuel Pereira da Silva como

⁸³ Cf Varnhagen [1917] (1962), cada informação encontra-se, respectivamente, nas notas de rodapé de número 89, na página 103 e, 98, página 57. A edição da obra que será aqui utilizada é a de número 5, de 1962, revista e anotada por Hélio Viana, além das já presentes anotações do barão de Rio Branco e da comissão do IHGB, presentes na edição original.

⁸⁴ Lúcia M. P. Guimarães, recorrendo a uma coluna de Max Fleiüss, secretário perpétuo do Instituto, escrita para o *Jornal do Comércio*, aponta que as conferências foram um meio de complementar a obra de Varnhagen. Cf. Guimarães (2007, p. 135). A autora, no entanto, não dá a indicação exata a respeito da mencionada coluna de Fleiüss.

⁸⁵ A referência a José da Silva Lisboa feita pelos autores, tanto por Oliveira Lima como por Varnhagen, se explica até pela condição de testemunha e contemporâneo dos eventos ocorridos no período da emancipação política nacional, assim como o pioneirismo de seu trabalho na organização de documentos relativos a esses eventos. Com relação à obra de Melo Morais, “compilador atabalhado de documentos de primeira ordem”, segundo Oliveira Lima (1922, p. 157), certo esquecimento de sua produção se explica pelo próprio gênero de sua produção, tendo sido, por isso, o autor acusado até de plágio dentro do IHGB no século XIX, Cf. Santos (2013).

principal referência acerca da independência nacional⁸⁶, como também permitia novas considerações sobre a emancipação do Brasil, tornando-se peça importante na consolidação de uma memória política em torno da solução imperial. Conforme apontamos no primeiro capítulo, a dura experiência dos primeiros anos da república e a aproximação dos cem anos da Independência permitiu certo recuo do imaginário republicano e, em contrapartida, uma revalorização da experiência monárquica. Segundo Wilma Peres Costa, Porto Seguro nos ofereceu a primeira versão do que seria o “léxico da continuidade”,⁸⁷ ao elaborar sua obra sobre a independência nacional (COSTA, 2005, p. 57). Devendo a obra de Varnhagen ser entendida como um complemento de sua *História Geral*, na qual se percebe o enaltecimento da figura do colonizador português, configurando uma alegoria da vitória da civilização sobre a barbárie, a emancipação feita sob a égide da monarquia acabaria por ter um significado altamente positivo. Assim, nas palavras da própria autora, “[...] o significado de construção da nação se identifica com a própria ideia de colonização [...]” (COSTA, Op. Cit., p. 59). Portanto, a interpretação de Varnhagen preconizava o legado ibérico como um dos principais componentes de nossa identidade, sendo a ação da metrópole colonizadora entendida diretamente como conformadora da nacionalidade brasileira.

A obra de Varnhagen, lançada pelo Instituto Histórico, veio a facilitar uma releitura da emancipação nacional favorável à solução monárquica, em um ambiente no qual as expectativas geradas pelo advento da república foram deveras frustrantes. Essa nova consagração do nome de Francisco de Adolfo Varnhagen, por meio de sua obra póstuma, não deve, todavia, ser vista apenas como facilitada pelo contexto das efemérides que em breve tomariam o país. Além do empenho do IHGB em aureolar Porto Seguro por meio de sua *História da Independência*, bem como das anotações do barão de Rio Branco, um dos maiores nomes da Primeira República, angariando ainda mais prestígio à obra, seu trabalho tornou-se notório também por méritos próprios ao autor. As fontes descobertas por Varnhagen, em especial as correspondências trocadas pela diplomacia austríaca, bem como dos periódicos

⁸⁶ Como já aludimos anteriormente, essa afirmação é feita por Guimarães (2007, p. 123-4). Caso olharmos para as análises que se ocuparam da historiografia da Independência nacional, tais como os trabalhos de Malerba (2002), Costa (2005) e Pimenta (2008), de fato, todas iniciam apontando para a obra de Porto Seguro como uma espécie de interpretação “matricial” da emancipação política brasileira. Ao longo desse capítulo apontaremos alguns elementos que podem ter contribuído para que o trabalho de Varnhagen alcançasse esse pleito. No entanto, ressaltamos que uma comparação mais detalhada entre as narrativas de Pereira da Silva e Porto Seguro no tocante à independência ainda há de ser feita, algo que os limites da presente dissertação não permitem que se realize de maneira mais aprofundada.

⁸⁷ Neste notável trabalho de Wilma Peres Costa, um dos mais completos acerca da historiografia da Independência, a autora analisa algumas das principais interpretações que se ocuparam sobre esse processo histórico tendo por fio condutor o “amalgama peculiar entre continuidades e descontinuidades, [...] componente incontornável do debate sobre a Independência na historiografia brasileira”. Cf. Costa (2005, p. 56).

impressos no período da emancipação, possibilitaram novas leituras do processo de independência do Brasil. A narrativa composta por Varnhagen, portanto, auxiliou o advento, na década posterior, da obra de Manuel de Oliveira Lima, *O movimento da Independência*, já aqui mencionada. Mais do que isso, com Porto Seguro e seu prestígio se configurou uma matriz interpretativa da emancipação política nacional.

4.2 A EMANCIPAÇÃO EM PROCESSO SOB A ÉGIDE DO ESTADO

Ainda em sua análise da obra de Varnhagen, Lucia Maria Paschoal Guimarães identifica outro elemento que tornaria o trabalho daquele historiador um estudo matricial de nossa emancipação política. Trata-se da noção de *processo*, inaugurada por Porto Seguro no tocante à independência do Brasil. Para Guimarães, o elemento que o historiador oitocentista se valeu para tal interpretação está no espaço que é concedido a outros grupos políticos no decorrer dos eventos que levaram à emancipação. Desse modo, ao enfatizar “[...] a atuação crescente das elites políticas locais, [Varnhagen] tirou-as do papel de simples coadjuvantes de d. Pedro, em particular, o grupo ligado a Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Januário da Cunha Barbosa” (GUIMARÃES, 2007 p. 124). A autora utiliza, em especial, a seguinte citação de Varnhagen para corroborar seu argumento: “[...] **fora levado, providencialmente, de concessão em concessão**, na certeza de que com isso iria evitar maiores males” (VARNHAGEN, 1917 apud GUIMARÃES, 2007, p. 124).⁸⁸ O referido trecho parece ilustrar a ideia de que, ao invés de a fundação política nacional ter sido realizada por meio de um ato isolado do imperador, a mesma foi obtida de modo gradual, sendo que as adesões das distintas lideranças políticas e sociais necessitaram ser conformadas pelo gênio político de d. Pedro. Ou seja, por mais que ainda pudesse haver espaço para a consagração do herói político, sua ação deveria se pautar pela necessidade de se adequar e obter o apoio das demais camadas sociais.

Uma forma de compreendermos, de maneira mais aprofundada, os elementos epistemológicos que compõem a obra de Porto Seguro acerca de nossa emancipação, pode ser operada atentando-nos nessa ideia de uma independência *em processo*. A narrativa de Varnhagen, de fato, traz ao centro dos acontecimentos diversos grupos políticos que fogem de uma memória geralmente centrada entre d. Pedro e José Bonifácio. Ao comentar o contexto político em que a capital do futuro império se encontrava no começo de 1821, Porto Seguro

⁸⁸ Os grifos pertencem à Guimarães. Na obra de Varnhagen aqui utilizada, o referido trecho encontra-se na página 259.

expõe o estado de efervescência das preferências partidárias que grassavam naquele momento.

Os que no Brasil se ocupavam de política se viram então mui desconformes em opiniões. Em uns predominavam os sentimentos em favor da monarquia pura, em outros da constitucional, não faltando já alguns que se inclinavam à democracia e republicanismo. E cada uma destas três comunhões fracionava-se, ainda, inclinando-se uns à união com Portugal e outros à independência. É necessário ter-se em conta o jogo desencontrado destes três elementos, para explicar para o diante muitos fatos e o como muitas vezes se apoiavam de um modo e outras de outro. Quando o príncipe parecia de acordo com as Cortes, apoiavam-no os próprios democratas unionistas, e se lhe opunham alguns monarquistas independentes. E vice-versa, a harmonia de sentimentos em favor da Independência veio depois a fazer militar muitos ultrademocratas ao lado de ultramonarquistas [...] (VARNHAGEN, 1962, p. 77).

A descrição feita pelo historiador põe em cena os diversos conflitos de interesses que gravitavam em torno do futuro imperador. Esses mesmos interesses variavam conforme o surgimento de novos fatos, fossem eles decisões tomadas por d. Pedro, ou, oriundas de algum decreto vindo das Cortes estabelecidas em Lisboa. Varnhagen se vale desses condicionantes gerados pela ação humana, de modo a construir uma narrativa centrada nos fatos políticos que envolvessem a independência nacional. Ao primar pelos documentos escritos e oficiais como o meio mais viável para a checagem da veracidade histórica, Porto Seguro também adotava essa nítida preferência por uma história voltada para o lado político⁸⁹ da emancipação do Brasil de Portugal. Na verdade, como aponta Wehling (1999), seria mais correto até dizer que se tratava de um processo em que visão política e método histórico condicionavam mutuamente a escrita da história de Porto Seguro.

Ao fazermos a rápida relação entre concepção de história e crítica documental em Porto Seguro, torna-se relevante escrutinarmos a forma como essa percepção se materializa na obra de Varnhagen. Este, assim como quase todos os intelectuais ocupados com a construção

⁸⁹ Conforme assinalava Fernand Braudel (1986, p. 11), embora nem toda a história política seja fundada no acontecimento – nesse fenômeno ligado ao tempo cronológico e de curta duração – durante o século XIX foi essa relação predominante na historiografia. Sabemos que Braudel se referia, sobretudo, à Escola Metódica, que surgiria depois de Varnhagen, em outro ambiente. No entanto, busca-se aqui apenas uma sintonia que parece haver entre esses historiadores no que diz respeito à elevação do documento escrito e de caráter oficial como meio imprescindível para se chegar a uma verdade histórica, com relação ao fenômeno do acontecimento e a história política. Sobre a relação de Varnhagen com a historiografia do século XIX existente na Europa, podemos também acompanhar Temístocles Cezar: “Sem pretender situá-lo em uma difícil e duvidosa história das influências podemos, ao menos, afirmar que Varnhagen compartilha uma série de noções gerais e difusas da moderna historiografia oitocentista que surge um pouco por todos os lugares à revelia da identificação com uma corrente teórica determinada: ou seja, aquela do estabelecimento da verdade histórica por meio do trabalho nos arquivos, da busca de documentos originais, da objetividade narrativa e da imparcialidade do historiador”. Cf Cezar (2007, p. 161).

de uma história e memória nacional ao longo do século XIX, fez sua peregrinação junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Espaço destinado a sistematizar e dar certa materialização a uma narrativa histórica nacional, a presente agremiação se encontrava entre o projeto de construir uma história nacional, de acordo com um ideal iluminista de progresso e civilização, que, no entanto, deveria ser igualmente capaz de fundamentar um projeto particular de nação (GUIMARÃES, 1988, p. 6-7).

Havia, portanto, essa difícil conciliação entre um ideal iluminista de progresso, dotado de certa universalidade, com a valorização do particular, muito caro ao ideário romântico do século XIX. Entre os membros fundadores do IHGB, segundo Arno Wehling, embora tenham se mesclado essas diferentes percepções, a adoção dos princípios mais caros ao racionalismo do século XVIII, preponderou à defesa de uma visão teleológica da história baseada no conceito de progresso. Contrários a uma versão mecanicista e naturalista da história, os primeiros nomes da instituição sentiram-se mais propensos a “[...] teleologia das relações sociais típicas do século XIX” (WEHLING, 1999, p. 40). Assim, a reflexão da história enquanto um movimento dotado de certa racionalidade que guiaria os homens e suas instituições no tempo, não escapou de ser percebida e defendida por intelectuais que se situava entre a dissolução do Antigo Regime e o aparecimento das instituições modernas, tal como ocorrera com os fundadores do IHGB (WEHLING, Op. Cit., p. 40-2).

A identificação de Varnhagen com essa concepção epistemológica se torna, porém, limitadora. Este historiador não apenas compunha aquilo que Lucia M. P. Guimarães classifica como uma segunda geração⁹⁰ dentro do Instituto, como também suas opções teóricas e metodológicas expõem alguns limites do quadro descrito acima. Seguimos assim, com Arno Wehling, que percebe em Varnhagen o primado da investigação empírica sobre a busca das generalizações filosóficas. Não se negava a existência de um movimento dentro da história, mas este deveria ser submetido à lógica existente nas relações sociais, irreduzíveis às especulações ancoradas em sistemas naturalistas e mecanicistas. Visando evitar a consequente atomização de toda ação humana última, Porto Seguro a integrava dentro do complexo cultural no qual seus sujeitos históricos viveram, sendo esses limitados pelas suas próprias intenções.⁹¹

⁹⁰ A autora recorre à definição de Pierre Nora sobre o conceito de geração: “[...] uma reunião de classes de idade, homens e mulheres, cujas ideias, sentimentos, modos de vida são semelhantes, e que se apresentam nas mesmas condições físicas, intelectuais e morais em relação aos fatos e acontecimentos maiores que afetam a sociedade em que se inserem” Cf. Nora apud Guimarães (2007, p. 115).

⁹¹ Cf. Wehling (1999, p. 127-30). Assim, o autor classifica a epistemologia de Porto Seguro dentro de um historicismo de vertente rankeana da história, no qual a ação humana, reconstituída pela crítica documental é levada em primazia. Essa concepção se afasta de certo historicismo iluminista, mais próximo das filosofias da

A emancipação política do Brasil, na obra de Porto Seguro, poderia ser entendida então como um processo, no dizer de Lucia M. P. Guimarães, pelo espaço cedido a outros sujeitos históricos que também desempenharam uma grande função junto aos eventos que culminaram na independência. Essa abrangência que Varnhagen propiciava no campo da experiência histórica, fazia com que o mérito do imperador, na sua interpretação, tivesse sido o de coordenar todos esses interesses. Não sendo a história, feita somente a partir de atos individuais atomizados, a primeira liderança política do Brasil teria coordenado, de maneira gradual, diversas aspirações. Não é por acaso, portanto, que a ênfase da comentadora se dê na seguinte passagem de Porto Seguro, quando esse exalta o mérito do primeiro imperador que soube guiar os anseios de todos os grupos políticos, “[...] de concessão em concessão, na certeza de que com isso contribuía a evitar maiores males” (VARNHAGEN, 1962, p. 259). D. Pedro soubera, no entender de Porto Seguro, conciliar com maestria os variados interesses e objetivos existentes próximos a ele. No entanto, fica uma questão ainda em aberto: qual seria esse campo de ação, ou melhor, esse complexo cultural que limitava os interesses existentes no prelúdio de nossa emancipação política?

Nas primeiras páginas desse capítulo, referenciando o trabalho de Wilma Peres Costa, mostramos como a ideia de colonização fundia-se com o conceito de nação na obra de Porto Seguro (COSTA, 2005, p. 59). Reparou-se também sua preferência pelo campo da ação humana, sobretudo aquela tomada no âmbito do Estado, própria de quem estava inserido em um grupo intelectual interessado em assegurar um governo forte e centralizado, conforme mostra Arno Wehling (1999, p. 87-9).

Esses postulados se evidenciam na *História da Independência* de Varnhagen. Logo nas primeiras páginas, o autor aponta dois fatores que contribuiriam para fomentar a união do Brasil. O primeiro, a vinda da Corte, em 1808, sendo outro passo decisivo para a consolidação da unidade nacional, a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, e, 1815. Esse movimento seria completado pela permanência do príncipe regente, d. Pedro I, quando da partida da família real de volta para Portugal, em 1821 (VARNHAGEN, 1962, p. 17-8; 47).

Devemos notar que nem havia a presença do termo independência nas palavras de Porto Seguro, sendo essa preterida pelo termo união. O fato que estabelece uma nova

história, do qual se identificavam os membros fundadores do IHGB. Há ainda outra questão a ser ressaltada, nesse tópico. Um leitor conhecedor da obra de Varnhagen dará falta de não mencionarmos a ideia da Providência divina como um elemento de importância considerável na obra de Porto Seguro. Arno Wehling já havia notado esse ponto que é frequente, principalmente na *História Geral* do historiador oitocentista. Cf. Wehling (1999, p. 80). No entanto, é de se notar que em seu trabalho acerca da emancipação política do Brasil esse aspecto praticamente é pouco mencionado pelo autor.

clivagem para o centro do Estado, e que inicia a trama da independência na narrativa de Porto Seguro, centra-se no movimento constitucional que levou à Revolução do Porto, em 1820.

Esta revolução triunfante marcava uma nova era para o Brasil; se não adere a ela, fica separado em Estado independente; se adere e consegue proclamar também as novas instituições, era mais seguro que não se havia dar ao trabalho de se libertar do jugo do antigo sistema de governo, para voltar ao jugo mais humilhante do estado colonial, de que, aliás, já se libertara com a vinda da Corte (VARNHAGEN, 1962, p. 23).

É esse evento escolhido por Porto Seguro para iniciar sua narrativa, da qual passa a relatar os diversos interesses que se sucedem a esse novo fato. Até a decisão do embarque de d. João VI, deixando seu filho na condição príncipe regente, há a ocorrência de vários projetos concernentes à postura da corte do Reino Unido que Varnhagen busca descrever ao longo de seu primeiro capítulo. As propostas variam: regresso de toda a familiar real; a permanência do monarca no Brasil, devendo ir seu filho primogênito para Portugal, na condição de príncipe regente; ou, simplesmente, a protelação de qualquer medida mais incisiva, na espera que uma contrarrevolução abafasse o movimento constitucional. Sabe-se que o rei tomaria essa última medida, seguindo os conselhos de Tomás Antônio,⁹² seu ministro de maior confiança. As notícias da adesão da Bahia ao movimento constitucional, no entanto, acabariam por excluir contemporizações. Varnhagen então, se utiliza do exercício de pensar a probabilidade das ações não tomadas: “Se as resoluções tomadas se houvessem promulgado logo à chegada das primeiras notícias do movimento em Portugal, [...] é mais provável que a independência do Brasil teria desde então feito pacificamente [...]” (VARNHAGEN, 1962, p. 39).

A conjunção condicional “se”, empregada no começo da frase, demonstra como na obra de Porto Seguro é cedido um espaço relativamente amplo ao campo da ação humana dentro do processo histórico. Comparada com as narrativas analisadas no capítulo anterior, nas quais havia forte determinismo teleológico inspirado pelo vocábulo cientificista, percebe-se como o acontecimento histórico, elevado a uma condição proeminente na composição do enredo, altera o significado da história da emancipação na obra daquele historiador.⁹³

⁹² Tomás Antônio de Vila Nova Portugal (1755-1839) foi um dos principais ministros de d. João VI enquanto este ficou no Brasil. A historiografia em geral, não sem razão, o define como adepto do absolutismo. Em Varnhagen, percebe-se uma tentativa do historiador em recuperar positivamente sua memória, Cf. Varnhagen (1962, p. 18-9).

⁹³ É nesse ponto que demonstramos alguma reserva em relação à análise de Lucia M. P. Guimarães, acerca das conferências do ano do Centenário, promovidas pelo IHGB. A comentadora em questão não percebe uma mudança significativa entre a obra de Porto Seguro e as leituras desses mesmos eventos, realizados durante ano de 1922, pelos sócios da agremiação: “Do ponto de vista dos autores, em geral, notamos o empenho na pesquisa documental, bem como a preocupação de aprofundar as proposições enunciadas por Varnhagen”. Cf. Guimarães

Não nos ocuparemos aqui de listar todos os principais eventos narrados na obra de Varnhagen. O que buscamos apresentar é apenas certo aprofundamento de como se daria essa construção epistemológica de processo na obra de Porto Seguro acerca da independência nacional. A elevação de determinados eventos como vetores de uma nova condição de possibilidades acerca do Estado nacional e da manutenção da união nacional, se mostra, portanto, a forma pela qual o historiador conseguiria conciliar a ideia de movimento histórico com a ação humana, mais bem elaborada. Novos fatos trazidos pelo autor, continuamente reorientavam a ação dos agentes históricos em sua obra; desde o período de 1820, da deflagração do movimento constitucional em Portugal, até 1825, reconhecimento formal da independência do Brasil.

Nessa proeminência dada pelas experiências sentidas pelos contemporâneos desse relativo diminuto recorte temporal, a ação humana ganha um espaço privilegiado e a esfera política do Estado é a principal catalisadora dos diferentes interesses. Assim, quando é decretada a volta da Família Real para Portugal e a permanência de d. Pedro, temos aqueles três partidos que, por vezes, chegavam a ser cinco conforme a opinião de Varnhagen, descrita em citação anterior⁹⁴. O evento que traria nova reorientação nessa divisão de interesses seria a chegada dos projetos, propostos pelas Cortes, relativos à extinção dos tribunais criados por d. João VI, bem como o regresso do príncipe para Lisboa. É a partir desse momento que os interesses de democratas, monarquistas constitucionais, absolutistas, todos começam a convergir em favor da emancipação.

Todas as moderadas tendências da parte dos brasileiros pensadores mudaram de repente, com a chegada especialmente do decreto para a retirada do príncipe, acompanhado logo do projeto proposto acerca da supressão dos tribunais. De um dia para o outro, viu-se extraordinariamente alentada a pequena minoria dos clubes que ousara acenar tão cedo com a Independência; e o que se viu de mais extraordinário foi o apresentarem-se alistados, abertamente a declamarem contra as providências das cortes, centenas de famílias inteiras, e, com mais audácia e valor que os brasileiros, os próprios portugueses, empregados públicos ou estabelecidos no Brasil, uns porque viam desde logo a perspectiva de ficar a meio soldo, outros, proprietários e comerciantes, não viam na retirada do príncipe senão a

(2007, p. 135). No entanto, parece que boa parte dos fatos levantados pela pesquisa documental de Porto Seguro é colocada dentro de uma perspectiva ancorada em uma lógica determinista, na qual as revoltas de cunho regional são valorizadas, formando uma cadeia de eventos inseparáveis que demonstram a força de certa tradição e de um caráter supostamente nacional. Uma das poucas conferências que escapa a essa regra é a de Olimpio Viveiros de Castro sobre o “Fico”, na qual até podemos identificar uma boa concordância com o que aponta a autora, ou seja, da associação entre as elites locais e o futuro imperador. Mesmo as conferências de Max Fleiüss, que escapam também dessa lógica determinista, enfatizam-se o papel preponderante de d. Pedro I perante os demais agentes históricos, conforme demonstrado, principalmente, em sua conferência sobre a aclamação. Ver Castro (1922) e Fleiüss (1922).

⁹⁴ Ver citação em recuo, f. 85.

dissolução, anarquia e saqueio geral, seguindo o exemplo do que tinham sofrido os espanhóis por ocasião de se proclamarem em república os Estados limítrofes (VARNHAGEN, 1962, p. 89).

A descrição dada por Varnhagen demonstra seu primado pela ideia do Estado como normatizador social. Não faz a oposição entre portugueses e brasileiros, sendo que aqueles buscam no refúgio junto à figura de d. Pedro, a própria segurança de sua existência no Brasil. No centro do Estado reside a salvaguarda dos cidadãos, sendo esse movimento de adesão a ele o aspecto fortemente assinalado pelo historiador. São as experiências que colocam em risco a integridade do reino americano e da união nacional que orientam o campo de ação dos agentes históricos. As medidas vindas de Lisboa, de certa forma, desvelam o equívoco em que caíam os partidários mais extremados do liberalismo quando de suas adesões ao sistema constitucional. Assim, a *História da Independência* de Varnhagen, não é uma exaltação do caráter brasileiro, de uma suposta nacionalidade que se opõe à atitude das Cortes. A união, a formação da nacionalidade, é na maior parte das vezes⁹⁵, ditada pela ação do poder, quando não do centro da regência de d. Pedro, pelas próprias cortes estabelecidas em Portugal.

Felizmente para o Brasil, a própria oposição violenta feita aos seus deputados em Lisboa, que tanto contribuíra a uni-los, havia muito contribuído à fraternidade entre as diferentes províncias, e veio a favorecer muito a fazer-se a Independência, ficando o Brasil um só Estado (VARNHAGEN, 1962, p. 128).

É a partir dos projetos concernentes à retirada de d. Pedro do Brasil que aumenta o número de adesões à causa da independência, sobretudo, à emancipação assegurada pela presença do príncipe, futuro chefe do nascente império. Mais do que isso, se há um momento no qual essas manifestações parecem apresentar um tom mais espontâneo, de todos os interesses convergindo na manutenção e integridade da regência, levando à independência, é a ocasião em que ocorre a ameaça da perda de d. Pedro e da submissão de cada província diretamente a Lisboa. Os eventos daí decorrentes na narração de Varnhagen são frutos de uma convergência de ideias em torno da emancipação: o “Fico”, a entrada de José Bonifácio no ministério, a convocação de uma assembleia constituinte... Culminando, por fim, no grito do Ipiranga. Se novos interesses e divergências ocorreram, essas eram fruto de questões relativas

⁹⁵ Na maior parte das vezes, pois, como afirma Arno Wehling, embora Varnhagen defendesse a ideia de que o Estado fosse o principal construtor da nacionalidade, daí sua antipatia pelo provincialismo, o historiador percebia a consolidação do sentimento nacional como uma combinação de ações públicas e privadas. A educação, por exemplo, era vista por Porto Seguro como responsabilidade do Estado perante a elite branca, sendo que essa deveria repassar esse conhecimento educacional para as camadas populares, derivando daí certa organicidade presente nesse processo. Cf. Wehling (1999, p. 110-20).

à organização do Estado e, principalmente, ao “espírito de vingança” e ao sentimento de “despeito” de José Bonifácio e de seus irmãos, que cimentariam as dissensões no império recém-fundado (VARNHAGEN, 1962, p. 144-5).

Assim, a ideia de uma independência em processo, construída pela pena de Varnhagen, parte da valorização das experiências que reorganizariam os interesses relativos à integridade do Estado. Por isso, a emancipação ter atraído a adesão de variados interesses partidários quando da desintegração da regência e, sobretudo, uma nova submissão a Lisboa parecia ser iminente. Resta-nos, agora, abordar outro autor cuja dinâmica processual foi mais acentuada do que em Varnhagen.

4.3. OLIVEIRA LIMA: A AUTORIDADE MONÁRQUICA ENTRE A REVOLUÇÃO E A REAÇÃO

Manuel de Oliveira Lima nasceu em Recife, no ano de 1867. Filho de um comerciante português que fizera fortuna no Brasil e de mãe vinda de uma família de senhores de engenho empobrecidos da região, acompanhou uma efervescente vida política e intelectual na Primeira República. Diplomata, assim como Varnhagen, desempenhou seu trabalho em países como Alemanha, Japão e Estados Unidos. Formou-se no Curso Superior de Letras de Lisboa entre os anos de 1884 e 1888. Ali, teve contato com grandes nomes da intelectualidade portuguesa do período, como Oliveira Martins, Teófilo Braga, Francisco Adolfo Coelho, entre outros (MALATIAN, 2001, p 53-4).

Outro ponto que necessita ser destacado é a sua adesão à monarquia, como aponta também Teresa Malatian. Sua simpatia pelo monarquismo teria começado por entre 1903 e 1904, momento em que o autor teve contato com a propaganda monarquista no Rio de Janeiro. Somado ao período em que passara na Venezuela como plenipotenciário do Brasil junto ao governo daquela república, Lima tomaria contato com a instabilidade política da América Hispânica, convertendo-se de vez à causa. A probabilidade de uma restauração, entretanto, lhe parecia distante: dado certo alheamento da família imperial, exilada na Europa, com o próprio movimento monarquista. Sua convicção monárquica, então, expressou-se pela tentativa de preservar uma memória positiva desse período, visível nas obras que produziu (MALATIAN, 2001, p. 199-202).

A obra aqui analisada, *O movimento da Independência*, publicada em 1922, não conseguiu alcançar o mesmo sucesso que seu *d. João VI no Brasil*, lançado também em meio às efemérides, dessa vez, dos cem anos da vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Essa

última inovou por lançar análises de cunho psicológico de algumas lideranças políticas, sobretudo, de d. João VI, pela síntese que proporcionou entre uma história política, diplomática, social, e, até mesmo, cultural (MALATIAN, 2001, p. 209-17; MALERBA, 2002, p. 21-2). Seu trabalho acerca do monarca português e sua vinda para o Brasil, também se destacara pelo papel que realizou na reabilitação da figura daquele, vilipendiado por uma historiografia ligada à república, bem como por defender a tese de que somente com a vinda da Corte para o Brasil foi possibilitada a emergência de condições sociais e políticas para a emancipação nacional.⁹⁶

Mesmo que sua obra não tenha alcançado o mesmo sucesso posterior que *d. João VI no Brasil*, ela não deixou de ter grande recepção no período. Indo ao encontro da obra de Varnhagen, naquele momento já conhecida, o historiador pernambucano também primou por uma narrativa na qual enfatizava os sucessos políticos do período da emancipação. Centrado na crítica documental por excelência, boa parte de suas fontes, assim como as de Varnhagen, são as missivas trocadas pelos embaixadores estabelecidos no Brasil, para com seus respectivos chefes, além das cartas trocadas entre d. Pedro e seu pai, as sessões das cortes de Lisboa e os pronunciamentos oficiais de d. Pedro.

Em um primeiro momento, percebemos então, como em Oliveira Lima ainda há uma forte ressonância do paradigma epistemológico oitocentista expressado na obra de Varnhagen, de uma história cunho eminentemente narrativo, centrada na ação dos grandes líderes políticos. No entanto, nota-se também, uma relevante inovação na argumentação de Lima. É na obra do historiador pernambucano que se evidencia uma primeira preocupação com uma história processual da Independência do Brasil no tocante à dinâmica entre estruturas e acontecimentos. Cabe-nos, portanto, identificar alguns desses aspectos que caracterizam essa concepção de história em sua obra.

Em seu primeiro capítulo, *O regresso de d. João VI para Lisboa: causas e efeitos da revolução portuguesa de 1820*, o autor faz questão de não apenas narrar os efeitos imediatos da Revolução do Porto em 1820, como também, já se percebe algumas prévias interpretações de Lima acerca da ruptura entre as duas partes do reino. É bem conhecida sua expressão acerca do “desquite amigável” que ocorrera entre Brasil e Portugal. Porém, como o próprio historiador vaticina, embora não tenha ocorrido violência – à exceção dos eventos ocorridos na Bahia – um desquite jamais é perfeitamente amigável. Precederam-no rusgas e desavenças, assim como sobreviveria por certo tempo certo ressentimento entre as duas nações. Algo que

⁹⁶ Para uma análise mais acurada da obra de Oliveira Lima sobre a vinda da corte, ver o trabalho de Malatian, já citado no corpo do texto.

enquanto escrevia em 1922, já dava esse sentimento lugar a uma “cordialidade necessária e possivelmente fecunda” (LIMA, 1922, p. 7).

De tal modo como em Varnhagen, o historiador pernambucano também perceberia a coexistência de diferentes grupos e interesses coexistindo no contexto da emancipação política. Para esse último haveria, sobretudo dois fortes elementos dispostos ao enfrentamento no contexto em que eclodiria a Revolução do Porto: os revolucionários, inspirados pelo republicanismo americano, e o reacionário, desejoso de reafirmar a supremacia da antiga metrópole sobre a parte americana do reino.

A independência, tal como se operou, teve, aliás, o caráter de uma transação entre o elemento nacional mais avançado, que preferia substituir a velha supremacia portuguesa por um regime republicano segundo o adotado nas outras antigas colônias americanas, por esse tempo emancipadas, e o elemento reacionário, que era o lusitano, contrário a um desfecho equivalente, no seu entender, a uma felonía da primitiva possessão e a um desastre financeiro e econômico da outrora metrópole. A referida transação estabeleceu-se sobre a base da permanência da dinastia de Bragança, personificada no seu rebento capital, à frente de um império democrático, cujo soberano se dizia proclamado “pela graça de Deus e pela unânime aclamação dos povos”, a um tempo ungido do Senhor e escolhido pela vontade popular (LIMA, 1922, p. 7).

Estabelecer-se-iam, portanto, dois importantes grupos como agentes históricos nesse processo: o nacional revolucionário e o português reacionário. Ao contrário de Porto Seguro, responsável por um formidável esforço em demonstrar a ausência de uma rivalidade entre as duas partes do reino, cabendo apenas às cortes de Lisboa o papel de um inimigo nacional em sua narrativa, Lima aponta para certa tensão entre os dois polos, Brasil e Portugal, cuja intensidade aumentaria após os acontecimentos de 1820. No entanto, muito mais do que um conflito de nacionalidades, o que se percebia era um conflito aberto de interesses: os portugueses, “[...] apregoando a constituição como panaceia para todos os males e dela fazendo manto para restabelecerem seu monopólio [...]”, enquanto os brasileiros, “[...] não querendo abrir mão das vantagens obtidas com a transladação da Corte para o seu seio [...]”, não deixavam de cogitar a separação completa caso vislumbrassem o perigo de uma recolonização (LIMA, 1922, p 13).

O fator essencial que punha os dois elementos em oposição se estabelecia na garantia ou cessação dos direitos já conquistados pelo Brasil. Esse dado, assim posto pelo autor, lhe concedia apontar que o ideário liberal, que pretensamente movia os constitucionais portugueses, não passava de uma ardilosa justificativa para objetivos bem distintos: “O egoísmo não desampara, contudo, as manifestações políticas, nem sequer as que proclamam

guiar-se por máximas liberais”, reparava acidamente Oliveira Lima (1922, p. 19). Para ele, as causas da Revolução do Porto teriam sido essencialmente quatro; escassez do tesouro português, dificultando o pagamento do soldo ao exército; miséria econômica, visível no fechamento das fábricas e na ruína da agricultura; a dupla humilhação do protetorado britânico e da preponderância do Brasil no Reino Unido; e, por fim, o “contágio espanhol” expresso no movimento de 1920⁹⁷ (LIMA, 1922, p. 17).

Apesar de reconhecer esse “contágio espanhol” como um dos fatores causadores da Revolução do Porto, Oliveira Lima se esforça em demonstrar como as cortes portuguesas atuavam em proveito próprio, sendo sua ligação com os princípios liberais, muito efêmeras: “[...] Sua política consistiu em jogar com os ideais de liberdade com vista de recolonizar o Brasil, apesar do antagonismo dessas atitudes e como se a liberdade não devesse ser a mesma em qualquer latitude [...]” (LIMA, 1922, p. 20).

As cortes de Lisboa pecariam por querer reduzir novamente um território praticamente soberano, desde sua elevação à condição de Reino Unido, em 1815, novamente em colônia. A parte americana do reino, no entanto, não cederia a esse propósito, já que “[...] a mudança da corte convertera em nação e não se resignaria a voltar a ser uma dependência, menos ainda um mosaico de colônias” (LIMA, 1922, p. 21). Portanto, assim como em Varnhagen, Oliveira Lima também associaria nação à autonomia política, já garantida desde a chegada da corte em 1808, tendo sua condição política elevada em 1815.

As experiências de 1789 não são menosprezadas pelo historiador. A evocação da Revolução e de seus ideais de liberdade parecem, para Lima, importantes imagens utilizadas para diferentes fins. Todo o vocabulário que daí resulta, em especial, a palavra constituição e suas derivações, seriam postas à exaustão, favorecidas por uma “explosão de liberalismo” (LIMA, 1922, p. 20). Mesmo que pertencesse à parte americana do reino a condição mais apta a reivindicar os princípios políticos do liberalismo, quem fez seu melhor uso foram os europeus, e, na profusão de ideias, o conceito se perdia em meio aos reais interesses.

Os brasileiros estavam, pois, inconscientemente mais preparados para uma monarquia constitucional, ao passo que não faltavam entre os portugueses os que por seus sentimentos e interesses tinham que se manter instintivamente aferrados à monarquia absoluta. E, na verdade, quando se deu o movimento geral e impetuoso de adesão do reino ultramarino ao programa revolucionário de Lisboa, encarnado legal e ordeiramente nas Cortes de 1820, muitos eram os brasileiros arrastados pela quimera liberal e muitos

⁹⁷ Movimento liberal que buscou reimplementar a Constituição elaborada em Cádiz, no ano de 1812, suspensa logo após a volta de Fernando VII ao poder, em 1814. A constituição conseguiu ser aceita no ano de 1820, mas, logo em 1823, o monarca espanhol restauraria seu poder absoluto.

eram os portugueses instigados pelo ideal de recolonização (LIMA, 1922, p. 16).

Por meio do trecho acima, percebemos que Oliveira Lima enfatiza o fato de que os que viviam na parte americana do reino estariam mais preparados – mesmo que inconscientemente – para um regime constitucional, ao contrário dos portugueses, que, curiosamente, deram início ao movimento liberal. Fica ainda a questão de compreender por qual modo o autor consegue construir uma argumentação que lhe permita chegar a essa inferência.

Como mencionamos anteriormente, no primeiro capítulo da obra de Oliveira Lima, o autor busca já procura antecipar algumas conclusões que vão sendo ratificadas, ao menos em seu ver, ao longo de seu livro. É, portanto, no segundo capítulo, que são descritas as condições que favoreceriam ao Brasil sua independência de Portugal e o estabelecimento de uma monarquia constitucional. A relevância dessa parte se evidencia, por parte do autor, através da descrição daquilo que hoje poderíamos entender como a reconstrução epistemológica de uma estrutura, no tocante à sociedade brasileira.

Por estrutura, aqui, tomamos por conceito aquilo que o historiador alemão Reinhart Koselleck define, inicialmente, com relação à sua temporalidade: “[...] aquelas circunstâncias que não se organizam segundo a estrita sucessão dos eventos passados. Elas implicam maior duração, maior estabilidade, alterando-se em prazos mais longos” (KOSELLECK, 2006, p. 135). Além de ter seu caráter temporal mais estendido, fugindo da datação cronológica mais estrita, as estruturas não se limitariam também, à ação de agentes históricos isolados, pois elas “[...] permanecem supraindividuais e intersubjetivas. Elas não podem ser reduzidas a uma única pessoa e raramente a grupos precisamente determinados” (Ibidem, p. 136).

Na obra de Oliveira Lima há, portanto, certa novidade em tentar-se enxergar esses elementos mais estáveis e supraindividuais. Como já apontado por Noé Freire Sandes (2000, p. 158-9), aquele busca inovar a narrativa acerca da emancipação com o seu capítulo concernente à formação social brasileira. Em “A sociedade brasileira: nobreza e povo”, Lima busca escrutinar a sociedade americana constituída sob o período de colonização.

No que diz respeito à nobreza, grupo social que o autor identifica como aquela pertencente às camadas dirigentes das colônias americanas, seu traço marcante seria a falta de um sentimento de casta, de hierarquia. Isso teria ocorrido, pois, o povoamento do continente latino-americano teria sido protagonizado não por uma nobreza de sangue, mas sim, por

fidalgos de “índole aventureira, vontade tenaz e pronta iniciativa [...]” (LIMA, 1922, p. 27). Assim, se levariam em conta mais os feitos individuais do que qualquer caractere hereditário.

Elemento presente na narrativa de Oliveira Lima já notado por outros autores (SANDES, 2000, p. 159-60; COSTA, 2005, p. 70) é a sua ideia de uma ausência de preconceitos de raça na formação da América portuguesa. Comparando com a sua congênere continental norte-americana, notaria o autor pernambucano não haver o preconceito de raça, como teria ocorrido nas colônias inglesas constituídas nesse continente. Aliás, não haveria na América Ibérica, como também não haveria nas suas respectivas metrópoles (LIMA, 1922, p. 29). “As barreiras entre as classes”, segundo o autor, baixavam gradualmente em um processo lento e gradual, uma evolução com colorações próprias. “Esse movimento geral de democratização foi espontâneo: não obedeceu a sugestões de fora”, opina o Lima (Idem, p. 31). Outro elemento que fomentava a eliminação das hierarquias sociais, segundo o historiador, fora também à ausência de grandes fortunas; havia sim grandes propriedades, mas, dado o sistema mercantil de monopólio, excluindo a atividade de especulação, seus lucros eram deveras escassos (Idem, p. 33).

Quanto ao povo, esse faltava ao Brasil e à América Hispânica. Enquanto categoria social capaz de influir na política, o conceito de povo parecia estar ausente do país, segundo o autor. No lugar dele, apenas havia a ralé:

[...] A ralé existia, mas era um elemento inteiramente fora da vida política: o grau de ignorância, a condição da falta de cultura, vedava ao povo propriamente qualquer participação de vida consciente na comunidade (LIMA, 1922, p. 36).

Como aponta Noé Freire Sandes, Oliveira Lima recorre a uma argumentação muito utilizada pelos teóricos do pensamento conservador e autoritário da década de 1920, que seria a distinção entre “povo” e “ralé”. Essa última era vista apenas como um elemento que representava uma ameaça à ordem instituída (SANDES, 2000, p. 160).

Talvez esse traço do autor, preocupado com certas regularidades sociais fornecidas pela constituição histórica do país, seja também resultado do contato de Oliveira Lima com as primeiras tentativas de um estudo “sociológico” acerca da formação brasileira. Logo no começo do seu segundo capítulo, já referencia o trabalho de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, que alcançaria imenso prestígio na década de 1920. Encontra-se certa influência da obra do intelectual fluminense, principalmente nas análises acerca de certa “nobreza rural” existente na colônia. Espécie de *gentry* despida de títulos nobiliárquicos, mas

fundada na conquista do território e de um suposto caráter bélico, bem como na frugalidade e rusticidade do seu viver.⁹⁸ Saiam desse grupo muitos dos nomes que ocupariam os principais quadros funcionais e milicianos do período colonial, sendo que, justamente por isso, os mesmos seriam simpáticos à causa da emancipação (LIMA, 1922, p. 26).⁹⁹

Para além dessa compreensão de Oliveira Lima acerca de nossa formação histórica, da constituição de certa estrutura social em pleno período colonial e que desaguaria no processo de emancipação. Como lembra bem Reinhart Koselleck, as estruturas apresentam um caráter funcional; independente de sua durabilidade, se mais ou menos longa, são elas que condicionam as possibilidades de um evento (KOSELLECK, 2006b, 137-8). Assim, Oliveira Lima definia as condições, estabelecia um cenário no qual se dariam os eventos políticos que culminariam na independência do Brasil. No capítulo em questão, portanto, o quadro descrito por Oliveira Lima nos oferece uma nobreza despida de preconceitos raciais e sociais, reconhecendo somente as ações meritocráticas, bem como a ausência de uma massa conscientemente política.

Há, no entanto, outro elemento presente em sua obra que chama a atenção, e que, de certa forma, procura romper os limites dessa progressão natural. Trata-se da experiência que os acontecimentos pós Revolução Francesa exerceriam na sociedade brasileira durante a emancipação política. Para Oliveira Lima, nossa formação histórica caracterizava-se por ser construída a partir de uma vivência prática, ao invés da submissão a princípios abstratos. O ideário liberal que surge após a experiência de 1789 mais conturbaria do que facilitaria o cenário no qual se desenrolava a trama da independência.

[...] O que não havia, quer nas colônias, quer na metrópole, era o rigor de preconceitos de raça, como nas colônias inglesas da América. [...] Este verdadeiro sentimento democrático que é o da igualdade, foi o produto da organização social hispânica. O sentimento de liberdade política é que pode haver sido favorecido pelas ideias do filosofismo francês postas em prática pela revolução de 1789. O efeito dessas ideias na América Latina foi antes

⁹⁸ Sobre o peso dado à formação social e a concepção de história em Oliveira Vianna, Gildo Marçal Brandão comenta: “[...] Sua concepção de história, além disso, supõe grandes continuidades e grandes estabilidades nos tipos sociais nascidos da interação com o mundo rural, autorizando-lhe, aparentemente, anacronismos”. Cf. Brandão (2010, p. 124).

⁹⁹ Luciana Murari aponta para essa idealização da figura do colonizador português e de sua vida como um movimento encetado pelo modernismo nacionalista de Plínio Salgado, mas cujo início podia já ser apontado alguns anos antes em outros letrados do período, tais como Afonso Arinos, Godofredo Rangel e Oliveira Vianna. A percepção de que as antigas proeminências sociais desses sujeitos começavam a ser contestadas com a emergência de uma classe média composta principalmente, pela figura do imigrante de outra nacionalidade que não a portuguesa, suscitavam nesses sujeitos uma busca por uma imagem estilizada do passado. “[...] O discurso destes autores responde à mudança através da busca de um sentido da permanência nutrido por “verdades” endossadas por acordos coletivos subjacentes, que instituem a crença em uma identidade brasileira rural, patriarcal, familista, lusa e conservadora e a projetam no futuro, visivelmente abalada pelo sentimento de mudança histórica [...]”. Cf. Murari (2011, p. 314).

nocivo do que benéfico: elas não só exageraram como se adulteraram, criando em muitos casos uma situação convencional e falsa. [...]

De resto, antes da guilhotina na França definir os direitos do homem, o espírito das comunidades ibero-americanas tinha, com limitadas exceções, desmanchado a vanglória da superioridade de raça fundada na nobreza do berço ou na alvura da tez. O próprio império brasileiro foi democrático mais do que no rótulo, tanto, que, ao organizar a sua nobreza, não a fez hereditária, condição de perpetuidade. A constituição monárquica de 1824 não reconhece privilégios de nascimento: a aristocracia que então se formou, era galardoada pelos seus méritos e serviços pessoais e, parte dela, era também representativa da riqueza, que é um dos esteios do Estado e um campo onde cabem as atividades individuais (LIMA, 1922, p. 29-30).

Percebe-se como o autor conceitua democracia como uma ideia de igualdade construída na vivência diária, em oposição às ideias liberais advindas da Europa. Para ele, a construção de uma sociedade democrática se operava em plena América Latina pela eliminação progressiva das barreiras sociais e étnicas. Em sua tentativa de descrever a tessitura social do Brasil à época de sua emancipação, Oliveira Lima situa esse ideário como um fator de provável desestabilização desse quadro.

Em um primeiro momento, poderíamos apontar algumas semelhanças com as narrativas analisadas no capítulo precedente. A formação social ocorrendo de maneira lenta e progressiva, uma pretensa comunhão social, a emancipação gradualmente se desenvolvendo, e, por fim, o movimento das cortes como um modo de refrear essa continuidade natural dos acontecimentos. O trabalho de Oliveira Lima, de fato, comunga com algumas dessas perspectivas; porém, ao analisarmos sua obra percebe-se que boa parte desses elementos não apenas ressoam no comportamento dos principais agentes, como também portam algumas idiossincrasias temporais que necessitam serem evidenciadas.

Como verificado na primeira parte da análise, Lima categoriza o elemento revolucionário como aquele grupo político mais radical, interessado em obter a emancipação nacional sob a forma republicana, tal e qual os Estados do continente. Em oposição a esse, estaria o reacionário, aqui entendido não apenas como um grupo de pessoas ligadas ao absolutismo, mas principalmente as próprias cortes legislativas, estabelecidas em Lisboa, poderiam ganhar essa conotação. Por reacionário, portanto, deve-se entender em Oliveira Lima, aquele conjunto de indivíduos cujo principal interesse era refrear um movimento capitaneado, a princípio, pelo primeiro grupo. Até esse ponto, parecem que esses objetivos eram motivados por um ponto em comum: provocar ou evitar a emancipação da parte americana do Reino Unido.

É nesse sentido que os ideais liberais e a experiência da Revolução parecem surgir como fatores que portam uma nova temporalidade e conturbam esse quadro. Entendemos que “portar uma nova temporalidade” signifique na narrativa de Oliveira Lima a compreensão de que os efeitos de 1789 não seriam mais reversíveis, demarcando um novo tempo para os agentes históricos com que o autor se ocupa. Assim, por exemplo, o historiador procura mostrar como os constitucionalistas de Portugal, procurando se despir de qualquer traço de radicalismo em seu programa, “[...] recordavam a cada instante as cortes imaginárias de Lamego e as tradições do governo representativo que diziam serem as da realeza lusitana” (LIMA, 1922, p. 13). O vacilo do rei, por outro lado, de aceitar o caloroso pedido de seu regresso, se dava pelo temor que os descalços sofridos por Luiz XVI pudessem se repetir com ele. Os liberais portugueses pretendiam conciliar o novo com o antigo; o rei, pela pena de Oliveira Lima, não enxergava nada além do imprevisível da Revolução, e, por isso, dissimulava seu retorno a Europa (LIMA, 1922, p. 14).¹⁰⁰

Para além do ideal de liberdade, vindo da Europa, o traço que marcaria a idiossincrasia de um novo tempo, mais favorável ao Brasil, era ligado ao espaço americano. A vinda da corte de d. João criaria condições que, em consonância com a formação social do Brasil, bem como o contexto da emancipação de diversas colônias americanas sinalizavam um novo período para a parte americana do reino. Assim traça o autor um panorama do Rio de Janeiro no período da emancipação:

Pelas ruas do Rio de Janeiro deparava-se um carnaval perpetuo, comparado com o qual o movimento de hoje figura de monótono. Era tal diversidade a imagem de uma sociedade de transição, na qual se misturavam os preconceitos do velho tempo e as aspirações da idade moderna, o ceticismo das crenças tradicionais e o ardor dos novos ideais, as recordações da época colonial e as promessas do período independente que se aproximava a todo vapor. Pouco faltava de resto para que, exceção feita dos estrangeiros, não se encontrasse pelas ruas um homem, sobretudo branco, sem o laço verde e amarelo e o mote – Independência ou morte [...] (LIMA, 1922, p. 41-2).

Tal descrição feita pelo autor se apoia nas correspondências do primeiro encarregado de negócios dos Estados Unidos vindo ao Brasil, Condé Raguet, bem como dos escritos de

¹⁰⁰ É, contudo, em sua obra sobre d. João VI que Oliveira Lima deixa mais visível os efeitos da Revolução e a impossibilidade de qualquer reversão do quadro anterior a essa. Escreve o autor por meio da opinião de Saldanha da Gama, importante diplomata português com atuação no Congresso de Viena, em 1815: “Convinha notar, e sobre isto se fundava Saldanha da Gama com discernimento para entender que devia a corte permanecer no Brasil, que o Congresso de Viena nada resolvera, nem lhe era dado resolver, de forma definitiva e imutável sobre questões que, cedo dariam lugar a contestações e guerras, e, sobretudo, nada havia poder tentado com êxito para a extinção do espírito revolucionário que minara a antiga existência política e religiosa da Europa”. Cf. Lima (1908, p. 522).

Ernest Ebel,¹⁰¹ comerciante estrangeiro que esteve no Rio de Janeiro durante o ano de 1824. Analisando o excerto acima, convém ressaltar que, apesar de todo esse festival de estilos e ideias próprias de uma sociedade de transição, como caracteriza Lima, a cidadania ainda parecia estar atrelada apenas ao indivíduo branco. Relevante notar que, segundo Lima, mesmo que não houvesse “o preconceito de cor”, o autor, mesmo que indiretamente, fornece indícios de que essa transição entre o velho e novo, ainda não eliminava importantes continuidades entre a colônia, o reino e, então, o império.

Finalizando essa desconstrução da obra de Oliveira Lima em seus diversos elementos – as cortes, as ideias liberais, os revolucionários brasileiros, a sociedade americana despida de preconceitos – cabe ainda apontar a peculiaridade da emancipação brasileira nesse contexto. Lembramos que o historiador pernambucano, a partir de sua adesão à monarquia em 1904, desde então jamais escondera sua predileção pelo antigo regime deposto em 1889. Lima associava-se, portanto, a uma linhagem de intelectuais que, desde o século XIX, tentavam dar conta da difícil tarefa de construir a identidade nacional em contraposição às demais repúblicas americanas vizinhas no continente, conforme já notara Guimarães (1988, p. 6-7). Mais do que construir uma identidade nacional, em *O movimento da Independência*, de Oliveira Lima, se visualiza a difícil conciliação de compreender a ruptura entre colônia e metrópole, associando a idiosincrasia brasileira em meio a suas congêneres americanas.

Nesse ponto, temos de recorrer a um dos seus últimos capítulos. Em *Os manifestos de agosto. A concepção da monarquia democrática*, Lima busca explicar a preferência pela forma de governo monárquico em detrimento do republicano, distanciando-se assim, o Brasil dos outros estados americanos. É nesses manifestos que se encontra a “[...] doutrina do rompimento entre Portugal e Brasil [...]” (LIMA, 1922, p. 297). O manifesto de 1º de agosto 1821, destinado aos “povos do Brasil”, teria sido obra de José Gonçalves Ledo. Ali se encontraria, segundo Lima, todo histórico político do divórcio imaneente entre as partes de reino, bem como sua justificação (Idem, p. 300). É, no entanto, no segundo manifesto evocado, o de 6 de agosto, que o autor detém a maior parte de suas análises. O motivo se explica não somente pelo conteúdo, mas também pelo autor do documento em questão: José Bonifácio, que, com Oliveira Lima, ganha o verdadeiro status de herói nacional.

Lima traz à sua obra a opinião do encarregado de negócios austríaco Mareschal, cuja opinião era de que José Bonifácio expressava um verdadeiro espírito americano (LIMA, 1922, p. 302). A partir desse testemunho, o historiador busca então, descrever novamente alguns

¹⁰¹ Suas impressões durante a estada no Rio de Janeiro seriam publicadas no ano de 1972, em virtude das comemorações do sesquicentenário da Independência. Ver Ebel (1972).

traços da sociedade brasileira do período com o objetivo de salientar a peculiaridade do território prestes a se tornar autônomo perante os outros estados americanos. O Brasil, país no qual a mestiçagem teria agido como um atenuador das diferenças sociais possuía uma elite de senhores feudais pouco apegados às questões políticas. Esse dado permitia que os assuntos administrativos fossem tratados por verdadeiros profissionais – bacharéis, juristas e legisladores – enquanto a majestade imperial pudesse pairar sobre todos a sua autoridade (LIMA, 1922, p. 303). Além disso, notava-se também que, ao contrário da América Hispânica, no qual dado o sentimento antieuropeu existente construíram-se constituições deveras radicais, o Brasil teria sabido limitar esses excessos pelo reforço da autoridade política. Essa obra fora quase toda artifício de José Bonifácio.

A democracia brasileira foi assim paralelamente política e social, teórica e prática, fundada nos costumes e na onipotência da razão. Foi, todavia, graças especialmente a José Bonifácio que a feição construtiva primou a negativa por ocasião da emancipação nacional. [...] Era, pois, um homem nascido para as eminências, capaz de representar um momento histórico, sobretudo, associando sua iniciativa intelectual a uma ação vigorosa qual a que lhe prestou o regente. Sua argúcia de estadista, se era o efeito de um predicado pessoal, fora, porém aguçada pela sua farta e longa experiência de vida. A natureza dos seus principais estudos, botânicos e mineralógicos, dera por outro lado uma feição prática ao seu espírito, ao qual não era originariamente estranho um lirismo até ardente e sensual, e o seu liberalismo, tal como se denuncia nos seus planos de utilidade pública, era antes econômico do que político, quer dizer que não sacrificava a realidade à imaginação (LIMA, 1922, p. 304).

José Bonifácio era então, um homem nascido para grandes iminências, conforme escreve o próprio autor. Seu grande mérito teria sido construir uma nova alternativa, construindo uma forma de governo que não negava radicalmente o passado, combinando os costumes já aqui enraizados, com os novos ares do liberalismo europeu, especialmente aquele ligado às monarquias constitucionais, coibindo os excessos revolucionários.

Nota-se como esse trecho representa também aquela síntese que Hélder G. da Silveira compreende entre o paradigma ideológico da americanização republicana e do europeísmo conservador, derivando um novo discurso ideológico, que seria de suma importância na legitimação das novas relações internacionais constituídas na Primeira República. Ressalta-se certa semelhança do Brasil com as repúblicas vizinhas no continente americano – paradigma da americanização republicana – sem deixar de notar, em sentido contrário, a idiosincrasia da formação nacional brasileira nesse contexto – europeísmo conservador (SILVEIRA, 2003, p.

118-22). Ou seja, percebe-se como a ocupação oficial de Oliveira Lima enquanto diplomata também afetaria sua escrita da história.

No início desse tópico ressaltamos a ressonância que, não somente Oliveira Vianna, mas as tentativas de se elaborar uma ciência social poderiam ter ocorrido na obra de Oliveira Lima, principalmente no seu segundo capítulo. No tocante ao trecho citado por último, percebemos também outro intelectual cujas ideias são perceptíveis na obra do pernambucano. Trata-se do português Oliveira Martins, com quem Lima teve grande contato na sua formação em Portugal. Parte da percepção epistemológica de história do português ressoa em *O movimento da Independência*, principalmente no que diz respeito à figura do herói. Conforme já salientado por Teresa Malatian, em Oliveira Martins é traço essencial a recorrência ao herói enquanto agente histórico capaz de sintetizar um conjunto de ideias típico de uma coletividade. Sua ação seria visível em momentos de crise, no qual exprimiria a síntese de diversas forças atuantes, encarnando as verdadeiras aspirações nacionais em um único indivíduo, em uma clara amostra das ideias de Hegel que também foram importantes para o historiador português (MALATIAN, 2001, p. 70; BOTTON, 2016, p. 54). Nesse processo, José Bonifácio surge como aquele indivíduo capaz de enxergar além do horizonte das províncias, sabendo conduzir a emancipação sem uma ruptura total com o passado e a realidade social do país naquele momento histórico.

Configura-se então, na obra de Oliveira Lima, uma percepção de história em que os diversos elementos existentes podem ser condicionados por uma estrutura, mas, ainda assim, abre-se a possibilidade de ação do grande indivíduo. Seguiria ainda Lima analisando o manifesto de 6 de agosto, notando nele o empenho em culpar somente as cortes pela crise política em questão. Além de manter o rei d. João VI em algo similar a um cativo, no qual suas ordens não teriam qualquer validade, desorientavam os brasileiros, fomentando a divisão entre as províncias e espalhando mentiras acerca de d. Pedro e seu pretensível caráter absolutista (LIMA, 1922, p. 307-8).

A partir desse ponto, nota então o autor a importância de outro indivíduo para a conclusão da emancipação: d. Pedro I. Ainda nos primeiros capítulos, ao discorrer sobre a situação em algumas províncias, o autor já alertaria que a solução dos problemas nacionais se daria no momento em que se congregassem “[...] a decisão de d. Pedro e a reflexão de José Bonifácio, a vontade e o pensamento” (LIMA, 1922, p. 114). Nota-se, portanto, uma alegoria que também seria exaustivamente utilizada pelos sócios do IHGB durante as conferências do Centenário da Independência: o gênio político de Bonifácio e ação do príncipe regente. No capítulo acerca dos manifestos, o que Oliveira Lima busca realçar, talvez com a intenção de

querer desfazer uma imagem antiliberal do primeiro imperador, é a concepção do que deveria ser a monarquia constitucional, no entender de d. Pedro I. Para Lima, o príncipe regente sempre havia sido simpático às ideias liberais, no entanto, o que lhe causava temor era a imagem de um legislativo acima do monarca, algo muito similar ao que ocorria em Portugal com seu pai, d. João VI. Novamente surgia a síntese de conciliar o tradicional com o moderno, dessa vez, no pensamento político de d. Pedro I.

No misto de ideias tradicionais e modernas que no seu cérebro se associavam muito mais do que contendiam, d. Pedro concedia grande importância às câmaras municipais, células na verdade do organismo político da nação, e deu constantemente provas de preferir entender-se com elas do que com as câmaras legislativas, de certo porque essas, transformando a essência das cortes que reviviam, avocavam uma primazia sobre a coroa que não era rigorosamente histórica (LIMA, 1922, p. 313-4).

Assim como em José Bonifácio, d. Pedro também emergia como esse líder político capaz de sintetizar as diferenças forças históricas existentes. Seria a atuação desses grandes nomes que saberiam conduzir a emancipação sob a forte égide da autoridade monárquica, salientando as tradições benéficas da Europa com os novos ares americanos.

Ao final de sua obra, portanto, não sem lamentar as cisões existentes já entre os partidários dos Andradas e a “facção democrática”, Oliveira Lima encaminha sua descrição do novo governo que se fundava o império. Embora imperador, d. Pedro carecia das condições necessárias para um verdadeiro império: um clero cioso do direito divino dos reis, um exército disciplinado e, por fim, uma nobreza privilegiada. Por isso, o que prevaleceria no Brasil seria justamente uma “[...] democracia coroada, em que o executivo começou por prevalecer e o legislativo acabou por predominar” (LIMA, 1922, p. 367)

4.4 ENTRE A IMAGEM CONSERVADORA E O RECONHECIMENTO DA EXPERIÊNCIA

O movimento da Independência, de Oliveira Lima, segue em muitos aspectos, a obra de Porto Seguro: suas cronologias são praticamente idênticas, à exceção de que apenas Varnhagen se estendeu até as tratativas diplomáticas para o reconhecimento da independência. No entanto, no que se refere aos fatos ocorridos entre os anos de 1821 até 1822, há uma similaridade evidente entre os autores. Entre os principais eventos, destacam-se: a chegada das notícias da Revolução do Porto, a adesão do Brasil ao sistema constitucional

português pela declaração de d. Pedro, a saída da Família Real, os decretos de 29 de setembro 1821 e suas discussões nas cortes, bem como a recepção desses no Brasil, o Fico, a retirada das tropas do general Avilez, os conflitos na Bahia contra as tropas chefiadas pelo general Madeira, a entrada de José Bonifácio no ministério, a viagem de d. Pedro até Minas, a convocação de uma assembleia constituinte, os manifestos de agosto e, por fim, o Grito do Ipiranga, culminando na aclamação e coroação de d. Pedro.

Em Oliveira Lima, assim como em Varnhagen, há uma preponderância do que se compreende por uma história de cunho narrativo: a sucessão de eventos em uma escala linear, compondo uma trama que se prende a uma temporalidade estritamente cronológica, recheada de fatos facilmente datáveis. Algo que Fernand Braudel identificava posteriormente, analisando o quadro europeu, como uma historiografia tradicional, de cunho político (BRAUDEL, 1986, p. 9-10).

Para fugir da atomização desses eventos aleatórios, já ressaltamos, com o auxílio de Arno Wehling, que a história em Porto Seguro se prende ao que aquele comentador identifica como uma das principais “categorias historicistas” em Varnhagen: a inserção da ação humana em uma teleologia que seria compreendida segundo os próprios interesses dos agentes históricos. O estudo desse interesse e de suas conseqüentes ações seria verificável mediante o criterioso estudo das fontes (WEHLING, 1999, p. 78-9). Conforme buscamos verificar na *História da Independência*, de Varnhagen, são os interesses dos principais agentes históricos que moldam as ações seguintes. Assim, diante de um novo acontecimento, reorganizavam-se os interesses que, a partir do perigo da iminente recolonização por parte da coroa, finalmente confluiriam em direção à figura de d. Pedro.

Na obra do historiador pernambucano, por sua vez, os diferentes agentes históricos parecem ser muito mais coesos, tendo seus interesses melhor definidos. Os brasileiros e os portugueses, atuando os primeiros dentro de uma sociedade igualitária, na qual prevaleceria a solução monárquica. Em *O movimento da Independência*, embora predomine também a linearidade dos principais eventos políticos, esses últimos estão dispostos em um cenário mais bem delimitado pelo autor. Tendo sido escrito em um contexto muito diferente da obra de Varnhagen, na obra de Oliveira Lima há a ressonância das tentativas de uma incipiente ciência social, chegada ao Brasil no último quarto do século XIX, mas que seria amplamente reutilizada na obra de Oliveira Vianna.¹⁰²

¹⁰² Ressalta-se que essa preocupação com elementos sociológicos na obra de Oliveira Lima, contudo, não se restringe somente a uma ressonância pelo sucesso que Oliveira Vianna, com a sua obra “Populações meridionais do Brasil”, alcançaria. Outro teórico, até mais citado pelo historiador pernambucano é o venezuelano Pedro

Sintetizamos essas diferentes perspectivas epistemológicas que se evidenciam nas obras de Porto Seguro e Oliveira Lima com o fito de demonstrar o afastamento que esses autores têm com relação às produções analisadas no capítulo anterior. Ao contrário das conferências do IHGB, ou da obra de Pedro Calmon, que pensam a identidade nacional fundamentada em um distante passado, mesclando elementos do cientificismo e aspectos metafísicos do romantismo, ocorre algo diferente com os dois trabalhos analisados no presente capítulo. Tanto Varnhagen quanto Oliveira Lima priorizam as ações de agentes individuais ou grupos cujos interesses giram em torno de objetivos bem delimitados. Mesmo no caso da obra *O movimento da Independência*, por mais que se estabeleçam certas condições ao campo de ação dos sujeitos, são as atitudes de alguns poucos personagens que definem os sucessos do império nascente, em especial, d. Pedro e José Bonifácio.

Encerrando a análise dessas obras, convém-nos agora realçar o modo pelo qual, tanto Varnhagen quanto Oliveira Lima buscam validar suas afirmações perante seu leitor. É esse o ponto no qual melhor percebemos na escrita da história desses dois a tensão entre a objetividade da história e as falhas que, tanto a memória coletiva, quanto a dos próprios autores – em especial, Varnhagen – exercem sobre suas historiografias.

Tanto Temístocles Cezar (2005) quanto Eliete Tiburski (2011) já apontaram para um dado que devemos ter em constante cuidado ao escrutinarmos a obra de Varnhagen: trata-se de que, na sua obra acerca da Independência do Brasil, Porto Seguro ser um historiador do tempo presente. Varnhagen teria tido contato com boa parte dos indivíduos que compunham sua trama. Esse ponto se reflete problemático principalmente no tocante à sua relação com José Bonifácio, que na sua época já ganhava status de um verdadeiro herói nacional. A sua antipatia pessoal pelo patriarca teria sido derivada de um parecer que o antigo ministro havia feito da fábrica de São João de Ipanema, administrada pelo seu pai. José Bonifácio colocava dúvidas acerca da boa competência e honestidade daquele. As críticas a figura do ministro em sua obra são tão notórias que, inclusive, suscitaram algumas restrições da comissão do IHGB encarregada da revisão do manuscrito original da História da Independência, de Varnhagen, (CEZAR, 2005, p. 220). Para além dessa questão pessoal, lembra Cezar citando José Honório Rodrigues, também haveria a antipatia política de Porto Seguro com relação aos irmãos Andradas. Tanto José Bonifácio, como seus irmãos, passariam ao campo da oposição nos

Arcaya, com seu trabalho *Estudios de sociología venezolana*, publicado em 1917. Apenas citando mais um exemplo, no caso da historiografia argentina do início do século XX, também se evidenciaria a emergência de estudos privilegiando campos teóricos provenientes do cientificismo do último quarto do século XIX. A questão da imigração, os levantes sociais do início do século e a instabilidade política da região levariam muitos desses “homens de letras” a buscarem causas mais profundas para explicarem esse contexto social. A partir disso, várias obras de cunho determinista e sociológico foram produzidas no período. Cf. Devoto (2009, p. 100-6).

trabalhos da assembleia constituinte, devido aos seus desentendimentos com o Imperador (Idem, p. 221-2).

Outro aspecto saliente na obra de Varnhagen, já notado por Eliete Tiburski (2011) diz respeito à condição de testemunha ocular em que o historiador se põe. Na sua obra acerca da emancipação, são vários os relatos em que suas próprias lembranças são sua principal fonte. Assim, é, por exemplo, na sua descrição de José Bonifácio, o trecho que mais chama a atenção ao leitor pela sinceridade (e parcialidade) do autor, ao comentar sobre o “falar demasiado” do patriarca, qualidade que não seria bem quista para um estadista:

Esta qualidade [tenho] mui presente em toda a meninice, quando em abril de 1821, pela única vez, vi ao mesmo José Bonifácio em nossa casa de Ipanema, Era o dia do batizado de uma irmã minha (Gabriela); eu fui incumbido da “derrama dos confeitos”, e ainda tenho nos ouvidos a voz rouquenha do mesmo José Bonifácio, acompanhada de alguns borrifos e perdigotos, que me amedrontaram, e não mais lhe apareci, apesar de estar nosso hóspede (VARNHAGEN, 1962, p. 102).

É preciso, no entanto, ressaltar que, uma página antes do presente trecho, Varnhagen reconheceria o papel que o ministro de d. Pedro tivera no processo de independência, pelo menos até as primeiras semanas após o Sete de Setembro: “[...] o seu grande saber, o seu gênio intrépido, o seu caráter pertinaz, que quase chegava a raiar em defeito, contribuíram para fixar a volubilidade do príncipe [...]”, descreve Porto Seguro, reconhecendo, ao menos parcialmente, as qualidades de seu desafeto (VARNHAGEN, 1962, p. 101). Seria somente ao final do mês de setembro que a incompatibilidade entre os Andradas e o grupo liberal, capitaneado por José Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Januário da Cunha Barbosa desencadearia uma cisão entre os partidários da independência¹⁰³. A partir dali, Varnhagen apenas tomaria juízo contrário a qualquer ação de José Bonifácio e seus irmãos.

[...] E veio a ser tal o despeito do mesmo José Bonifácio, tão pouca a sua magnanimidade e tão extremado o seu espírito de vingança, que, antes de haver decorrido um mês, se viram os mais dedicados partidários da independência no Rio de Janeiro convertidos em dois partidos inimigos um do outro e separados entre si por um profundo abismo (VARNHAGEN, 1962, p. 144).

¹⁰³ Alguns dos motivos apontados pelo autor para essa cisão estariam no ato de Aclamação, no qual o grupo liberal haveria inserido uma cláusula referente ao juramento prévio da constituição a ser feita pelo imperador – algo a que era contrário José Bonifácio –, a suspensão da devassa dirigida contra algumas personalidades contrárias ao partido dos Andradas em São Paulo, tendo José Bonifácio atribuído esse decreto aos seus rivais políticos que teriam influído no ânimo do imperador e, finalmente, a nomeação do imperador d. Pedro como o grão-mestre da loja maçônica Grande Oriente, que, para Varnhagen, teria sido uma clara tentativa de trazer o imperador mais próximo do grupo liberal. Cf. Varnhagen (1962, p. 142-144).

O teórico alemão Jörn Rüsen (2010), ao tentar estabelecer os princípios básicos de sua teoria da história, argumenta que para uma história alcançar o status de cientificidade,¹⁰⁴ ela deve atender três critérios: pertinência empírica – toda história fundamenta-se sobre algo que aconteceu e deve-se, provar essa validação; normativa – toda história tem que ter algum significado que atenda aos valores de um grupo social; e, por fim, a pertinência de sentido – trata-se de estabilizar a identidade dos indivíduos por meio de uma narrativa. Primeiramente, fixemo-nos na pertinência empírica. Conforme alude o autor:

Sentenças históricas são sempre enunciados sobre algo que foi o caso no passado. Sua credibilidade depende de convencer seus destinatários de que o que ocorreu no passado aconteceu da forma como o enunciam (RÜSEN, 2010, p. 100).

Essa forma de validação dependerá, sobretudo, de sua autenticação. Para isso, lançar-se-á mão daquilo que resiste do passado e é contemporâneo ao historiador; que dá testemunho de que determinada experiência realmente aconteceu no passado. Estamos aqui falando, portanto, das fontes das quais o historiador se serve para a construção de sua narrativa (RÜSEN, 2010, p. 101). Em Varnhagen, como já salientamos por meio das análises de Cezar (2005) e Tiburski (2011), esses meios de validação, por vezes, carecem de uma maior comprovação. Para além do testemunho pessoal do autor, cujo partidarismo pode colocar em suspeição, há ainda o fato de que o historiador oitocentista se vale igualmente de elementos pouco concretos e que, em sua obra, não faz questão de referenciar devidamente, ficando, muitas vezes, no caráter do “ouvi dizer”.¹⁰⁵

Boa parte dessas lacunas pode-se atribuir à própria concepção de história que, em Varnhagen era um tanto difusa, sobretudo, com relação ao método (TIBURSKI 2011, p. 113). Já em Oliveira Lima, alguns desses elementos se mostram mais bem fundamentados. Não há em *O movimento da Independência* esse tipo de maleabilidade para com as fontes por parte do

¹⁰⁴ Por uma narrativa histórica com o rótulo de científica, deve-se entender, segundo o pensamento de Rüsen, que essa mesma história deve conseguir fundamentar-se em um padrão que amplie seu caráter veritativo. Assim para Rüsen, “[...] *História como ciência é a forma peculiar de garantir a validade que as histórias, em geral, pretendem ter.* Histórias narradas com especificidade científica são histórias cuja validade está garantida mediante uma fundamentação particularmente bem feita”. Cf. Rüsen (2010, p. 97, os grifos pertencem ao autor). Por fundamentação particularmente bem feita, entenda-se sua regulação metódica.

¹⁰⁵ Essa passagem se encontra quando Porto Seguro dá indícios de um prévio plano dos Andradas para a dissolução da Assembleia Constituinte, caso ela se subtraísse de seus poderes. Ali afirma o autor que sua prova para tal fato eram conversações do próprio José Bonifácio com pessoas que transmitiriam esse episódio a Varnhagen. No entanto, o próprio autor não cita o nome dessas pessoas, apenas atesta que seriam “imparciais e dignas de fé”. Cf. Varnhagen (1962, p.184). Esse curioso dado já fora notado por Cezar (2005, p. 226) e Tiburski (2011, p.118).

autor. Boa parte de seus documentos são ofícios enviados pelos diplomatas austríacos, primeiramente o barão de Stürmer e, depois Mareschal, mas também se encontra correspondências do diplomata norte-americano Condé Raguet.

Recorre Oliveira Lima a esses observadores, também para o auxílio de traçar o perfil de algumas personalidades políticas, em especial, José Bonifácio. Para o encarregado de negócios dos Estados Unidos no Brasil o ministro era “[...] antes um delineador que executor [...]” (LIMA, 1922, p. 304), notando a sagacidade política do patriarca. Como também já havíamos visto, recorreria também a Mareschal, para enfatizar um pretensível caráter pan-americanista daquele (Idem, p. 303).

Para além desses, vale-se também das crônicas e memórias de viagem escritas por viajantes estrangeiros, aos quais chega a qualificar de “juiz mais imparcial” dado sua aparente neutralidade no observar a tessitura política e social do Brasil. Assim, por exemplo, recorre ao imigrante bávaro Friedrich Von Weech, que ficara no Brasil entre 1823 até 1827 para descrever os entraves tanto aduaneiros como burocráticos, derivados da corrupção que havia pelo excesso de funcionalismo no Rio de Janeiro (LIMA, 1922, p. 36).

No entanto, muitos desses documentos são trazidos com o intuito de descrever alguns aspectos típicos do que seria a realidade social do Brasil. Percebe-se que, em muitos eventos reprisados pelo historiador pernambucano, suas fontes e referências, são muito similares as de Porto Seguro. As proclamações da Câmara do Senado do Rio de Janeiro, bem como das juntas provinciais; as cartas de d. Pedro a seu pai d. João; as falas dos deputados brasileiros nas cortes de Lisboa; os ofícios do barão de Mareschal¹⁰⁶; e, por fim, os documentos já compilados por José da Silva Lisboa e Melo Moraes. Assim, boa parte dos fatos listados por Lima se aproximam notavelmente da obra de Porto Seguro.

Além disso, há uma notória aproximação na interpretação dos autores ao salientarem o papel da coroa como conformadora da nação e de sua unidade. Já mencionamos como, para Porto Seguro, as cortes de Portugal desempenharam um papel fundamental na convergência de interesses entre as províncias. Acompanhamos apenas sua conclusão, no qual o autor sintetiza a importância da independência sob a égide monárquica.

[...] cumpre-nos concluir, dizendo que, se bem que, segundo a ordem natural dos acontecimentos, ao Brasil devia, como a quase todas as colônias, chegar o dia da sua emancipação da metrópole, a apressaram muito a vinda da família real; e depois da retirada do Rei d. João VI, contribuíram a

¹⁰⁶ Em termos de ofícios diplomáticos, apenas as correspondências do barão de Stürmer, antecessor de Mareschal e as enviadas para os Estados Unidos por Condé Raguet, foram fontes que aparecem pela primeira vez com Oliveira Lima.

facilitá-la a promulgação das instituições constitucionais e os arbítrios injustos e despóticos, em meio destas, resolvidos pelas cortes de Lisboa, e não menos o apoio generoso e franco, que veio a dar-lhe o próprio herdeiro da coroa, levado providencialmente, de concessão em concessão, na certeza de que com isso contribuía a evitar maiores males.

E, meditando bem sobre os fatos relatados, não podemos deixar de acreditar que, sem a presença do herdeiro da coroa, a Independência não houvera ainda talvez nesta época triunfado em todas as províncias, e menos ainda se teria levado a cabo esse movimento, organizando-se uma só nação unida e forte, pela união, desde o Amazonas até ao Rio Grande do Sul.

Terminamos, pois, saudando, com veneração e reverência, a memória do Príncipe Fundador do Império (VARNHAGEN, 1962, p. 258-9).

Já comentamos como, em Oliveira Lima, a ação do príncipe regente e de José Bonifácio foram necessárias para conformar essa transição entre o antigo e o moderno, adaptando os novos tempos ao meio social brasileiro. Para além desse aspecto, cumpre notarmos que, igualmente como em Varnhagen, o pernambucano percebe a ação do Estado e a política das cortes como extremamente necessária para a conformação da unidade nacional.

Foi a política das cortes que mais do que qualquer outra causa criou no Brasil o sentimento nacional. As províncias uniram-se na defesa dos seus interesses, quando estes penetraram na indefectível comunidade. A ser isso, as rivalidades ter-se-iam manifestado porventura insanáveis. A Bahia ainda não perdoara ao Rio de Janeiro a mudança da sede do Vice Reinado [...] quando ela continuava a ser a mais importante das capitânias brasileiras. Relata Mrs. Graham que as províncias do norte preferiam uma capital mais setentrional e que no sul havia bastante gente que a queria ver removida para São Paulo, pela maior segurança de uma cidade do interior, [...] e pela maior proximidade das minas, onde se teimava em acreditar estar a principal riqueza do país, apesar da acentuada baixa produção.

Uma capital, um centro, era contudo, essencial, e afinal havia de vingar aquela mesma onde se achasse instalada a autoridade para a qual tinham de convergir num dado momento todos os esforços espalhados. Foi o que a perspicácia brasileira não tardou muito mais em compreender para opor-se à intriga das Cortes (LIMA, 1922, p. 171).

Salientamos anteriormente como o autor associava nação à constituição de um Estado soberano. Percebe-se, na citação acima, como ele também distingue esse conceito de nacionalidade. Algo que, entre os anos de 1821 e 1822, ainda era deveras efêmero.

Ao lermos *O movimento da Independência*, de Oliveira Lima, notamos a sobriedade do autor ao comentar sobre a atuação de alguns agentes históricos no processo de emancipação, especialmente, José Bonifácio. A diferença no tratamento dispensado pelo historiador pernambucano é muito visível com relação ao seu antecessor. Para Lima, inclusive, Porto Seguro possuía a “[...] o instinto do documento, mas não tinha a imparcialidade proveniente da ausência de paixão [...]” (LIMA, 1922, p. 54). Em

contrapartida, nem Oliveira Lima poderia se gabar dessa pretensa imparcialidade, já que seu juízo sobre as cortes de Lisboa, em especial os deputados portugueses, influenciados pelas ideias liberais, também não era dos mais recomendados, bem como seus adjetivos aos liberais brasileiros, a “facção democrática”, denotava certa contrariedade do autor com relação a esse grupo.

Oliveira Lima, por fim, escreveu sua obra em um contexto muito diferente com relação a Porto Seguro. Embora ainda houvesse produções dispostas a criticar a memória de José Bonifácio,¹⁰⁷ demonstramos no capítulo anterior, como sua imagem dentro do IHGB como o “Patriarca da Independência” parecia estar consolidada. É talvez nesse ponto, ao inserirmos o autor e obra em sua tessitura que se evidencie certo gradativo na obra de Lima com relação a Varnhagen. Para averiguar essa condição, necessitamos, por fim, retomar aqueles três critérios de pertinência científica, elaborados por Rüsen, que auxiliará em nossa argumentação.

Mencionamos que essa pertinência atende a três importantes critérios: empírica, normativa e a pertinência de sentido. Tentamos mostrar como se evidencia a fundamentação empírica pela parte dos dois historiadores aqui analisados; por mais que, em Porto Seguro, algumas de suas reivindicações de verdade sejam postas em critérios cuja validação tenham sido um tanto frágeis, sua narrativa é recheada de fontes históricas, levantadas pelo próprio autor, cuja validação atende à normativa epistemológica existente até hoje. São documentos cuja validade está contida nessa “contemporaneidade factual do passado” que subsistem até hoje (RÜSEN, 2010, p. 100). Além disso, buscamos demonstrar que, se em Oliveira Lima há uma adição de novos documentos, muito pouco propiciam com relação a pertinência empírica desses eventos em si, quando tratados isoladamente.

No entanto, quando relacionamos a experiência daqueles eventos, fundamentada nas fontes, com os outros critérios de validação, percebemos talvez como os fatos ocorridos entre 1821 e 1822 parecem trazer outra perspectiva. Quanto ao significado *normativo* que *O movimento da Independência* busca nos passar, podemos identificar aquele momento em que o autor busca mostrar como a emancipação nacional apenas conseguiu êxito pela forma que a solução monárquica conseguiu conciliar a tradição do passado com os novos ideais de liberdade. Comparado com a América Hispânica, a parte americana do Reino Unido soube respeitar a tessitura social daquele momento histórico. Graças à ação de d. Pedro I e José Bonifácio, não se buscou a importação de ideias pouco fundamentadas em solo americano.

¹⁰⁷ Ver, por exemplo, as obras de Carlos Maul (1921) e Assis Cintra (1921; 1923).

Priorizou-se assim, o ideal de igualdade ao invés do liberalismo extremado. Esse deveria ser construído na vivência prática, respeitando as idiossincrasias e costumes locais.

Por fim, a pertinência de sentido. Quanto a essa, devemos compreender como ela atende ao critério narrativo, a intercalação entre passado, presente e futuro. Para Rüsen, essa condição somente é atendida quando submetemos uma história “às regras de teorização construtiva” (RÜSEN, 2010, p. 126). Por teorização aqui, devemos entender principalmente de que modo o pensamento histórico se remete às categorias de mudança temporal, de modo a garantir a estabilidade dos indivíduos no decurso do tempo (RÜSEN, 2010 p. 124-5).

É nesse ponto, enfim, que percebemos como os diversos elementos que expressavam suas nuances temporais se relacionam na obra de Oliveira Lima. Os revolucionários, os reacionários, uma sociedade igualitária (formada no decurso do tempo), o ideário liberal, todos esses surgem e se afetam em sua narrativa, dirigindo-se à emancipação nacional. O historiador parece ter consciência de que sua análise se debruça em uma sociedade de transição, no qual o embate desses diversos aspectos requer a recorrência às individualidades históricas como forma de se resolver esse conflito.

Assim, em *O movimento da Independência*, de Oliveira Lima, as experiências entre os anos de 1821 e 1822 são reinterpretadas, guiando-se por perspectivas teóricas nas quais aparece uma preocupação sociológica, uma ideia de movimento histórico no qual diversas forças históricas se chocam, bem como a solução via o enaltecimento da ação individual dos principais líderes políticos. Quanto ao aspecto normativo, sua historiografia consegue atender às novas inquietações que se surgem com relação ao desencantamento com a república, em meio às comemorações dos cem anos de Independência do Brasil. Todos esses aspectos confluíram não apenas para a revalorização das experiências existentes no processo de emancipação política, como também, sua *singularidade*, principalmente pelo que o autor percebe na ausência de uma nacionalidade e no papel do Estado como construtor dessa. Algo que Porto Seguro, já havia percebido em parte, mas cuja ênfase no papel da continuidade entre colônia e império era mais ressaltado que na obra de Oliveira Lima. E, por fim, cabe notar, que *O movimento da Independência* distancia-se também de boa parte das próprias conferências do IHGB, que parecem ter falhado ao ligar esses eventos a uma longa cadeia histórica de difícil conciliação.

Por fim, não negamos que a obra de Oliveira Lima apresente uma versão da emancipação política do Brasil passível de muitas críticas, com o enaltecimento de figuras políticas, fomentando suas memórias, por meio de uma visão autoritária e conservadora do processo histórico. No entanto, ao tentarmos analisar alguns de seus procedimentos

epistemológicos, buscamos perceber que sua obra contém ferramentas conceituais que possibilitaram a percepção de certa tensão entre nação, nacionalidade e Estado, um tópico que fomenta a discussão historiográfica acerca de nossa emancipação política por décadas.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Jurandir Malerba, ao analisar algumas das principais produções historiográficas referentes ao tema e publicadas durante as décadas de 1980 e 2000, nota que essa discussão ainda se trata de um tópico muito presente. Cf. Malerba (2006, p. 23-28). Exemplo disso é o trabalho de Isztván Jancsó e João Paulo Pimenta, no qual os autores, analisando importante documentação do período da emancipação, abordam como termos iguais à nação, pátria e Brasil, refletiam diferentes percepções de laços e associações entre os sujeitos oriundos da parte americana do Reino, Ver Jancsó e Pimenta (2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho fomos movidos pela preocupação em analisar a relação existente entre a memória e a história, sendo essa última, mais precisamente, compreendida como aquela racionalização operada sobre o passado e expressada pela linguagem escrita em forma de historiografia. Tensão muitas vezes entendida como uma simples oposição, que fora operada inicialmente por Halbwachs, mas que ganhara força a partir da obra de Pierre Nora. Essa oposição, por sua vez, receberia relevante atenção na historiografia brasileira juntamente com o conceito de “invenção das tradições”, formulado por Eric Hobsbawm. A partir disso, tentava-se visualizar as narrativas construídas ao longo do século XIX e início do século XX como uma forma de legitimação do poder instituído, do historiador visto como certo artífice de uma história que também seria memória pela sua expressão de continuidade entre o passado e o presente.

Nossa premissa inicial não foi negar essa ideia em sua totalidade. De fato, ao analisarmos as conferências do IHGB, a obra de Pedro Calmon, bem como a *História da Independência*, de Varnhagen e *O movimento da Independência*, de Oliveira Lima percebemos um esforço desses autores em louvar a emancipação nacional sob a ótica da continuidade, em uma perspectiva claramente conservadora. O aspecto no qual buscamos nos diferenciar das interpretações acima descritas foi o de perceber o grau de refinamento entre essas historiografias, apontando, principalmente, para o elevado patamar que alcançariam as obras de Varnhagen e Oliveira Lima no que tange a uma história da historiografia de nossa emancipação nacional. Convém-nos agora, explicitar e sintetizar o caminho pelo qual buscamos evidenciar esses aspectos.

No primeiro capítulo, objetivamos compreender a relação da memória com o poder do Estado, sendo esse exercício problematizado pelo viés da comemoração. Tratou-se de evidenciar os elementos que tornam a instrumentalização da memória pelo poder algo necessário para o Estado. O uso do passado como um meio para a construção e estabilização de diversas perspectivas em conflito surgiu como um importante suporte para o Estado-nação coordenar diversas expectativas existentes quanto ao futuro do Brasil em seu centenário. Com base em fontes secundárias, apontamos algumas das principais imagens acerca da emancipação construídas ao longo dos seus cem primeiros anos. Percebemos a tentativa de consolidação de d. Pedro I como o grande artífice da independência, sendo em seguida essa imagem perturbada pelos acontecimentos envolvendo sua abdicação; no Segundo Império, a

busca de construir uma perspectiva de continuidade entre o período colonial e o país independente; e, tendo esse último quadro sido contrariado pela propaganda republicana, que enfatizava a solução monárquica como uma anomalia dentro do continente americano, no qual o grito do Ipiranga teria o aspecto de um “contra-golpe”, em oposição a um movimento de emancipação que conduziria à república.

Finalizando esse quadro, chegar-se-ia então às comemorações da Independência. Enfatizamos como o cenário político conturbado do início da Primeira República enfraqueceu a narrativa promulgada pelos idealistas do novo regime. Contexto esse, que, juntamente com a ação dos intelectuais simpatizantes da forma de governo então deposto, não conseguiria encontrar sua devida ressonância. Notamos então, como a memória política necessita de uma recepção favorável para seu êxito, algo que as primeiras tentativas de uso do passado não pareciam ter conseguido, ao buscarem forçar o esquecimento do período que a antecederam. Assim, a aproximação das comemorações referentes aos cem anos de Independência do Brasil favoreceu a retomada dessa ligação entre monarquia e república, unindo-se essas duas experiências históricas em uma imagem da emancipação nacional notavelmente conservadora, fato esse já apontado por outros autores (MOTTA, 1992; MALATIAN, 1993; SANDES, 2000; GUIMARÃES, 2007). Ressaltamos, então, com o auxílio de Reinhart Koselleck (2006; 2013), Georg Iggers (2010) e Fernando Catroga (2001), que a experiência da modernidade, favorecendo esse uso do passado como meio de dirigir perspectivas de futuro, possibilitou ao historiador um papel de relativa importância junto ao Estado, como aquele capaz de construir e legitimar as narrativas históricas.

Foi a partir desse ponto que buscamos analisar algumas produções historiográficas do período. No segundo capítulo, demos prioridades às conferências do *Ano da Independência*, série de trabalhos promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acerca dos principais eventos do ano de 1822, bem como a obra de Pedro Calmon, *Independência do Brasil*. Espaço privilegiado para a construção de um discurso histórico legitimador do poder no Segundo Império, a agremiação passava a ser de vital importância na articulação com o Estado a partir das comemorações do Centenário. Nos trabalhos acima listados, percebemos como a ideia de uma nação sendo formada muito antes de 1822 foi o principal tópico defendido pelos membros do Instituto. Para tanto, buscavam os intelectuais encadear diferentes eventos, que, até então, eram usados apenas pelos ideólogos da república, com o fito de apontar uma nacionalidade constituída muito antes dos principais fatos que envolviam o ano de 1822, e que deveria ser lembrado pelos próprios conferencistas. Utilizando-se em

parte do vocábulo cientificista do último quarto do século XIX, os oradores e Pedro Calmon defendiam a ideia de uma nação brasileira em oposição a Portugal, sendo o grito do Ipiranga percebido apenas como resultante da lógica natural desse processo. Recorrendo ao conceito de tradição, tal como definida por Jörn Rüsen (2012), buscamos evidenciar como essas narrativas pretensamente objetivas, tratavam de evocar uma suposta tradição nacional ancorada em fatos que até então eram pouco utilizados por uma historiografia ligada à monarquia. Ao ligarem eventos tais como a formação do Quilombo de Palmares, a Inconfidência, a Revolta de 1817, juntamente com a independência sob a égide monárquica, os membros do IHGB ofereciam uma nova narrativa da emancipação, que buscava conciliar diversas imagens até então produzidas acerca dos acontecimentos de 1822. Em contrapartida, estimularam uma visão muito estreita da história pátria, instrumentalizando fortemente o passado ao seu favor em defesa de uma suposta tradição nacional.

Por fim, no terceiro e último capítulo trouxemos as obras de Francisco de Adolfo Varnhagen, *A História da Independência*, e de Manuel de Oliveira Lima, *O movimento da Independência*, com o objetivo de analisar dois estudos que obtiveram seu reconhecimento dentro de uma historiografia acerca da Independência nacional. O trabalho de Porto Seguro fora publicado postumamente, servindo como uma das principais referências dos conferencistas do IHGB durante o ano do centenário e desbancou o estudo que era até então a principal referência sobre o assunto, a *História da fundação do Império*, de João Manuel Pereira da Silva. Por meio da análise de sua obra, buscamos aprofundar o que Maria L. P. Guimarães entendia como uma história de caráter processual, expressada no trabalho de Varnhagen. Buscamos demonstrar como Varnhagen partia da compreensão das ações dos principais agentes históricos do período mobilizados pelos seus principais interesses, que se renovavam a partir de cada evento chave: a Revolução do Porto, a adesão do Reino Brasileiro ao sistema constitucional em 26 de fevereiro de 1821, o regresso da Família Real a Portugal, e vários outros fatos que desaguiariam nas margens do Ipiranga, sendo reconhecida formalmente a Independência em 1825, com o tratado entre Brasil e Portugal. A partir desse aprofundamento, percebemos como a obra de Varnhagen estabelecia certa elasticidade à ação dos agentes históricos dentro desses diversos eventos, fugindo do determinismo mais estreito das narrativas do capítulo anterior. Além disso, a *História da Independência* de Varnhagen também alcançava um patamar privilegiado pela quantidade de documentos descobertos pelo seu autor, dando maior consistência a sua narrativa. Isso não ofuscava, porém, o partidarismo que Porto Seguro demonstrava em sua obra em relação à figura dos irmãos Andradas, em especial, o principal ministro de d. Pedro no contexto da emancipação, José Bonifácio. Esse

combate à memória do Patriarca da Independência era fruto não apenas da antipatia pessoal e política que nutria Varnhagen em relação àquele, mas, como já sinalizaram Temístocles Cezar (2005) e Eliete Tiburski (2011), o reflexo desse partidarismo na escrita da história de Porto Seguro também acusava as próprias incertezas que permeavam o conceito de história para os intelectuais brasileiros no século XIX, bem como os imprecisos limites de seu ofício.

Oliveira Lima buscou representar a Independência do Brasil como um processo resultante de diferentes elementos antagônicos, cuja síntese somente seria operada pelas grandes individualidades do período. Essas personalidades respeitariam as condições locais, sendo essas, por sua vez, descritas com o apoio das incipientes tentativas de uma ciência social, que, mesmo derivadas do vocabulário cientificista, condicionavam a ação dos agentes históricos, mas não a determinavam de tal modo como visto nas conferências do IHGB, bem como na obra de Pedro Calmon. Além desse aspecto, percebia-se um alinhamento com o ideário conservador da época, quando Lima buscava salientar de maneira positiva a emancipação por meio da solução monárquica. Essa representação buscava exprimir uma leitura conservadora do passado, que atendia a alguns dos novos imperativos da República, por exemplo, a conciliação com uma perspectiva americanista do país, mas sem se confundir com os seus demais vizinhos, buscando sempre em seu horizonte de referência a grande potência americana, os Estados Unidos da América. Por outro lado, O movimento da Independência também trazia uma forte defesa da ação conformadora do Estado. Salientava a ausência de uma nacionalidade madura durante o período da emancipação, saudando a solução monárquica e a defesa da autoridade imperial como meio de conformar as diferentes tendências do período. Atendendo a alguns desses imperativos, conseguiu o historiador pernambucano perceber a experiência singular dos eventos que envolviam os anos de 1821 e 1822. Mesmo que tenha produzido uma leitura conservadora e elitista do passado, Oliveira Lima conseguia perceber certa tensão entre o Estado e ausência de uma nacionalidade naquele período, tópico esse que até hoje ocupa a historiografia da emancipação nacional.

Tanto as obras de Varnhagen quanto a de Oliveira Lima conseguiram, de certa forma, relativo êxito na crítica documental e na consolidação de uma narrativa acerca da emancipação. Buscamos mostrar, principalmente a partir de *O movimento da Independência*, como Oliveira Lima operou certa racionalização do passado e construiu uma nova narrativa a partir das muitas imagens demonstradas ao longo do primeiro capítulo: valorização da imagem de d. Pedro, a solução monárquica como uma conciliação positiva entre o passado e o presente; a identificação do país com as condições sociais similares aos de seus vizinhos americanos; e, por fim, o uso de teorias vindas das incipientes tentativas de uma ciência

social, visando identificar uma realidade nacional e emprestando alguma pretensa objetividade a sua narrativa.

No entanto, esses trabalhos também estiveram longe de operar um significativo corte com o passado. Ambos os autores auxiliaram a construir uma imagem, muitas vezes idealizada, da fundação política nacional. Como afirma Fernando Catroga, a historiografia empresta certa cientificidade à memória ao construir novas narrativas acerca do passado nacional. Em contrapartida, a historiografia também nasce a partir de memórias, individuais ou coletivas, ou mesmo a partir da ausência de memórias capazes de articular uma imagem estabilizadora do passado (CATROGA, 2001, p. 57-8). Nota-se, portanto, certa dialética entre memória e história, esta última nascendo das inquietações existentes em determinado meio social, produzindo, por sua vez, algumas leituras que acabariam por fornecer certa estabilidade às coletividades. Tensão essa que buscamos mostrar desde o primeiro capítulo, da rememoração de uma monarquia em uma república em crise, que acabaria consolidando certa imagem conservadora do passado como resposta às incertezas daquele momento, expressado, sobretudo na obra de Oliveira Lima. Esse último ponto, inclusive, já fora sinalizado pelo trabalho de Noé Freire Sandes, que notava o fortalecimento de uma “utopia conservadora” manifestada pela historiografia no momento das comemorações do Centenário (SANDES, 2000, p.148). O que se buscou apresentar aqui foi também a presença de uma evidente racionalidade e o relativo valor epistemológico presente tanto nas obras de Varnhagen, e, principalmente, de Oliveira Lima, ao considerarmos o contexto das efemérides em que o autor produziu *O movimento da Independência*.

Dessa forma, concordamos com Aleida Assmann ao afirmar que não devemos tornar absolutas seja a dimensão científica, retórica ou memorial da história e de sua expressão em linguagem escrita (ASSMANN, 2011, p. 157-8). Como proposto no título do presente trabalho, as obras aqui analisadas não necessitam ser classificadas de forma estática: se memória, ou história. Buscamos apontar para o contexto em que elas emergiram, as imagens mais estilizadas do passado apreendidas por elas, sua subsequente racionalização, bem como sua dimensão retórica, que apreende não apenas a memória de importantes grupos sociais do período aqui destacado, além de apontar para a construção intelectual do conhecimento histórico, já sinalizado por Arno Wehling (2008, p. 188).

Por fim, cabe apontar para alguns dos limites que a presente dissertação deixa em aberto para futuras verificações. O primeiro, já apontado no terceiro capítulo, é a análise das primeiras obras publicadas no século XIX, em especial, um confronto mais aprofundado entre a obra de Francisco de Adolfo Varnhagen e o trabalho de João Manuel Pereira da Silva. Outro

ponto, concernente a uma reflexão teórica mais refinada é o pensar se outras matrizes teóricas interpretativas da Independência nacional não passariam pelo mesmo processo nessa relação entre memória e historiografia. Por exemplo, se a historiografia marxista, marcada por uma interpretação crítica tanto da autonomia nacional quanto de sua emancipação, também não produziria uma nova memória do passado. Caso pensarmos nas obras que apontavam para a parcialidade dessa mesma emancipação, de um movimento que apenas atendera à elite nacional, restando ser consumada pelo resto da população, poder-se-ia questionar se não estaria sendo construída uma nova memória, uma imagem que talvez percebesse a emancipação sob o símbolo da ausência, de algo que ainda deveria efetivamente ocorrer. Essas questões, por sua vez, reclamariam uma atenção mais voltada a outros meios de recepção para essas obras, principalmente aqueles que escapam dos espaços oficiais, tais como literatura, imprensa e outros locais de circulação desses discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DE FONTES

ABREU, Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: _____. **Ensaaios e estudos**: 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, [1875] (1931), p. 61-110.

ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco de Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaaios e estudos**: 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, [1878] (1931), p. 125-142.

BARBOSA, Januario da Cunha. Discurso. **Revista do IHGB**. 3ed. Rio de Janeiro: Tipografia nacional, tomo I, [1838] 1908, p. 9-17.

BARROSO, Gustavo. O “Culto da Saudade”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 29, [1912] 1997, p. 32-6.

CALMON, Pedro. Independência do Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: tomo 98, v.148, 1923.

CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro de. Criação da Bandeira do Brasil. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 325-337.

CASTRO, Olimpio Viveiros de. O Fico. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 5-49.

CELSO, Afonso. Sete de Setembro. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 317-322.

CINTRA, Assis. Indiscrições da nossa história. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1922.

CINTRA, Assis. No limiar da história. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>>. Último acesso: 18 jul. 2016.

Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890. Declara os dias de festa nacional. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Último acesso: 18 jul. 2016.

FLEIUSS, Max. Aclamação de d. Pedro. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 341-376.

FREIRE, Laudelino. Aceitação do título de “Defensor Perpétuo do Brasil” pelo Príncipe D. Pedro. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 173-195.

LEAL, Aurelino. Manifesto de d. Pedro. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 247-268.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil: 1808-1821**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1908.

LIMA, Oliveira. **O movimento da independência: 1821-1822**. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

MAGALHÃES, Valentim. A Semana. **A Semana**, Rio de Janeiro, 5/8/1893, p.1-2.

Manifesto Republicano de 1870. In: TEIXEIRA, José Candido. **A República brasileira: a última propaganda, apontamentos para a história, datas gloriosas, fatos memoráveis**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p.45-59. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185599>>. Último acesso: 11 Mar. 2016.

MAUL, Carlos. **História da Independência do Brazil**. Rio de Janeiro: Gubaú, 1921.

OCTAVIO, Rodrigo. **Festas Nacionais**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1893. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185598>>. Último acesso em: 11 Mar. 2016.

OCTAVIO, Rodrigo. Manifesto às nações amigas. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 271-296.

OTTONI, Teófilo. A estátua eqüestre. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 25/03/1862, p.1.

PESSOA, Epitácio. Um século de trabalho e de honra em prol da civilização. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro. 16/09/1922.

Revista do IHGB. Rio de Janeiro. t. 90, 1921.

ROCHA, Arthur Pinto da. Ministério de José Bonifácio. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 51-100.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, [1888] (1953).

SILVA, João Manoel Pereira da. **História da fundação do império brasileiro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864-1865, 7 v.

VALADÃO, Alfredo. Primeira Viagem de d. Pedro a Minas. **Revista do IHGB**. O anno da Independência. Rio de Janeiro, tomo especial 1922, p. 153-169.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Antes da sua separação e independência de Portugal. 2 ed. Rio de Janeiro: E & H. Laemmert, 1877, 2v.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil: até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data**. 5 ed. rev. anot. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da constituição**. Rio de Janeiro: Terra de sol, 1927.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Alzira Alves de (org.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanços e desafios. In: ____; OLIVEIRA, Maria da Glória de (org.). **Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

BAUMER, Franklin. **O Pensamento Europeu Moderno: vol II, séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições 70, 1990.

BERLIN, Isaiah. **Ideias políticas na era romântica: ascensão e influência no pensamento moderno**. (org.) Henry Hardy. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BERLIN, Isaiah. **Vico Y Herder**. (org.) Henry Hardy. Madri: Cátedra, 2000.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “America Latina” em perspectiva histórica. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, jul.-dez. 2009, p. 289-321.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História da historiografia: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2008, p.27-64.

BOTTON, Rafael Reigada. Decadência de Portugal e o cesarismo: um estudo sobre a historiografia de J. P. de Oliveira Martins. Dissertação (Mestrado em História). Escola de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História. PUCRS, Porto Alegre, 2016, 98f.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 4ed. Editorial Presença: Lisboa, 1986.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Populações meridionais do Brasil. In: BOTELHO, A. & FERREIRA G. N. (org.). **Revisão do Pensamento conservador: ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 119-146.

BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano: sociedades e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. 3, vol. 9, 2006. 3ed.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA. Memória e historiografia. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Pensamento**. Porto Alegre: Editora da Universidade. 2001, p. 43-69.

CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, 2005, p. 207-240. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n2/a09v24n2.pdf>>. Último acesso: 13 jul. 2016.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**. v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 159-207. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v8n15/2237-101X-topoi-8-15-00159.pdf>>. Último acesso: 02 jul. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Celta Editora: Oeiras, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. José Bonifácio: mito e história. In: _____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 9ed. Bauru: Unesp, 2010, p. 63-132.

COSTA, Emília Viotti da. Sobre as origens da república. In _____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 9 ed. São Paulo: UNESP, 2010a, p. 387-447.

COSTA, Julia Furia. **O “Culto da Saudade”**: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, UNB. Brasília, 2013, 118f.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005, p.53-118.

DEVOTO, Fernando. Los historiadores positivistas. In: _____.; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografia argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 73-138.

DOSSE, François. História e Historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 15-31.

DOSSE, François. Uma história social da memória. In: _____. **A História**. Bauru: Unesp, 2003, pp. 261-298.

FAUSTO, Bóris. A crise dos anos vinte a Revolução de 1930. In: _____. (org.) **O Brasil Republicano**. 2ed. São Paulo: Difel, vol. 2, 1978, p.401-426.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 107-54.

GIDDENS, Anthony. Duas teorias de democratização. In: _____. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Unesp. 1994, p. 121-52.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: n.1, 1988, p.5-27.

HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). 2007. 233f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

IGGERS, Georg G. The Role of Professional Historical Scholarship in the Creation and Distortion of Memory. **Chinese Studies in History**, vol. 43, n. 3, spring 2010, p.32-44.

KANSTEINER, Wulf. Finding Meaning in Memory: a Methodological Critique of Collective Memory Studies. *History and Theory*. n.41, May 2002, p. 179-97.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. "História" como conceito mestre moderno. In:_____ [et. al.]. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.185-222.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 9, 2006, p. 371-404.

LEITE, Renato Lopes. Independência: história da história do 7 de setembro. **Anpuh – Anais do XXII Simpósio nacional de história**. João Pessoa, 2003. Disponível em:<<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.582.pdf>>. Último acesso: 09 mai. 2016.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 29, 1995, p. 173-206.

MALATIAN, Teresa. O retorno do César caricato. In: BRESCIANI, Maria Stella; MESQUITA, Eni de; LEWKOWICKZ, Ieda. **Jogos da Política**: imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1993, p. 171-181.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC, 2001.

MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (1980-2000). In:_____ (org.). **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-52.

MALERBA, Jurandir. Exercício de memória. Interfaces com a História e a Historiografia. **História Revista**. Goiânia, n. 2, 2010, p. 373-391. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/14233>>. Último acesso; 23 nov. 2015.

MALERBA, Jurandir. Memória: entre história e historiografia. In: _____. **Ensaio: teoria, história e ciências sociais**. Londrina: Eduel, 2011, p. 37-53.

MEGILL, Allan. History with Memory, History without Memory. In: _____. **Historical knowledge, historical error: a contemporary guide to practice**. Chicago: Chicago University Press, 2007.

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro. Editora FGV: CPDOC, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6770>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

MURARI, Luciana. Final feliz para um filme natural: Trem da Serra, poema da integração brasileira. **Revista Tempo**, v. 21, n. 38, 2015, p. 1-22.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil: 1870-1922**. São Paulo: Alameda, 2009.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemáticas dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, n. 3, 1995, p. 195-208.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a república manda guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 4, 1989, p. 172-189.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 26, 2000, p. 183-202.

PAREDES, Marçal de M. De Convergências e Dissidências: Notas sobre o repertório teórico do final do século XIX. In: SILVA, Mozart Linhares da. **Ciência, raça e racismo na modernidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 152-177.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista de História Ibero-americana**, n.1, 2008, p.70-104. Disponível em: http://revistahistoria.universia.cl/pdfs_revistas/articulo_83_1224649242546.pdf. Acesso em 03 ago. 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007

RÜSEN, Jörn. **História Viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

RÜSEN, Jörn. Tradition: A principle of historical sense-generation and its logic and effect in historical culture. **History and Theory**. December, 2012.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação**: entre a monarquia e a república. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Compilação e plágio: Abreu Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dez. 2013, p. 45-62. Disponível em: <dx.doi.org/10.15848/hh.v0i13.639>. Último acesso: 02 jul. 2016.

SILVEIRA, Hélder Gordim da. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada**: o Brasil como corpo político autônomo. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

TIBURSKI, Eliete Lucia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS. Porto Alegre, 2011, 146f.

VIANNA, Hélio. Explicação. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**: até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. 5 ed. rev. anot. São Paulo: Melhoramentos, 1962, p. 7-10.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A crise dos anos 20: conflitos e transição**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu: a fase científicista. In:_____. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, p.141-74.

WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2008, p. 175-89.

WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: _____. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001a, p.127-40.

WREDE, Catarina. “**É Muita História?**” Revista de História. Publicação: 17/4/2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/e-muita-historia>>. Último acesso em: 27/7/2016.